

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Célia Márcia Afonso Larcher

**Controle social e violência no cotidiano das trabalhadoras do sexo durante a
ditadura civil-militar, Juiz de Fora/MG, 1964 a 1974**

Juiz de Fora

2024

Célia Márcia Afonso Larcher

Controle social e violência no cotidiano das trabalhadoras do sexo durante a ditadura civil-militar, Juiz de Fora/MG, 1964 a 1974

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História, da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial a obtenção do grau de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Olender

Juiz de Fora

2024

Célia Márcia Afonso Larcher

Controle social e violência no cotidiano das trabalhadoras do sexo durante a ditadura civil-militar, Juiz de Fora/MG, 1964 a 1974

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História, da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial a obtenção do grau de Mestre em História.

Aprovada em _____ de _____ de _____

BANCA EXAMINADORA

Doutor. Marcos Olender - Orientador
Universidade Federal de Juiz de Fora

Doutor. Francisco Carlos Teixeira da Silva
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Doutor. Raul Amaro de Oliveira Lanari
Universidade Federal de Goiás

Às minhas filhas e companheiras, Júlia e Luiza

AGRADECIMENTOS

O processo de escrita final da dissertação é um processo solitário. Mas não conseguimos chegar nessa etapa sem as muitas mãos que foram rascunhando a dissertação conosco, sem as muitas mentes pensantes que a foram elaborando e reelaborando durante o processo, e sem os corações carinhosos que foram nos dando sustentação durante todo o percurso.

Concluída a tarefa...ufa...que alívio, que sensação de dever cumprido e que sensação de nunca ter estado sozinha.

Portanto, meus agradecimentos são, primeiramente, para as minhas filhas, Júlia e Luiza, que me incentivaram todas as vezes em que pensei desistir.

Quero agradecer ao meu orientador, Marcos Olender, por ter dado conta de acompanhar meu ritmo insano. Não é fácil.

Para Aline Chiaramonte, que conheci durante o processo de elaboração da dissertação. Começou me ministrando aulas e formatando os trabalhos, mas se tornou uma companheira de percurso. Meu muito obrigada. Nessa era de relacionamentos à distância, nunca vi uma pessoa tão presente.

Não posso me esquecer de minha companheira de mestrado Marina. Sempre atenta com datas e prazos, sempre atenta às minhas dúvidas, fossem quais fossem, sempre junto. Valeu Marina, valeu demais.

Gratidão, muita gratidão, a Wesley Fabrício, meu pai de santo, meu amigo, que pacientemente leu todas as minhas imensas mensagens angustiadas de WhatsApp, e pela incrível capacidade que tem de me fazer sentir que nunca estou sozinha.

Agradeço ainda a todos os meus professores e professoras docentes do programa de Pós-Graduação em História da UFJF, docentes maravilhosos, e aos meus colegas, especialmente Pedro e Washington, pelas ricas conversas e trocas.

Maria, Maria é um dom, uma certa magia
Uma força que nos alerta
Uma mulher que merece viver e amar
Como outra qualquer do planeta
Maria, Maria é o som, é a cor, é o suor
É a dose mais forte e lenta
De uma gente que ri quando deve chorar
E não vive, apenas aguenta
Maria, Maria, Milton Nascimento

RESUMO

A presente pesquisa teve como objetivo analisar os impactos do controle exercido pela ditadura civil-militar brasileira sobre a vida das prostitutas que exerciam o baixo meretrício na Rua Henrique Vaz, na cidade de Juiz de Fora/MG, local esse que demarca não apenas o espaço de trabalho das mesmas, mas também o local de moradia e convivência cotidiana. O recorte temporal compreende as décadas de 60 e 70 do século XX. A política autoritária do governo militar incluía a defesa da moral, dos bons costumes, da família mononuclear e heteronormativa, assim como o uso de mecanismos de censura e cerceamento das liberdades individuais em todos os níveis: político, ideológico e moral. Nesse sentido, questionamos como os mecanismos de controle social do regime civil-militar atingiram o cotidiano das prostitutas. Nossa hipótese é a de que, em função do discurso e das diretrizes moralizantes e conservadoras, bem como das diversas ações censórias implementadas pelo regime militar no período em estudo, somados à condição marginal em que as prostitutas sempre foram historicamente colocadas, elas sofreram maior vigilância e controle. Na primeira etapa da pesquisa, fizemos uma revisão de literatura. Na segunda, recorremos à utilização da imprensa como fonte, fazendo a análise de uma série de quatro reportagens veiculadas pelo jornal de circulação local *Diário da Tarde*.

Palavras-chave: Prostituição Feminina; Ditadura Civil-Militar; Violência; Controle; Imprensa.

ABSTRACT

The aim of this research was to analyze the impact of the control exercised by the Brazilian civil-military dictatorship on the lives of sex workers in Henrique Vaz Street, in the city of Juiz de Fora/MG, a place that was not only their place of work, but also where they lived and socialized on a daily basis. The time frame covers the 60s and 70s of the 20th century. The military government's authoritarian policy included the defense of morality, common courtesy, the mononuclear and heteronormative family, as well as the use of censorship mechanisms and the restriction of individual freedom at all levels: political, ideological and moral. In this regard, we question how the social control mechanisms of the civil-military regime affected the daily lives of prostitutes. We hypothesize that, due to the moralizing and conservative discourse and directives, as well as the various censorship measures implemented by the military regime during the period under study, in addition to the marginal condition in which prostitutes have historically been placed, they suffered greater surveillance and control. In the first stage of the research, a literature review was carried out. In the second, the press was used as a source, analyzing a series of four reports published by the local newspaper *Diário da Tarde*.

Key words: Female Prostitution; Civil Military Dictatorship; Violence; Control; Press.

SUMÁRIO

Controle social e violência no cotidiano das trabalhadoras do sexo durante a ditadura civil-militar, Juiz de Fora/MG, 1964 a 1974	10
Introdução.....	10
Por que esse tema?.....	10
Falando sobre o tema da prostituição feminina.....	13
CAPÍTULO 1: OS ESTUDOS SOBRE PROSTITUIÇÃO NO BRASIL	23
CAPÍTULO 2: IMPRENSA: VOZES, SILÊNCIOS, ECOS E SUSSURROS, O SOM DA CIDADE	36
2. A imprensa como fonte.....	36
2.1 Juiz de Fora representada pela imprensa	44
2.2 O <i>Diário Mercantil</i>	49
2.3 O <i>Diário da Tarde</i>	52
CAPÍTULO 3: CAMINHANDO NA RUA HENRIQUE VAZ POR MEIO DAS PÁGINAS DO DIÁRIO DA TARDE.....	58
3. Quem são essas mulheres? De onde vieram? Para onde foram?.....	58
3.1 Primeira série de reportagens, veiculadas em março de 1967.....	60
3.2 Por que a Rua Henrique Vaz?	67
3.3 Série de reportagens – Diário da Tarde: A difícil vida fácil.....	69
CONSIDERAÇÕES FINAIS	86
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E FONTES.....	89
ANEXO I – MAPAS DE JUIZ DE FORA (LOCAIS E RUAS CITADOS).....	93
ANEXO II – FOTOGRAFIAS E IMAGENS	95
ANEXO III – REPORTAGENS (TEMA PROSTITUIÇÃO).....	101

Controle social e violência no cotidiano das trabalhadoras do sexo durante a ditadura civil-militar, Juiz de Fora/MG, 1964 a 1974

Introdução

Arreda homem que aí vem mulher
Arreda homem que aí vem mulher
Ela é a Pombo Gira rainha do cabaré
7 homens vêm na frente pra dizer quem ela é
Ela é Pombo Gira rainha do cabaré
Ponto de umbanda: Arreda homem

Por que esse tema?

Qual é a motivação de pesquisar sobre esse tema? Para responder a essa questão será necessário falar um pouco sobre a história pessoal da pesquisadora que vos fala.

Nasci em novembro de 1968. Sou filha de criação, expressão usada à época para designar crianças “adotadas” informalmente, por fora do sistema legal de adoção, situação não muito rara há 55 anos atrás.

Venho de uma linhagem de profissionais do sexo. Minha mãe biológica, a qual não conheci, era profissional do sexo, minha mãe adotiva era profissional do sexo, e minha irmã adotiva também.

Em função da estigmatização que pesa sobre as profissionais do sexo, muitos fatos e detalhes de acontecimentos da minha vida me foram omitidos no decorrer da infância e adolescência.

O que tenho são fragmentos de informações apreendidas no decorrer de uma existência, captados através de falas esparsas, por entre sussurros, sigilos e escapulidas de línguas ferinas, aqui e ali. Por respeito à privacidade de meus pais adotivos, aceitei suas versões sem questionar, como das vezes em que perguntei à minha mãe de criação como havia conhecido o meu pai de criação e ela me disse ter sido na fila do cinema.

Minhas mães se conheceram em momento bem pregresso ao meu nascimento. Eram amigas e tinham sido vizinhas em outra cidade, a qual opto por não nomear.

Nos anos 60, já no contexto do advento da pílula anticoncepcional, da abertura da possibilidade das mulheres terem controle sob a concepção, em plena era da revolução sexual, minha mãe biológica mais uma vez engravidou.

Sobre meu pai biológico tenho menos informações ainda. Era um cafetão? Não sei. Era um amante entre outros? Não sei. Era uma paixão, um relacionamento? Não sei. Era o pai de um filho de uma prostituta? Com certeza.

Embora já no mercado em 1967, o uso da pílula anticoncepcional não era popularizado, nem o uso de preservativos, principalmente entre as profissionais do sexo, que não só contraíam de forma recorrente infecções sexualmente transmissíveis, como era comum terem mais de uma gestação.

Um dia, aos meus 7 anos, quando, na cozinha de minha casa, inquiri minha mãe sobre a razão pela qual o meu cabelo era diferente dos cabelos dos meus irmãos, o meu crespo e castanho, o deles preto e liso, ela soltou, de supetão, mexendo o arroz, que era porque eu havia sido pega para criar, que eu não era filha de sangue. Me lembro das palavras dela: “É melhor que ocê saiba de uma vez! Quanto mais cedo melhor! Todo mundo fala que se ocêis, filho de criação, se fica sabendo depois de grande, cêis fica tudo revoltado!” Minha mãe era uma mulher simples, com uma visão simplória do mundo, analfabeta, só sabia assinar o próprio nome. Saudades minha mãe.

O fato era que eu era filha de uma amiga dela que “fazia vida”, que já havia procedido há vários abortos provocados e que se fizesse mais um, no caso o meu, havia sido alertada pelos médicos que corria altíssimo risco de vida. Diante da iminência de vir a óbito caso optasse por “tirar mais um bebê”, ela optou por levar a gestação adiante, mas não queria a criança.

Por já se encontrar unida ao meu pai adotivo em matrimônio, ela então, minha mãe de criação, ofereceu-se para criar a criança caso “fosse uma menina”. Ela gostava de meninas, porque acreditava serem mais graciosas e dar menos trabalho. E assim se sucedeu.

O que eu viria a saber por terceiros, somente anos depois, quando já contava com 16 anos, é que meu pai adotivo conheceu minha mãe adotiva na “rua da Zona”, ou seja, na rua Henrique Vaz, de onde a retirou, mediante a proposta de se casar com ela, transformá-la em uma mulher direita, desde que ela concordasse em criar seus dois filhos pequenos.

Minha mãe adotiva já tinha um casal de filhos. Como a maioria das prostitutas, era mãe solo, meu irmão e minha irmã adotivos eram nascidos e criados em outra cidade, filhos de pais diferentes, embora tivessem somente 3 anos de diferença, e nunca conheceram seus pais biológicos. Nas minhas primeiras memórias deles, já eram jovens adultos e só vieram morar conosco anos mais tarde.

Em anos anteriores ao meu nascimento, antes de se mudarem para Juiz de Fora, após um desentendimento sério com minha mãe de criação, em que ela, alcoolizada, provida de uma faca, fez com que minha irmã adotiva lhe mostrasse que ainda era virgem, ela fugiu de casa e se dirigiu para a cidade do Rio de Janeiro, onde deu início à sua vida como profissional do sexo.

Embora eu tenha tido um destino diferente, garantido pelo meu pai adotivo, cresci envolvida pelo universo da prostituição. Ao contrário das profissionais do sexo que pesquiso nesse estudo, minha irmã adotiva pertencia ao alto meretrício, termo oportunamente por mim aqui utilizado, em contraposição ao baixo meretrício.

Ela se autodenominava “prostituta de luxo”, porque, segundo os próprios dizeres, não fazia “ponto” na rua. Após ter sido iniciada na profissão no Rio de Janeiro, tendo por mentora minha mãe biológica, ela foi para o sul. Lá trabalhou por alguns anos fazendo shows de dublagem de artistas e strip-tease em boates de luxo. Me lembro que ela gostava de dublar a cantora paraguaia Perla, com quem ela tinha semelhanças físicas.

Mas em meados dos anos 70, tendo que fugir de um relacionamento abusivo com um gaúcho chamado Tito, este será o único nome que citarei, por causa do qual ela já havia sido hospitalizada duas vezes por espancamento, sendo as duas vezes seguidas de abortos, ela fugiu para Juiz de Fora, onde minha mãe adotiva já morava com meu pai adotivo, com medo de que o tal Tito acabasse por assassiná-la.

Minha irmã não gostava de ser agenciada nem por cafetões nem por cafetinas. Por isso, não frequentava casas de tolerância. Trabalhava por conta própria em duas boates, nos anos 70, consideradas de luxo na cidade, denominadas Senzala e Bear House.

Além disso, ela tinha um cliente fixo, um senhor, almirante da Marinha, que vinha a Juiz de Fora quinzenalmente. Esse senhor pagava o aluguel dela e lhe dava uma mesada. Eu adorava quando ele vinha. Ele trazia bombons para mim. Caixa de bombom para minha realidade, nos anos 70, era luxo.

Lembro-me que bem pequena gostava de sentar-me num banquinho ao lado da máquina de costura na qual ela confeccionava suas roupas para usar a noite. Minha irmã era exímia costureira e fazia um vestido para cada noite de serviço.

Lembro do meu deslumbramento ao vê-la arrumar-se para sair, vestido longo, salto alto, maquiada. Na minha mente infantil eu a via como uma artista da novela das 20h da Rede Globo de televisão. Minha irmã era linda!

Acompanhei o auge e a decadência da minha irmã. Testemunhei o fim do glamour, o envelhecimento dela nessa profissão, o alcoolismo, inúmeras situações decorrentes de

desentendimentos passionais, vida amorosa conturbada, o desfile de amantes, as violências sofridas, tentativas de suicídio, o adoecimento psíquico e emocional, a derrocada financeira, até envelhecer em total dependência da minha mãe, que vivia somente com as pensões de viúva de dois casamentos, o primeiro com o meu pai. Depois de viúva, minha mãe tomou por amasio outro senhor. Minha mãe não era fácil, e seus proventos até o fim da vida foram dois salários-mínimos de pensão de viúva. Minha mãe adotiva foi uma prostituta de sorte.

Eu cresci, me formei professora normalista, me casei, fiz faculdade de História, fiz carreira no Magistério, segui minha vida, deletei essa história que me deixou muitas marcas, muitas trincas. Não olhei mais para trás.

Um dia, em 2017, voltando para casa do trabalho, parei em um posto de gasolina para abastecer e pedi informações ao frentista, moço novo, de no máximo 25 anos, referente a um endereço. Ele me perguntou se eu conhecia a “rua da Zona”.

“Rua da “Zona”! Meu Deus...há quantos anos não ouvia esse nome!” De repente, toda a minha história me atravessou, me encharcou dos pés à cabeça. Olhei para aquele rapaz jovem e pensei: “É impressionante como a ‘rua da Zona’ está impregnada no imaginário do povo de Juiz de Fora. É isso. Vou pesquisar sobre as putas! As putas da minha vida!”.

Falando sobre o tema da prostituição feminina

Nessa pesquisa, propomo-nos a investigar quais foram os impactos que a ditadura civil-militar brasileira teve sobre a vida das profissionais do sexo que exerciam o baixo meretrício na rua Henrique Vaz, no período de 1964 a 1974, local que era espaço de trabalho, moradia e convivência dessas profissionais em Juiz de Fora.

Elegemos um recorte temporal que engloba desde a implementação do golpe civil-militar até 1974, início do governo do presidente Ernesto Geisel. Nosso entendimento é o de que o período compreendido entre esses dez primeiros anos do regime ditatorial, da implantação da ditadura no país até os cinco primeiros anos sob a vigência do Ato Institucional N° 5 editado em dezembro de 1968, configurou-se no período mais violento da ditadura brasileira.

Ao fazermos o anteprojeto de pesquisa nossa hipótese inicial foi a de que, em função do discurso e das diretrizes moralizantes e conservadoras do regime civil-militar, bem como diante das diversas ações censórias implementadas por ele, as profissionais do

sexo em Juiz de Fora foram submetidas a uma condição de maior controle e vigilância por parte da sociedade e autoridades locais, a partir da instalação do governo ditatorial.

Intencionávamos ainda investigar se a desativação da rua Henrique Vaz, designada para ser lócus da prática da prostituição feminina e região boêmia em Juiz de Fora, havia sido fruto de uma ação direta e deliberada por parte dos militares.

Já em nossas primeiras leituras e conversas, como a que tive a honra de ter com o falecido professor Marcel Croche, descartamos essa hipótese. A rua Henrique Vaz entrou em um processo de decadência precipitada pela abertura da Avenida Brasil e da reconfiguração urbana daí recorrente, em meados dos anos 70.

Mas persistia o questionamento: houve um aumento do impacto sobre a vida das profissionais do sexo na cidade a partir implantação da ditadura civil-militar, entendendo-se por impacto aumento do controle, da vigilância sobre essas mulheres? A bibliografia consultada e as reportagens analisadas nos mostraram que sim.

Partimos então para compreender como se deu esse controle e de que forma a sociedade juizforana manejou e ajustou em seu cotidiano a convivência com as profissionais do sexo a partir de 1964, uma vez que o mundo da prostituição não coadunava com a retórica conservadora e moralizante do regime militar e muito menos com a ideia de progresso encampada pelas administrações municipais do período e pela imprensa.

Tendo início em 1964 a se estender pelos próximos 25 anos o Brasil iria viver um regime de exceção, caracterizado por um contexto de intensa repressão política, acirramento da censura, tendo à frente da governança do país com apoio de parte da sociedade civil os militares, sustentado e se sustentando em um forte ideário conservador.

A prostituição incluída na lógica da não produção e da vadiagem sempre incomodou Juiz de Fora, a “Manchester Mineira”, com suas tradições industriais e operárias, que tinha na ideia do progresso através do trabalho um importante valor.

Nos anos de 60 e 70 do século passado, a cidade desejava construir um presente de progresso, de modernização. Portanto, a almejada cidade não combinava com as silhuetas das prostitutas, essas meretrizes, essas dissidentes sexuais, como nomeia Margareth Rago, circulando entre os transeuntes nas ruas centrais ou morando nas casinhas simplórias da rua Henrique Vaz, que vivia nos noticiários em função dos contantes “barracos” que lá ocorriam, incomodando os residentes das regiões vizinhas.

De que forma esse ideário regional associado à instalação da ditadura civil-militar em nosso país, tendo como um dos pilares ideológicos a defesa e a sustentação de uma

pauta de costumes extremamente conservadora, iria coadunar com essa realidade paralela do submundo da prostituição?

Na presente pesquisa, buscamos compreender de que forma a sociedade “de bem” de Juiz de Fora ajustou em seu cotidiano a presença e a convivência com as profissionais do sexo dentro desse contexto.

Utilizaremos como fonte para nossa pesquisa reportagens do jornal *Diário da Tarde*.

O *Diário da Tarde* era um jornal de caráter popular, produzido por aqueles que representavam a elite econômica e pensante da cidade, a fim de transmitir seus ideais e valores às camadas populares. Tinha grande alcance e inserção entre essas camadas e focava em noticiar fatos sensacionalistas e apelativos, visando prender a atenção do seu público-alvo. Portanto, quase que diariamente o jornal era recheado por fatos e acontecimentos relacionados à prostituição feminina na cidade, inclusive na rua Henrique Vaz.

Selecionamos os dez primeiros anos do governo ditatorial partindo da premissa de que, se a instalação da ditadura impactou a vida das profissionais do sexo, isso ocorreu com mais força no primeiro decênio, tanto em função da imposição da pauta de costumes conservadora, referendada pela regulamentação da censura no governo Castelo Branco, quanto em função do recrudescimento do regime militar após a edição do AI-5, período seguido de um aumento da repressão em todos os níveis.

Em seu artigo “*Flores tóxicas da noite*”: uma análise da prostituição em Belém durante a ditadura militar-civil (1970 - 1976)¹, Jhenifer Denise Souza da Silva, referenciando o estudo de Natanael de Freitas Silva², afirma que nos últimos anos da década de 1960 até meados da década de 1970, o Brasil vivia o “milagre econômico” concomitantemente à fase mais cruel do sistema de repressão política e civil enfrentado no país, por conta da vigência do AI-5.

A década de 1970, portanto, foi marcada por inúmeros conflitos, por um acirramento da censura, e uma intensificação dos atos repressivos a diversos setores da sociedade, com o aumento indiscriminado de prisões em função da cassação dos direitos

¹ Jhenifer Denise Souza da Silva. “Flores tóxicas da noite”: uma análise da prostituição em Belém durante a ditadura militar civil (1970 - 1976). *Revista Cantareira*, n. 35, ago. 2021, p. 373-389.

² Natanael de Freitas Silva. Ditadura civil-militar no Brasil e a ordem de gênero: masculinidades e feminilidades vigiadas. *Mosaico*, v. 7, n. 11, 2016, p. 64-83.

políticos e civis. Não à toa, esse período é entendido como o auge da ditadura, os “anos de chumbo” no Brasil.

As práticas censórias aplicadas se davam para impedir o avanço do projeto comunista no Brasil, mas também para reprimir todas as práticas e comportamentos por parte dos detratores do regime que fossem considerados como subversivos da ordem ou ameaçadores da paz social, entendendo-se por ordem e paz social a observância dos princípios morais e cristãos.

A política autoritária do governo militar e o seu ideário conservador eram, portanto, calcados na defesa da moral, dos bons costumes, da família mononuclear e heteronormativa, assim como no uso de mecanismos de censura e cerceamento das liberdades individuais em todos os níveis: político, ideológico e moral.

O prólogo da solidificação desse viés conservador, religioso e moralizante foi a *Marcha da Família com Deus e pela Liberdade*, uma manifestação pública de grupos conservadores, antipopulistas e anticomunistas contrários às reformas de base, propostas pelo então presidente da República, João Goulart (1961-1964). Realizou-se pela primeira vez em São Paulo, em 19 de março de 1964.

Ela representou um momento de grande tensão, pois diversos setores da sociedade se manifestaram: de um lado os movimentos sociais que apoiavam o presidente em favor das reformas de base; de outro, as autoridades civis e religiosas que defendiam a tradição familiar e a propriedade privada.

Os manifestantes católicos saíram às ruas em repúdio ao governo nacionalista de João Goulart, pois entendiam que ele possuía um viés comunista e promoveria a destruição dos valores religiosos, patrióticos e morais da sociedade³.

Buscamos identificar em nossa pesquisa de que forma toda essa conjuntura político-repressora, conservadora e censória afetou o cotidiano das profissionais do sexo que atuavam na zona do baixo meretrício em Juiz de Fora, situada à rua Henrique Vaz, e por meio de quais mecanismos se deu esse controle social.

Existem diversos estudos que atestam que o governo militar representou o início de uma época de censura expressa aos meios de comunicação no país. O general Castelo Branco, antes de transmitir o cargo ao seu sucessor, editou uma lei de imprensa que

³ Anderson José Guisolphi. As Marchas da Família com Deus pela Liberdade: ideologias e práticas católicas no golpe militar de 1964. *Revista Cadernos do Ceom*, v. 22, n. 31, 2009, p. 453-458.

anunciava regular a “liberdade de manifestação do pensamento e de informação”⁴, mas permitia a censura quando se tratasse de propaganda, de “processos de subversão da ordem política e social”⁵.

A lei informava ainda que televisão, música, cinema e teatro estavam sujeitos a censura na “forma da lei”⁶. Também livros e periódicos não poderiam ser “clandestinos”⁷, nem conter conteúdos que atentassem contra a moral e os bons costumes.

Desta forma, estava regulamentado, na forma da lei, que quaisquer ações ou materiais impressos considerados atentados contra a moral e os bons costumes eram ilegais, portanto, seriam enquadrados como crime. Coibir tais ações se tornou política oficial de Estado.

Mas inquiremos: qual moral? Ditada por quem? Quais costumes? Estabelecidos por quem?

Como suporte teórico para nossa análise, utilizaremos autores e conceitos que versam sobre práticas censórias da ditadura civil-militar, a pauta de costumes conservadora do regime, prostituição feminina, gênero e imprensa como fonte de pesquisa.

Ao estabelecer como uma de suas tônicas a defesa da moral e dos bons costumes calcados em pilares tais como a família cristã mononuclear e heteronormativa, ou seja, com um delineamento religioso claro, o governo militar foi para além da retórica conservadora e instituiu o uso de mecanismos concretos de controle, censura e cerceamento das liberdades individuais a nível político, ideológico e moral, através dos aparatos policiais e serviços de inteligência. Desta feita, ao alçar o conservadorismo moral como norteador da política oficial de Estado, os militares financiaram e repassaram às instituições a função de dar concretude à essa política.

Ao questionarmos quais e como os mecanismos de controle da ditadura atingiram e cercearam o cotidiano das profissionais do sexo, não podemos desconsiderar as dimensões continentais do nosso país. Em função disso, alguns estudos e registros, tal como o documentário produzido pelo *Intercept*, mostram que esses mecanismos de

⁴ Carlos Fico. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: Jorge Ferreira; Lucília de Almeida Neves Delgado (Org.). *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*, v. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 167-205.

⁵ *Ibidem*.

⁶ *Ibidem*.

⁷ *Ibidem*.

controle não ocorreram de forma homogênea em todo o território nacional, mas guardaram especificidades regionais.

Essa agência produziu um documentário intitulado *Os filhos de Itaipu*⁸, mostrando que durante a construção da Usina de Itaipu, os militares não só não reprimiram a prostituição feminina na região, como a incentivaram, se aproveitando economicamente da atividade dessas mulheres para compra de equipamentos e armas para o exército.

No entanto, assim o fizeram sem se preocupar com a promoção de ações de controle de natalidade, implicando, segundo o documentário informa, no nascimento de uma legião de crianças sem pais, e, conseqüentemente, sem o registro de paternidade em suas certidões de nascimento – com certeza sendo essa questão da falta de registro cível, para as mães suas crianças, naquele momento, o menor dos problemas.

Somos, então, informados por essa reportagem do *Intercept*, de que na região fronteira entre o Brasil e o Paraguai, durante a construção da Usina de Itaipu, o regime militar adotou uma atitude compassiva e permissiva, a fim de extrair benefícios financeiros da prática profissional das prostitutas para retroalimentar o próprio regime.

Em seu estudo “*Flores Tóxicas da noite*”: *uma análise da prostituição em Belém durante a ditadura militar-civil (1970-1976)*⁹, Jhenifer Denise Souza da Silva nos informa de que na cidade de Belém do Pará houve, por parte do Regime Militar, ações de práticas censórias e repressoras sobre as prostitutas que atuavam na chamada “zona do meretrício”, localizada no centro da cidade e nos bairros periféricos¹⁰.

Esses dois casos nos anunciam, portanto, que a ideologia conservadora dos militares não impactou de forma homogênea a vida desse segmento profissional feminino, as prostitutas, existem variações regionais.

Mas em relação à Juiz de Fora, com base nas reportagens que analisamos e em nossa revisão de literatura, constatamos que houve aumento de controle e da vigilância sobre as prostitutas, por meio das ações recorrentes da polícia de Costumes, seguida de uma ação conjunta por parte de setores religiosos, do poder público municipal e até do Exército, de assistência às meretrizes que residiam nas ruas Henrique Vaz e 31 de maio, contígua à primeira, e adjacências.

8 Mauri König. Os filhos de Itaipu. Intercept Brasil (YouTube), 6 jan. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=d2dG1G_IMMc&t=369s>. Acesso em: 18 jan. 2024.

9 Jhenifer Denise Souza da Silva, *op cit.*

10 *Ibidem.*

Constatamos, inclusive, que as prostitutas que se restringiam a atuar nesse lócus contavam, ainda que estigmatizadas, com mais simpatia e apoio da sociedade local, do que aquelas que insistiam em fazer o *trottoir* pelas ruas centrais da cidade.

Organizamos a nossa dissertação em 3 capítulos. No capítulo I, intitulado *Os estudos sobre a prostituição no Brasil*, apresentamos o resultado da nossa revisão de literatura.

Apresentamos as principais pesquisas sobre a prostituição no Brasil, alguns estudos mais clássicos, outros mais recentes, mas todos muito relevantes para os estudiosos do tema.

Nesse levantamento constatamos que há poucos estudos que versam a respeito dos impactos da ditadura civil-militar brasileira sobre a vida das profissionais do sexo.

Citamos a tese de doutorado de Renan Quinalha¹¹, que analisa o peso do braço opressor do regime militar sobre a comunidade LGBT, e o artigo de Jhenifer Denise Souza da Silva¹², que se debruça sobre uma temática semelhante à nossa, mas na cidade de Belém do Pará.

Grande parte dos trabalhos sobre a prostituição no Brasil analisa esse fenômeno na virada do século XIX para o XX, englobando as décadas finais do Império até as primeiras décadas do Brasil republicano.

Nomeamos o capítulo 2 de: *Os impactos da ditadura civil-militar em Juiz de Fora a partir da imprensa*, composto pelos subcapítulos *Juiz de Fora representada pela imprensa; O jornal Diário Mercantil e O jornal Diário da Tarde*.

Neste capítulo optamos por dedicar um espaço para tratar da questão da imprensa como fonte e das decisões teórico-metodológicas que ela envolve.

Apesar das reportagens jornalísticas já terem conquistado o seu status de documento histórico; da subjetividade que lhes é inerente, assim como a de todo documento produzido, não ser mais tido como um empecilho à sua cientificidade, nem desqualificar as informações que trazem; da contribuição de Michel Foucault no entendimento de que não existe discurso que paire acima das condições de concretude e de ideologia que o produz; que quem detém o discurso, quem detém o monopólio do lugar de onde as falas provém e se propagam, detém o poder naquela dada sociedade e é disso

¹¹ Renan Quinalha. *Contra a moral e os bons costumes: a ditadura e a repressão à comunidade LGBT*. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

¹² Jhenifer Denise Souza da Silva, *op.cit.*

que nos apropriamos para a análise das reportagens as quais acessamos, achamos importante e necessário reservar um espaço reforçar esse entendimento.

Os subcapítulos subsequentes se desenvolvem em torno da historicização do Grupo Diários Associados do empresário Assis Chateaubriand, e dos dois jornais de maior circulação na cidade sob sua responsabilidade, o *Diário Mercantil* e o *Diário da Tarde*.

Embora o *Diário Mercantil* não tenha sido a fonte para esse estudo, achamos importante falar dele pelo fato da sua vinculação direta com o *Diário da Tarde*. O *Diário Mercantil* tinha uma circulação mais restrita, uma vez que sua aquisição ocorria somente por meio de assinatura. Se inseria primordialmente entre aqueles que tinham poder aquisitivo para assiná-lo, ou seja, a elite econômica e os que se aproximavam dela, a classe média alta.

No último subcapítulo, debruçamo-nos sobre o *Diário da Tarde*, o jornal fonte da pesquisa, responsável pela publicação da série de reportagens analisada, no mês de julho de 1969. Era um jornal vespertino, impresso, com circulação diária, contendo um número de páginas reduzido, ganhando evidência em suas páginas os acontecimentos cotidianos, sobretudo das camadas populares. Era um jornal que caberia adequadamente na expressão usada hoje “se espremer sai sangue”.

Sua distribuição era ampla, feita por jornalheiros nos principais pontos de circulação de pedestres nas ruas do centro de Juiz de Fora e nas portas das fábricas. Chegava em muitas mãos e fazia muitas “cabeças”, mas não em quaisquer mãos, não quaisquer “cabeças”: chegava nas mãos do povo, nas mãos da classe trabalhadora, fazia a “cabeça” da classe popular de Juiz de Fora.

Ambos pertenciam ao mesmo grupo de imprensa, o Grupo Diários Associados. O periódico *Diário da Tarde* foi criado para substituir a edição vespertina do *Diário Mercantil*. Ele era um periódico voltado para as classes populares, ou seja, um jornal voltado para o “povão”.

No último capítulo da dissertação, *Caminhando na rua Henrique Vaz por meio das páginas do Diário da Tarde*, descrevemos *Quem são essas mulheres, De onde vieram, para onde foram?* Apresentamos, também, a *Primeira série de reportagens veiculadas em março de 1967*. Estes subcapítulos são voltados para a descrição da realidade das

prostitutas que insistiam em exercer o seu ofício na Praça da Estação¹³, no seu entorno, e na parte baixa das ruas centrais que desembocavam na referida praça.

Em uma de nossas referências bibliográficas é citado, de forma breve, que as prostitutas foram transferidas, à revelia delas, para a rua Henrique Vaz, logradouro considerado à época região periférica, por se localizar do outro lado do Paraíba, nome do rio que corta a cidade, numa clara tentativa de, na impossibilidade de exterminar com a prostituição feminina, escondê-la.

A insistência de parte dessas mulheres em continuar a praticar o trottoir na Praça da Estação não aceitando passivamente ocupar o lugar para elas designado pelas autoridades políticas de então, acabou, no nosso entender, por tornar o problema da prostituição feminina na parte central da cidade em uma condição crônica, pois que nos anos 60/70 continuava a ser a presença dessas profissionais aos olhos de todos, o grande motivo de preocupação e incômodo das autoridades políticas, da polícia e das “boas” famílias.

Nos arriscamos a afirmar que essas mulheres, ao não aceitarem a ação de subjugação de seus corpos e a transferência forçada para a rua Henrique Vaz na década de 40, iniciaram um movimento de resistência, ainda que silenciosa e persistiram em fazer “ponto” onde conseguiam ter acessibilidade aos fregueses sem ficar na dependência de que eles fossem até elas, na Zona Boêmia.

Esse era o grande “mal-estar” que a presença das meretrizes causava se tornando mais ou menos agudo, a depender da conjuntura histórica, pois não nos esqueçamos que a década de 40 também abrigou uma ditadura até os seus meados, a ditadura do Estado Novo (1937/1945).

Deixamos aqui como uma proposta para futuras pesquisas o estudo da transferência forçada das prostitutas para a rua Henrique Vaz e sus movimentos de resistência.

Ainda que não esteja inclusa na proposta de análise da presente pesquisa, entendemos por bem apresentar a primeira série de reportagens da autoria da jornalista Helena Gilda Duque.

No desenvolvimento do capítulo, seguem os subcapítulos: *Por que a rua Henrique Vaz?* Em *Série de reportagens – Diário da Tarde: a difícil vida fácil*, relatamos as condições de constituição da rua Henrique Vaz como “zona”, e apresentamos a segunda

¹³ A autora optou por se referir à Praça João Penido pela alcunha em que é popularmente conhecida em Juiz de Fora, “Praça da Estação”.

série de reportagens que constituem em objeto de análise do presente estudo, sempre tendo em mente quem são os sujeitos discursivos, de onde falam, para quem falam, as condições de materialidade de onde o discurso provém, e onde o discurso atua e age. Encerramos a com as considerações finais, seguidas das referências com as quais dialogamos.

CAPÍTULO 1: OS ESTUDOS SOBRE PROSTITUIÇÃO NO BRASIL

Essa é uma história que aconteceu comigo
Andava pela rua e no caminho só perigo
Eu não tinha paz
Eu não tinha verdade

Pelos caminhos da amargura buscava a felicidade

Ponto de umbanda: Exu Tiriri – Essa é uma história que aconteceu comigo

Os estudos sobre prostituição feminina, no Brasil, no campo das Ciências Humanas, remontam às décadas de 80 e 90. Até então esta era uma temática pouco abordada nas universidades, e, quando estudada era segundo a visão dos médicos e juristas do século XIX, preocupados com um crescimento urbano ordenado e higienizado. A partir do fortalecimento de campos como História das Mulheres e História da Sexualidade, a prostituição feminina ganhou espaço enquanto objeto de estudo da História¹⁴.

A consolidação dos debates em torno da categoria gênero, iniciados na década de 70, faz-se com base nas teorias de autoras como Joan Scott – para a qual as relações entre os sexos são relações sociais, sendo o gênero tanto um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos quanto uma forma primeira de significar as relações de poder –, e das ideias de Michel Foucault. Para ele para o discurso é uma dimensão de produção da realidade social, e, portanto, a detenção do poder em uma dada realidade passa antes de tudo pela hegemonia do discurso. Também foram importantes as contribuições de Judith Butler, para quem o sexo é cultural e discursivamente construído, ressignificando o espaço do corpo feminino como sendo um espaço de poder, um espaço de disputas¹⁵.

A partir daí tomaram vulto no Brasil importantes trabalhos historiográficos, configurando uma História Social da Prostituição. São pesquisas que têm em comum um arco temporal que engloba o Brasil Império até as primeiras décadas do século XX do Brasil republicano.

Procedemos a uma busca avançada no Portal Capes utilizando as palavras-chaves “ditadura e prostituição”. Filtramos a busca a partir dos seguintes critérios de exclusão: “fora do território brasileiro”; “fora do tempo estabelecido (1964 – 1985)”; “fora do

¹⁴ Beatriz Alvarenga Bonella de Araújo. “Você nos colocou na História”: Uma História Social da prostituição brasileira nas décadas de 1980 e 1990. *Epígrafe*, v. 10, n. 1, p. 22.

¹⁵ Rita de Cássia Vianna Rosa. *As mulheres de “Paraiburgo”*: representações de gênero em jornais de Juiz de Fora/MG (1964 a 1975). Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2009.

idioma estabelecido (português)”. “Prostituição de mulheres cisgênero” foi nosso critério de inclusão. A partir desses parâmetros, localizamos somente um artigo, já conhecido e utilizado como referência nessa pesquisa: *“Flores tóxicas da noite”: uma análise da prostituição em Belém durante a ditadura militar civil (1970 - 1976)*, de Jhenifer Denise Souza da Silva¹⁶, o qual trata de investigar as práticas de censura que pesaram sobre as prostitutas na cidade de Belém/PA, especificamente as que atuavam na chamada “zona do meretrício”, localizada no centro da cidade e nos bairros periféricos, a partir das notícias do jornal *A Província do Pará*.

O objetivo da autora é expor a repressão sofrida por essas mulheres prostitutas da capital paraense a partir da análise do referido jornal. Diante da escassez de resultados no Portal Capes, decidimos adotar o mesmo procedimento no Portal Scielo, a fim de estabelecermos um paralelo. No Portal Scielo nenhum artigo foi detectado.

Optamos, pois, em apresentar uma revisão das principais referências históricas sobre a prostituição feminina no país. Alguns desses estudos configuram parada obrigatória para os pesquisadores que se interessam pela temática. O recorte temporal em que essas pesquisas se concentram englobam as últimas décadas do período imperial até as primeiras décadas do Brasil republicano.

*Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)*¹⁷ foi originalmente desenvolvido como dissertação para conclusão do curso de mestrado da historiadora Magali Engel, cuja ideia inicial era fazer uma história da prostituição. Ao ir a campo, a pesquisadora identificou em suas fontes que o que se dizia e se pensava sobre a prostituição refletia uma intenção normatizadora do espaço e dos corpos em relação aos comportamentos sexuais, afetivos e sociais dos indivíduos que habitavam as cidades.

A partir dessa constatação, Engel alterou o projeto inicial, mudando o seu foco para a elaboração de uma pesquisa não mais sobre a história da prostituição, mas para uma história das ideias sobre a prostituição no século XIX, ou seja, para a análise dos discursos sobre a prostituição. Para tal, suas fontes foram os textos médicos sobre a prostituição produzidos no Rio de Janeiro entre 1840 e 1890.

Dentro do processo de urbanização que caracterizava as cidades nas décadas finais do século XIX, a presença dos escravos e setores livres desclassificados como as

¹⁶ Jhenifer Denise Souza da Silva, *op cit.*

¹⁷ Magali Engel. *Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

prostitutas, por exemplo, representavam uma ameaça cotidiana em tempos de construção e consolidação de um novo ideário que buscava alçar a categoria “trabalho”, antes associada à figura dos escravizados, a um valor nobre, dignificante e respeitável. Era preciso solidificar o “mundo do trabalho” que representava o “mundo da ordem” e disciplinar, higienizar o “mundo da desordem”, associado aos grupos subalternizados.

Remontam a esse período os primeiros debates em torno do controle da prostituição, logo, do controle das prostitutas, não só no que dizia respeito às questões comportamentais tidas como desviantes, mas dos seus corpos, tidos como vetores de doenças, como a sífilis. Para alguns, controlar seria limitar, isolar, restringir a prostituição dentro do espaço urbano para melhor aplicar as medidas higiênicas e policiais. O intento era regulamentar a prostituição, sem extingui-la, mas mantendo-a, e tirando proveito dela para a conservação do sistema de privilégios sexuais masculinos tão caro à estrutura patriarcal.

Ela tem vivido e viverá sempre no meio de todas as sociedades, como um benefício à honra e probidade do lar das famílias, que tem aí como que uma válvula de segurança. O instinto cria no homem a força, a exigência da animalidade; refreai as grandes faculdades, tereis o idiota, o escravo, o nababo; retrai, porém, o instinto, tereis o criminoso¹⁸.

Para outros, no entanto, controlar seria diminuir, ou melhor ainda, acabar com a prostituição, erradicar esse mal do seio da sociedade, por meio da repressão policial rigorosa.

Penetrando, assim, em sua pesquisa, nos caminhos e descaminhos da prostituição feminina desde o crepúsculo do Império ao alvorecer do período republicano, Engel desvela nos discursos médicos e jurídicos os primeiros ensaios dos controles exercidos sobre essas mulheres no seu sentido físico, pela inspeção e controle de seus corpos, e moral, bem como o início do processo da construção das narrativas que visavam determinar o que era ser mulher na nascente sociedade burguesa.

Em 1991, foi publicado o livro *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)*, de Margareth Rago¹⁹, resultado da tese de doutorado em História defendida no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas na UNICAMP.

¹⁸ *Ibidem*, p. 106.

¹⁹ Luiza Margareth Rago. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1990.

Assim como Engel, Rago se debruça em estudar a prostituição feminina nas décadas de transição do período imperial para o período republicano em São Paulo, objetivando apreender esse fenômeno pela análise dos códigos morais que determinavam as condutas femininas.

Há também morais caracterizadas pela subjetivação. Nessas circunstâncias, o código pode até ser rudimentar, pois o que está em jogo é a relação do indivíduo com a norma. A ênfase recai toda na atitude – conjunto de procedimentos e exercícios – do indivíduo consigo mesmo, em sua capacidade de digladiar com suas próprias forças e transformar o seu modo de ser na possibilidade de governo dos outros²⁰.

A pesquisadora ressalta que para narrar a experiência de pesquisar o mundo da prostituição em São Paulo, entre 1890 e 1930, ela optou por enfrentar as representações e mitologias que constituíam o imaginário desse submundo, constatando que o interesse que a prostituição suscitou entre médicos, juristas, criminologistas, literatos e jornalistas, desde meados do século XIX esteve estreitamente ligado à preocupação com a moralidade pública e com a definição dos códigos de conduta da mulher num momento de intenso crescimento urbano-industrial.

No capítulo II, intitulado *Opacidades*, Rago afirma que a expansão do comércio do prazer no período e a sofisticação crescente do mundo da prostituição provocaram reações moralistas entre setores diversificados da população. Ao lado dos chefes de polícia, envolvidos com a moralização dos costumes, a imprensa promoveu sucessivas campanhas exigindo respostas mais eficazes de vigilância do submundo²¹.

Nesse momento, consolidou-se um movimento de unificação de forças entre médicos, juristas e criminologistas na tentativa de definir qual a melhor forma de intervenção dos poderes públicos na organização do mundo do prazer: “Inscrita na ordem jurídica, a prostituição feminina associa-se ao crime. Inscrita na ordem médica vincula-se à doença. Em seu entremeio debatem-se teses regulamentistas e teses abolicionistas cujo escopo é a normatização da prostituta e de suas práticas”²².

Achamos muito pertinente o destaque dado por Rago ao imperativo de se questionar a leitura que transforma a prostituição em um objeto natural, em invariante transhistórica, visão essa que se encerra na afirmação de que a prostituição seria a “profissão mais antiga do mundo”. O conceito de prostituição assume no sistema

²⁰ *Ibidem*, p. 17.

²¹ *Ibidem*, p. 107.

²² *Ibidem*, p. 16.

capitalista feições que não podem ser generalizadas para as práticas sexuais que garantiam o prazer masculino em outras formações econômicas sociais²³. A prostituição no capitalismo é:

Fenômeno essencialmente urbano, inscreve-se numa economia específica do desejo, característica de uma sociedade em que predominam as relações de troca, e em que todo um sistema de codificações morais, que valoriza a união sexual monogâmica, a família nuclear, a virgindade, a fidelidade feminina, destina um lugar específico às sexualidades insubmissas²⁴.

Utilizando como fontes jornais, revistas e obras literárias, Rago apresenta uma geografia do prazer, representada pelo universo das mulheres “públicas”.

Esses estudos descrevem a posição em que as prostitutas vêm sendo colocadas dentro da ordem social e moral desde os primórdios do Brasil republicano, bem como a construção ideológica que se procedeu em torno dessas figuras femininas no imaginário social brasileiro.

Esse arcabouço ideológico, que montou a figura da mulher “direita”, visou determinar os papéis que deveriam ser desempenhados pela mulher na nova ordem burguesa nascente, bem como controlar e docilizar os “corpos de Eva”, para que continuassem sendo, de acordo com a conveniência dos instintos do homem, corpos sagrados no santuário do lar para a prática do sexo santificante que perpetua a espécie e garante a linhagem pura do gene de um macho específico, no caso, o marido.

No âmbito público, seria legítimo que esses corpos femininos fossem espaços profanos para que esse mesmo macho, agora não mais na dimensão privada do seu lar, pudesse ter o seu espaço de *playground*, de diversão, de gozo, de vazão de suas fantasias e desejos, como havia sido na época colonial e imperial.

Em sua pesquisa para o mestrado em História, *Enegrecendo o meretrício: experiências da prostituição feminina no Rio de Janeiro (1871-1909)*, defendido em 2019 na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Beatriz do Nascimento Prechet²⁵ estuda a prostituição feminina na cidade do Rio na virada do século XIX para o XX, a fim de analisar a atuação de mulheres negras e pardas.

Ao investigar o universo da prostituição negra, a autora afirma que as prostitutas pretas eram vistas de maneira estereotipada, pois pesavam sobre seus corpos negros tanto

²³ *Ibidem*, p. 22.

²⁴ *Ibidem*, p. 23.

²⁵ Beatriz do Nascimento Prechet. *Enegrecendo o meretrício: experiências da prostituição feminina no Rio de Janeiro (1871-1909)*. Vitória: Editora Milfontes, 2020.

as desigualdades de gênero e de classe que conformavam aquela sociedade, quanto o racismo, que impregnava o pensamento social brasileiro na virada do século XIX para o XX²⁶

Enquanto a reforma urbana avançava nesse período, o esforço de modernização tropeçava em um elemento que viria frustrar as ideias de civilização projetadas pela elite branca: a presença de uma população majoritariamente negra e parda, cujos costumes, práticas, imagens e figuras não se enquadravam tão facilmente nos ideais de progresso, borrando a parcialidade moderna que se intentava definir para a cidade.

Prechet aponta que todos os esforços de análise do fenômeno da prostituição feminina deixaram de fora uma dimensão importante ainda inexplorada, que é o componente racial.

Ela afirma que os observadores contemporâneos, assim como parte da historiografia que lhes serviu de fonte, definiram uma imagem da prostituição no período muito diferente das marcas de atraso e perigo que compunham o dito baixo meretrício relegado às prostitutas nacionais, concentrando-se sobre as profissionais estrangeiras, que eram mais associadas ao espaço do teatro, dos cafés, e dos bares mais famosos e caros da cidade.

Segundo a autora, dessa forma, configurou-se uma tendência de apagamento da história de mulheres negras e pardas que desde a década de 1870 sobreviviam pela prostituição. Para ela, é importante explorar como o fim da escravidão e o pensamento científico e racial em voga nas últimas décadas do século XIX, impactaram a prostituição das mulheres negras e pardas e criaram sentidos sobre ela.

Essa discussão de Prechet nos remete às colocações de Lélia Gonzales concernentes à sexualização e objetificação do corpo da mulher negra a partir da construção nacional da figura da “mulata”, um estereótipo de corpo negro feminino, de silhueta sensual, formas voluptuosas, verdadeiro “convite ao pecado”, que ganha amplo espaço de valorização e culto no Carnaval, época em que esse corpo negro se torna de propriedade nacional, ganha evidência nas telas da televisão como vinheta da Globeleza, para a partir da quarta-feira de cinzas se tornar mais um corpo negro incômodo. Outro exemplo emblemático dessa apropriação do corpo da mulher negra como propriedade

²⁶ *Ibidem*, p. 2.

nacional, transformado inclusive em produto de exportação, foi, nos anos 70, o show “As mulatas do Sargentelli”²⁷.

No ensaio *A mulher negra na sociedade brasileira*, que compõe a coletânea de textos de Lélia Gonzales, ela afirma que:

Quanto à mulher negra, que se pense em sua falta de perspectivas quanto à possibilidade de novas alternativas. Ser negra e mulher no Brasil, repetimos, é ser objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelos racismos e pelo sexismo a colocam no nível mais alto de opressão. Enquanto seu homem é objeto da perseguição, repressão e violência policiais (para cidadão negro brasileiro desemprego é sinônimo de vadiagem; é assim que pensa e age a polícia brasileira), ela se volta para a prestação de serviços domésticos junto às famílias das classes médias e alta da formação social brasileira²⁸.

Para o cidadão negro brasileiro desemprego é sinônimo de vadiagem. E para a cidadã/mulher negra brasileira, desemprego/baixo nível de escolaridade seria sinônimo de quê? Vulnerabilidade, precarização, tanto pela via de um trabalho doméstico, quanto pela via da exploração sexual no formato da prostituição.

Prostituição e polícia: mulheres e homens na mira do policiamento moral em Belo Horizonte, MG, Brasil (c. 1920/1930), de Lucas Carvalho de Aguiar Pereira²⁹, é uma pesquisa que nos subsidiou no sentido de entendermos o contexto da criação da Polícia de Costumes no estado de Minas Gerais, então departamento de Polícia Civil responsável nos anos 60 e 70 por atender as ocorrências de vadiagem e atentado ao pudor, à moral e aos bons costumes. Era esse o departamento policial encarregado, portanto, de controlar, vigiar e enquadrar as profissionais do sexo, assim como quaisquer indivíduos que apresentassem comportamento sexual desviante.

Pereira trabalha com a hipótese de que a circulação de ideias científicas sobre a prostituição e a movimentação de sujeitos migrantes envolvidos com o tráfico internacional e nacional de mulheres no período, contribuíram para forjar uma espécie de regulamentação da prostituição no país, implicando em novas formas de as polícias estaduais atuarem diante dessa prática.

Ele desenvolve um estudo de caso a partir da capital de Minas Gerais, Belo Horizonte, que, segundo ele, pode ser uma cidade considerada exemplo de um modelo

²⁷ Lélia Gonzales. *A mulher negra na sociedade brasileira*. In: Flávia Rios; Márcia Lima (Orgs). *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaio, intervenções e diálogos*, de Lélia Gonzales. Rio de Janeiro, Zahar, 2020, p. 58.

²⁸ *Ibidem*, p. 58.

²⁹ Lucas Carvalho Soares de Aguiar Pereira. *Prostituição e polícia: mulheres e homens na mira do policiamento moral em Belo Horizonte, MG, Brasil (c. 1920/1930)*. *História*, v. 38, 2019.

mais amplo de recrudescimento do poder discricionário dos delegados de costumes no país, num período de consolidação de um policiamento moral das práticas de mulheres e homens nos espaços de divertimento e de prostituição em diferentes espaços urbanos do país.

Gestada, legitimada e instalada no final da década de 1920, a polícia de costumes foi gradativamente se institucionalizando na Delegacia de Fiscalização de Costumes e Jogos e seu surgimento se deu em um contexto de criação de delegacias especializadas.

As delegacias de costumes que surgiram no país naquele momento emergiram como soluções regionais para o problema da prostituição, diante da inexistência de uma legislação que regulamentasse essa prática no Brasil, já que do ponto de vista da lei, prostituir-se não era um ato ilegal.

Pereira afirma que homens e mulheres pobres, principalmente essas últimas, tornaram-se alvos desse policiamento moral. Além disso, os episódios de prisões de meretrizes no final da década de 20 acabaram por conformar um espaço de rearticulação das existências dessas mulheres, reforçando laços que podiam mantê-las presas em outras relações de poder abusivas.

Mas, por outro lado, segundo o pesquisador, a delegacia de Costumes em Belo Horizonte também acabou por funcionar como um espaço de apoio para as mulheres que se viam em situação de violência perpetradas por parceiros, buscando garantir-lhes direitos civis básicos.

O modelo da Delegacia de Costumes em Belo Horizonte tornou-se uma tendência nas décadas seguintes, abrindo caminho para a criação da Delegacia da Mulher na capital mineira.

Em *“Que tenhas teu corpo”*: uma história social da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas, Cristiana Schettini³⁰ analisa a cidade do Rio de Janeiro após a Proclamação da República para entender quais são os conflitos e as dificuldades do mundo da prostituição expressos na esfera jurídico-criminal.

Para isso, Schettini articula três espaços de interlocução em torno da prostituição, a saber: as relações entre prostitutas e autoridades policiais; os usos no Brasil das narrativas do tráfico internacional de mulheres; e os conflitos sociais registrados nos processos criminais de lenocínio, ato de induzir ou constranger alguém à prática da

³⁰ Cristiana Sachettini. *“Que tenhas teu corpo”*: uma história social da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

prostituição. Seu objetivo principal é identificar as formas pelas quais homens e mulheres vinculados a essa atividade participaram dos rearranjos nas relações de poder e nas hierarquias sociais que marcaram o estabelecimento do regime republicano.

A autora não entende o controle social e a repressão às prostitutas no Rio de Janeiro como sendo somente um mero processo de ilegalidades cometidas pela polícia, pois as negociações cotidianas que foram mantidas com diversos grupos de trabalhadores são exemplos concretos de uma certa margem de ação e indecisão que a República apresentou diante de determinados grupos sociais da capital federal.

As negociações acerca da garantia de certos direitos e da possibilidade de ocupar e atribuir significados próprios ao espaço urbano, ressignificam em parte os sentidos que costumam ser conferidos a este período da história brasileira.

Embora sua pesquisa não tenha tido como foco central a prostituição feminina, o livro *Contra a moral e os bons costumes: a ditadura e a repressão à comunidade LGBT*, fruto da tese de doutorado de Renan Quinalha³¹, têm importantes informações a agregar aos estudiosos que se debruçam sobre a temática da pauta de costumes durante o período ditatorial civil-militar no Brasil.

Seu objetivo foi investigar os contornos da política sexual concebida e implementada pelo regime militar, no período de 1968 a 1988, uma vez que, segundo o autor, foi estruturado um complexo aparato repressivo que incluía, para além da eliminação de dissidentes políticos, a regulação dos corpos marcados por orientação sexual e/ou identidade de gênero dissidentes. Quinalha afirma que:

É evidente que os mais distintos regimes políticos e formas de governo dispõem, em maior ou menor grau, de normas e instituições para regular dimensões da vida familiar de seus cidadãos. Essa invasão da esfera particular não é uma exclusividade das ditaduras. No entanto, quanto mais fechado e conservador é o regime político, maior a tendência de intensificar modos de controle nos espaços públicos e privados³².

A face mais visível da violência nesse processo de regulação pôde ser percebida através do controle e/ou repressão policial nas ruas direcionada a homossexuais, travestis e prostitutas.

A nível de história da prostituição feminina em Juiz de Fora, nossa referência fundamental foi a pesquisa *As mulheres de “Paraiburgo”*: representações de gênero em

³¹ Renan Quinalha, *op. cit.*

³² *Ibidem*, p. 18.

jornais de Juiz de Fora/MG (1964 a 1975), de Rita de Cássia Vianna Rosa³³, para a obtenção do título de mestre na Universidade Federal Fluminense, em 2009.

A autora, que se propôs a analisar as representações em torno da categoria gênero construídas nos e pelos jornais *Diário da Tarde* e *Diário Mercantil* nos anos de 1960 e 1970, passou um pente fino nas reportagens diárias desses dois periódicos, por um espaço de onze anos.

Ela dedicou um espaço no último capítulo da sua dissertação às profissionais do sexo em Juiz de Fora, englobando aquelas que faziam o *trottoir* pelas ruas centrais da cidade e as que residiam à Rua Henrique Vaz, nos ofertando um panorama bem vívido da luta dessas mulheres pela sobrevivência.

No capítulo I de sua dissertação, intitulado *Em Paraiburgo: a cidade dessas mulheres*, a autora usa como fonte para reconstituir a história de Juiz de Fora na segunda metade do século XX a tese de doutorado da jornalista Christina Ferraz Musse³⁴, que, utilizando como fonte artigos de jornais editados na cidade nas décadas de 1960 e 1970, bem como entrevistas com pessoas que testemunharam a história do período, fomentou-nos de subsídio para o entendimento da importância que a imprensa juizforana tinha como interlocutora e materializadora de uma visão de vida, de sociedade, de comportamento.

Referenciamo-nos nessa autora para procedermos a uma triagem das reportagens selecionadas para a nossa pesquisa.

Não podemos deixar de mencionar os estudos sobre a temática da prostituição feminina e sobre outras modalidades de violência às quais as mulheres sempre estiveram submetidas, como o estupro, por exemplo, e que se encontram citados na maioria dos trabalhos acima mencionados.

Essas pesquisas foram fundamentais para a consolidação dos estudos sobre prostituição no Brasil, tanto por resgatar a condição das mulheres enquanto sujeitos da História, como pelo uso da categoria “mulheres”, voltando para elas a centralidade de seus olhares³⁵. São eles:

Condição Feminina e as formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana 1890-1920, de Rachel Soihet³⁶. A autora analisa a história das mulheres dos segmentos

³³ Rita de Cássia Vianna Rosa, *op. cit.*

³⁴ Christina Ferraz Musse. *Imprensa, cultura e imaginário urbano: exercício de memória sobre os anos 60/70 em Juiz de Fora*. Nankin Editorial, 2008.

³⁵ Beatriz Alvarenga Bonella de Araújo, *op. cit.*

³⁶ Rachel Soihet. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano In: Mary Del Priore; Carla Bassanezi (Orgs.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo, Contexto, 2001. p. 362-400.

populares, moradoras de cortiços, e o sistema repressivo de disciplinamento ao qual foram submetidas. Também mereceram destaque no trabalho suas estratégias de resistência, observadas pelo exame de processos criminais, no período de 1890 a 1920, no Rio de Janeiro.

Meninas Perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque, de Martha Abreu³⁷. A autora pesquisa o cotidiano do amor dos setores populares, seus valores, costumes, sentimentos e comportamentos sexuais, entre 1904 e 1911. Discute ainda os embates entre os/as jovens com suas mães e com o aparato judicial, que procurava implementar projetos de civilização e controle moral nas primeiras décadas da república, por meio da atuação de policiais, juristas, juízes, promotores e advogados. Abreu utiliza como fontes os depoimentos de testemunhas e acusados, bem como os exames de corpo delito e os processos criminais que foram instaurados.

O baile de máscaras: mulheres judias e prostituição. As polacas e suas associações de ajuda mútua, de Beatriz Kushnir³⁸, examinam uma rede responsável pelo tráfico de mulheres judias usadas como prostitutas em vários centros, sobretudo no Rio de Janeiro no final do século XIX e início do século XX.

Por meio da documentação produzida pelas associações de ajuda mútua de prostitutas judias no Rio de Janeiro e em São Paulo, ela observa que as redes mafiosas como Zwi Migdal e IBFRI (Associação Benficiente e Funerária Israelita), mais do que somente traficar mulheres para diversos países da América, também ajudavam a perpetuar os costumes e tradições judaicas.

De Lená Menezes³⁹, temos a pesquisa de doutorado *Os estrangeiros e o comércio do prazer nas ruas do Rio de Janeiro (1890-1930)*. Utilizando processos de expulsão de estrangeiros com fonte, Menezes buscou entender a prostituição na cidade do Rio de Janeiro a partir da vivência estrangeira e sua influência no processo de modernização dela. Ao fazer isso, ampliou o estudo sobre o meretrício voltando o seu olhar para as prostitutas estrangeiras e para a prática do lenocínio, evidenciando como eram as relações entre esses homens e as mulheres que agenciavam.

³⁷ Martha de Abreu Esteves. *Meninas Perdidas. Os Populares e o Cotidiano do Amor no Rio de Janeiro da "Belle Époque"*, Ed. Paz e Terra, Oficinas da História, 1989.

³⁸ Beatriz Kushnir. *Baile de máscaras. Mulheres judias e prostituição. As polacas e suas associações de ajuda mútua de Beatriz Kushnir. História Social*, n. 4/5.

³⁹ Lená Menezes. *Os estrangeiros e o comércio do prazer nas ruas do Rio de Janeiro (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

A partir da revisão de literatura, foi possível verificar que a prostituição feminina foi atravessada pelo fenômeno da urbanização e pelo ideário de progresso que o acompanha, tanto a partir da segunda metade do século XIX e décadas iniciais da República, como nas décadas de 60 e 70, em Juiz de Fora. Percebemos que caminharam juntos, ainda que em momentos históricos diferentes, os projetos de urbanização, com ações de saneamento e higienização do espaço, e as ideias de remoção dos segmentos indesejáveis das áreas centrais.

Juiz de Fora, embora tivesse vivido seu processo de urbanização em épocas semelhantes as demais cidades brasileiras, ou seja, por volta do fim do século XIX e início do XX, e já havia conquistado a alcunha de “Manchester mineira”, em função de sua indústria têxtil, a partir dos anos 1960 é varrida por novas ideias de progresso, na esteira do Golpe Civil-militar.

O impulso dado à construção civil nos anos 60 e 70, no qual os casarões imperiais não só passaram a ser vistos como sinal de atraso, como sob seus escombros se ergueram prédios, a abertura da Avenida Brasil, margeando o Rio Paraíba do Sul por quilômetros, cortando a cidade como uma artéria de renovação, a revitalização da Praça da Estação, a transformação de parte de uma das vias principais do centro da cidade, a Rua Halfeld, em calçadão destinado somente para circulação de pedestres, constituiu um “boom urbanístico”.

Nesse contexto, assim como havia ocorrido no processo de urbanização das metrópoles republicanas, ressurgiu com toda a intensidade o incômodo com as prostitutas, mas não com a existência delas, diga-se de passagem, mas com a sua visibilidade.

Retoma-se a campanha de mantê-las circunscritas a um espaço, solução idêntica a pensada para as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, como mostram Magali Engel e Margareth Rago.

Esse espaço já existia em Juiz de Fora: a rua Henrique Vaz e suas adjacências, para onde elas haviam sido rechaçadas em 1948, em uma das inúmeras tentativas de saneamento das partes centrais da cidade, expulsando as prostitutas que faziam o *trottoir* na Praça da Estação e passaram a ser um incômodo para as “famílias de bem” com quem dividiam o espaço, considerado a sua principal área de lazer.

Nem todas as profissionais do sexo aceitaram essa transferência forçada, e as que resistiram continuaram a fazer o *trottoir* nas ruas adjacentes à Praça da Estação, se tornando alvo da polícia moral dos anos subsequentes.

Outro ponto importante indicado pela literatura revisada é o uso da expressão “baixo meretrício” para designar um grupo específico de prostitutas: as profissionais que cobravam um valor mais baixo pelos seus serviços e que atuavam nas ruas dos centros urbanos ou em espaços periféricos constituídos para tal fim. Em contraposição, tinha-se as meretrizes que compunham a prostituição de luxo, expressão usada, entre outros, por Margareth Rago. Meretrício tem referência direta com a palavra “meretrizes”, uma das designações de ‘prostitutas’.

Embora não tenhamos localizado em nossas referências a expressão oposta, “alto meretrício”, identificamos a imagem da prostituta de luxo na figura das “francesas”, que atuavam nos cafés luxuosos e teatros do centro do Rio de Janeiro.

Confirmamos, assim, o que o termo já nos sugeria; que existe uma hierarquização desse segmento profissional, sendo as profissionais que compõem o baixo meretrício as expostas a condições de vida mais precarizadas, em contraposição às prostitutas do “alto meretrício”, que atendem a uma clientela mais seleta do ponto de vista econômico.

Em Juiz de Fora, à época estudada, podemos encontrá-las nas boates Sensala e Bear House, na parte mais central da cidade, ou em casas situadas em bairros como o atual Aeroporto. Não sabemos precisar a origem do nome “Senzala” para denominar uma boate que abrigava a prática do alto meretrício, porque a pesquisadora que vos fala resgatou esse termo de suas memórias de infância, mas seria um ponto a ser melhor contemplado em futuras pesquisas sobre o tema.

CAPÍTULO 2: IMPRENSA: VOZES, SILÊNCIOS, ECOS E SUSSURROS, O SOM DA CIDADE

Perambulava pelas ruas já sem saber o que fazer
Procurava na noite uma solução
Para tanta dor, sofrimento e solidão
Então eu clamei ao povo da rua
Que me enviasse no momento alguma ajuda
Pois eu já não tinha forças para continuar
Ponto de umbanda: Perambulava pelas ruas

2. A imprensa como fonte

A fonte para a realização da nossa pesquisa é o periódico *Diário da Tarde*. Ao utilizarmos a imprensa como fonte algumas considerações são necessárias.

A reconstrução da história dos segmentos subalternizados tais como os operários, os indígenas, os negros, os membros da comunidade LGBTQIAP+, as profissionais do sexo e até mesmo as mulheres, de um modo geral, se constitui em um desafio para os historiadores, pois tais segmentos não têm as suas memórias contempladas nos compêndios da historiografia tradicional.

Além disso, a historiografia tradicional manteve o seu foco voltado para o registro das ações e memórias dos grandes vultos e personalidades e dos acontecimentos regidos pelos grupos hegemônicos, tomados como dignos de registro para a posteridade. Negros, indígenas e mulheres sempre enfrentaram um processo de apagamento de seus feitos, suas lutas e suas narrativas por parte dos detentores do poder, ao quais sempre interessaram a hegemonia de uma história única: a história do homem, hetero macho, branco e rico.

Portanto, resgatar a história dos acontecimentos cotidianos de homens e mulheres comuns, pessoas ordinárias, devolver a sonoridade da voz desses sujeitos históricos, muitas vezes abafada ou mesmo emudecida, mas que impactam profundamente a realidade, causam transformações, alteram o curso da vida das comunidades às quais estão inseridos, induz o historiador à busca de fontes outras que não os documentos institucionais, que não os documentos oficiais. O jornal é uma dessas fontes.

Um dos meios mais eficazes para vehicular conhecimento ao povo é indiscutivelmente o jornal. Na actualidade serve de motor para generalizar a sciencia entre as classes trabalhadoras que, sem tempo disponível, sem recursos para compra de livros, podem ler nas páginas do seu diário artigos instructivos. Encontram-se hoje muitas pessoas cujos conhecimentos são hauridos quase exclusivamente nos jornaes⁴⁰.

⁴⁰ Correio do Povo, 21 mai. 1931, *apud*, Mônica Karawejczyk. O jornal como documento histórico: breves considerações, *Historiae*, v. 1, n. 3, p. 131–147, 2011, p. 131.

Entretanto, nenhum documento é dotado de neutralidade e a atribuição de credibilidade ou não a determinado documento tem mais a ver com um juízo de valor calcado em critérios subjetivos associados a um discurso hegemônico do que com a suposta objetividade dele.

A não neutralidade do documento é um elemento ricamente agregador ao mesmo, pois a subjetividade que lhe é inerente abre um leque amplo de possibilidades, oportunizando o redirecionamento do diálogo do pesquisador com a sua fonte documental. A relação dialética entre objetividade/subjetividade invoca o surgimento de novas questões, novas problematizações dantes não pensadas quando da elaboração do projeto inicial de pesquisa.

A interface entre a não neutralidade/subjetividade da fonte, possibilita ao historiador fazer ao documento questionamentos dantes não pensados. Essa relação vívida e dialógica que se estabelece entre o pesquisador e a sua fonte é o que imprimirá à pesquisa o seu *design* final. Portanto, o historiador sabe como a sua pesquisa irá começar, mas não sabe, de fato, como ela terminará.

Segundo indica James Le Goff, desde que a História Cultural elevou a estatura do registro documental, alçando à fonte privilegiada todo e qualquer documento, os historiadores incorporaram ao seu ofício novas fontes de pesquisa.

Isso, associado à ampliação da noção de documento em meados do século XX, extrapolando o seu sentido de ser um testemunho escrito apenas, mas estendendo o seu conceito às imagens, sons, formas, abriu enormemente o campo da pesquisa histórica à novas possibilidades, e, portanto, à novos questionamentos, novos temas e novos agentes históricos.

Para Le Goff, “esse alargamento do conteúdo do termo documento foi apenas uma etapa para a explosão do documento que se produz a partir dos anos 60 e que levou a uma verdadeira revolução documental”, tanto qualitativa quanto quantitativa. E pondera: a intervenção do historiador que escolhe o documento, extraíndo-o do conjunto dos dados do passado, preferindo-o a outros, atribuindo-lhe um valor de testemunho que, pelo menos em parte, depende da própria posição da sociedade da sua época e da sua organização mental, insere-se numa situação inicial que é ainda menos “neutra” do que a sua intervenção. [...] [O documento] é antes de mais nada o resultado de uma montagem (consciente ou não) do historiador, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver [...] durante as quais continuou a ser manipulado⁴¹.

⁴¹ Jacques Le Goff. História e memória. São Paulo: Ed. da Unicamp, 1990, *apud* Mônica Karawejczyk. O jornal como documento histórico: breves considerações, *Historiae*, v. 1, n. 3, p. 131–147, 2011, p. 132.

No texto *Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa*, Cruz e Peixoto tratam dessa não neutralidade dos testemunhos do passado, uma vez que eles se constituem num lugar de fala de um dado grupo social:

Como lembramos anteriormente, entre nós, já vai longe o tempo em que uma compreensão positivista das evidências descartava a imprensa como fonte “fidedigna” e a olhava com desconfiança questionando sobre sua parcialidade e engajamento. De há muito, acertamos que o passado não nos lega testemunhos neutros e objetivos e que todo documento é suporte de prática social, e por isso, fala de um lugar social e de um determinado tempo, sendo articulado pela/na intencionalidade histórica que o constitui⁴².

Não é nenhum acontecimento inusitado, portanto, que a proposição inicial de uma pesquisa se altere a partir do contato do historiador com a sua fonte, pois é nesse momento que ocorre o atravessamento entre a subjetividade inerente à fonte e a subjetividade do sujeito que pesquisa.

Os diversos materiais da Imprensa, jornais, revistas, almanaques, panfletos, não existem para que os historiadores e cientistas sociais façam pesquisa. Transformar um jornal ou revista em fonte histórica é uma operação de escolha e seleção feita pelo historiador e que supõe seu tratamento teórico e metodológico. Trata-se de entender a Imprensa como linguagem constitutiva do social, que detém uma historicidade e peculiaridades próprias, e requer ser trabalhada e compreendida como tal, desvendando, a cada momento, as relações imprensa /sociedade, e os movimentos de constituição e instituição do social que esta relação propõe⁴³.

Nesse encontro de subjetividades, toma vulto a importância da teoria e do método de pesquisa. A teoria permite ao pesquisador buscar subsídios em conhecimentos já produzidos, apoiar-se em categorias de análises já consolidadas por seu campo de estudo ou por campos afins com os quais o seu trabalho possa dialogar, estabelecer paralelos, fazer releituras, estabelecer conexões, fornecer elementos para a elaboração de novas categorias analíticas e/ou a construção de novos quadros teóricos.

Ao método de pesquisa cabe municiar o historiador de ferramentas, de instrumentais, que calçados por um arcabouço teórico já construído ou em construção, garante a produção de um conhecimento que seja reconhecido como científico. É o método que provê os parâmetros para a análise objetiva da fonte, conferindo ao conhecimento produzido cientificidade, assegurando que a ciência histórica não se transforme em narrativas que hesitem entre os limites da fantasia e/ou da ficção.

⁴² Heloisa de Faria Cruz; Maria do Rosário da Cunha Peixoto. *Na Oficina do Historiador: conversas sobre história e imprensa*. *Projeto História*, n. 35, dez. 2007, p. 253-270, p. 258.

⁴³ Heloisa de Faria Cruz; Maria do Rosário da Cunha Peixoto, *op.cit.*, p. 258.

O critério da escolha do método de pesquisa está relacionado com as perguntas que o historiador faz à sua fonte; e muitas vezes as respostas encontradas acabam conduzindo-o a uma redefinição de rumos, imprimindo novos contornos ao projeto inicial proposto.

Portanto, se toda fonte documental, no caso aqui o jornal, traz em si a subjetividade do sujeito que a produz e reconhecendo que essa dimensão subjetiva está presente em todo e qualquer noticiário, desde os classificados às notícias cotidianas, aos “furos” de reportagem, como fazer para que possamos extrair o maior número de informações objetivas da notícia, com vistas a abarcar a concretude da realidade na qual ela é produzida?

Temos que analisar esse jornal a partir da sua historicidade, a partir do contexto ideológico, cultural, político e material em que ele foi produzido, pois a imprensa, ao mesmo tempo em que é constituída pelo contexto social que reporta é também constitutiva desse contexto, ao formar opiniões, tendências, ditar moda e costumes criando e recriando o cotidiano, ao mesmo tempo em que também é criado e recriado por ele⁴⁴.

A historicidade da notícia só é possível de ser capturada reportando-se ao contexto de sua produção, pela apreensão da realidade na qual ela foi elaborada, situando os jornalistas como sujeitos pertencentes a um determinado tempo histórico, imbuídos dos valores desse tempo, produtores, mas também produto e porta-vozes dele.

Um tempo histórico com peculiaridades próprias e demandas específicas, tangenciado por valores, ideais e intenções dos sujeitos que o protagonizam, pois, “a imprensa não se situa acima do mundo ao falar dele”, como afirma Raymond Williams, citado por Cruz e Peixoto em seu artigo “*Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa*”.

“Manancial fértil para o conhecimento do passado”, “fonte de informação cotidiana”, “material privilegiado para a recuperação dos acontecimentos históricos” são alguns dos qualificativos sobre a utilidade da imprensa para a pesquisa histórica que se espalham pelos trabalhos e que, de certo modo, têm contribuído para naturalizar certas formas de uso⁴⁵.

No texto *História do, nos e por meio dos periódicos*, Tania Regina de Luca nos dá o exemplo do papel que a revista *Seleções*, lançada no Brasil em 1942, tem como fonte importante para os pesquisadores que estudam a difusão dos valores e do modo de vida norte-americanos no Brasil, no contexto da política de boa vizinhança com a América Latina, uma das tônicas do governo Roosevelt:

⁴⁴ Rita de Cássia Vianna Rosa, *op. cit.*

⁴⁵ Heloisa de Faria Cruz; Maria do Rosário da Cunha Peixoto, *op. cit.*, p. 256.

Ao lado de outros veículos como o rádio e o cinema, a publicação cumpria função estratégica na difusão dos valores e modo de vida norte-americanos e, apesar de não ser uma iniciativa oficial, ajustava-se às demandas do poder, como bem mostrou Antônio Pedro Tota. A mesma publicação foi abordada por Mary Junqueira com o objetivo de discernir, a partir do universo simbólico norte-americano, as representações construídas acerca da América Latina, encarada como um novo oeste a ser domado e civilizado⁴⁶.

No parágrafo seguinte, Tania de Luca destaca a forma com que a imprensa teve que lidar com o espectro da censura nos momentos em que ela sofreu tentativa de silenciamento, nas ocasiões em que não se colocou como porta-voz incontestado dos regimes autoritários. Momentos esses em que precisou lançar mão da própria “subjetividade” como instrumento de camuflagem e/ou resistência frente às conjunturas históricas em que os grupos no poder queriam amordaçá-la; ou ainda como forma de arcar com os rebotes, os efeitos colaterais que se voltavam contra ela própria, frutos da colaboração na criação dessas condições de amordaçamento.

Não há como deixar de lado o espectro da censura. Em vários momentos, a imprensa foi silenciada, ainda que por vezes sua própria voz tenha colaborado para criar as condições que levaram ao amordaçamento. O papel desempenhado por jornais e revistas em regimes autoritários, como o Estado Novo e a ditadura militar, seja na condição de difusores de propaganda política favorável ao regime ou espaço que abrigou formas sutis de contestação, resistência e mesmo projetos alternativos, tem encontrado preocupações contemporâneas, inspiradas na renovação da abordagem do político⁴⁷.

Após a filtragem do texto oculto, das mensagens subliminares por trás reportagens, o que elas, de fato, contêm de informações sobre o que queremos saber? A resposta pode ser obtida pela análise de conteúdo das reportagens. Pela análise de conteúdo filtramos as informações, pela análise de discurso filtramos as intenções. Duas faces de uma mesma moeda.

Portanto, todo conteúdo expresso através de um texto, seja ele grafado ou proferido, é imbuído da intenção de transmitir ideias, valores e comportamentos que interessam ao grupo dominante daquela sociedade, que veiculam a sua ideologia por meio da detenção do monopólio do discurso.

O discurso se transforma em materialidade que se expressa nas condições reais de sobrevivência, define lugares sociais, reforça posições. O campo das narrativas não é um campo neutro, mas sim um campo em constante disputa. Não existem narrativas puristas,

⁴⁶ Tania Regina de Luca. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: Carla Bassanezi Pinsky (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2008, v. 1, p. 111-153. p. 129.

⁴⁷ *Ibidem*.

ingênuas, neutras, que não representem voz nenhuma, não falem de local nenhum e que nada pretendem.

Isso fica evidenciado em épocas de eleição, por exemplo e na forma como o último debate entre os candidatos à presidência da República, por exemplo, pode influenciar de forma substancial a opinião do eleitor, a ponto de alterar o resultado da mesma.

Portanto, discurso é toda situação que envolve a comunicação dentro de um determinado contexto e diz respeito a quem fala, para quem se fala e sobre o que se fala. São organizados e utilizados para expressar pensamentos, sentimentos e informações de maneira coerente e significativa, visando obter adesão, moldar, modular, controlar.

Todo interlocutor de um discurso quer convencer o seu auditório; e aquele que convence gera adesão ao ponto de vista por ele defendido, consegue seguidores e multiplicadores.

Toda narrativa trata-se, portanto, de um discurso, que não só reflete a realidade em que ele é produzido, mas atua sobre essa realidade, condicionando-a, manipulando-a, modificando-a. Ou seja, para os grupos que estão no poder, o discurso é um instrumento poderosíssimo. A retórica discursiva é, portanto, um instrumento de poder.

Michel Foucault, em seu livro *Vigiar e Punir*, busca desvendar a relação entre as práticas discursivas e os poderes que as permeiam, delineando artifícios que moldam e controlam os discursos na sociedade. Segundo ele, “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo pelo que se luta, o poder de que queremos nos apoderar”⁴⁸.

Para Foucault, os “discursos de verdade” da sociedade, por meio de sua linguagem, comportamento e valores, são relações constituídas de poder, e, portanto, aprisionam os sujeitos. Ou seja, parafraseando Foucault: o grupo social que detém a hegemonia do discurso e as suas formas de transmissão, detém o poder sobre a sociedade⁴⁹.

O historiador Durval Muniz Albuquerque Júnior enfatiza a importância de contextualizar a conjuntura em que um discurso ou um pronunciamento é produzido:

Ao assumirmos o discurso ou um pronunciamento como fonte para o nosso trabalho não devemos perguntar apenas o que ele diz sobre o passado, que informações ele nos traz, mas devemos nos perguntar como esse discurso foi

⁴⁸ Michel Foucault. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1987, p. 66.

⁴⁹ Michel Foucault. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

produzido, em que época, por quem, em que circunstâncias políticas, econômicas e sociais⁵⁰.

Considerando os trabalhos desses dois autores, Foucault e Durval Muniz, temos claro que ao focarmos no conteúdo das reportagens, precisamos entendê-las como discursos que falam em nome dos grupos hegemônicos, plataformas de convencimento sistematizadas a fim de impor a todos os sujeitos, seus leitores, ainda que de forma sutil e subliminar, em alguns momentos e de forma explícita em outros, a sua concepção de mundo e a organização desse mundo de acordo com os próprios interesses.

É reconhecido o papel decisivo de Juiz de Fora na deflagração do golpe civil-militar. Da cidade partiram as tropas lideradas pelo general Mourão em direção ao Rio de Janeiro, a fim de se juntarem a outras forças militares para depor o então presidente da república João Goulart em “defesa” da democracia. Foi esse protagonismo da cidade que colocou definitivamente em movimento a engrenagem para a concretização do golpe que iria impactar para sempre a história do Brasil.

Segundo o relatório da Comissão Municipal da Verdade, além de “carregar a mácula de ser o município de onde o golpe teve início, Juiz de Fora foi uma das primeiras localidades brasileiras a enfrentar a repressão de estado naquele momento histórico”⁵¹.

Às vésperas da saída das tropas, vários postos de gasolina foram “interditados” e só os automóveis das Forças Armadas podiam ser abastecidos. Os bancos também foram ocupados e prisões realizadas como “forma de precaução”. Nas memórias de seu diário, o general Mourão afirma ter determinado que a polícia militar ocupasse também a estação telefônica para facilitar o contato entre os militares, o que chamou de “Operação Silêncio”⁵². Tal operação visava o controle dos veículos de comunicação, que envolvia a ocupação do Departamento dos Correios e Telégrafos (DCT), da Central Telefônica Brasileira (CTB), de jornais e de emissoras de rádio e TV.

Além da “Operação Silêncio”, na qual certamente Misael foi preso⁵³, era deflagrada a “Operação Gaiola”, que ocupou a sede dos partidos políticos e sindicatos, para evitar reações contrárias ao movimento⁵⁴.

⁵⁰ Durval Muniz Albuquerque Junior, A dimensão retórica da historiografia. In: Carla Pinky; Tania Regina de Luca (Orgs.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Editora Contexto, 2011, p. 235.

⁵¹ Comissão Municipal da Verdade. *Memórias da repressão*: relatório da Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora. Juiz de Fora: MAMM, 2016, p. 47.

⁵² Comissão Municipal da Verdade, *op. cit.*, p. 48.

⁵³ Misael Cardoso Teixeira, diretor Regional dos Correios de Juiz de Fora, que está incluído no grupo dos primeiros presos políticos da ditadura militar brasileira. Ver: Comissão Municipal da Verdade, *op. cit.*, p. 46.

⁵⁴ Comissão Municipal da Verdade, *op. cit.*, p. 48.

Como demonstrado pelas manchetes do *Diário Mercantil* dos dias 1º e 2 de abril de 1964, a imprensa local alinhou-se ao ato golpista, assumindo um posicionamento de total apoio e referendo ao mesmo. Pelas páginas dos jornais, o golpe de Estado em andamento no país era retratado como um “movimento revolucionário” e já no dia 1º de abril ele era alcunhado por eles como “revolução”.

Apesar de, nos dias que se seguiram à ação golpista, os cidadãos de Juiz de Fora terem ficado sob a vigência de lei seca, toque de recolher, sem acesso aos serviços bancários, impedidos de viajar, impedidos de adquirir combustíveis, de telefonar, e assistindo aos veículos de comunicação sob censura, a imprensa local insistia em apresentar toda essa conjuntura sob uma ótica de normalidade, tanto do ponto de vista da vida política do país, quanto do cotidiano da população. Apresentava as notícias como se aquele regime de exceção que estava se instalando no país não afetasse em nada a vida dos cidadãos brasileiros.

A imprensa, então, insistia na “normalidade” na vida política do país. Outro jornal da cidade, *Diário da Tarde*, com a manchete “O ambiente em Juiz de Fora é de paz e trabalho”, afirmava que a cidade voltava à “vida normal” já no dia 2 de abril. Segundo matéria publicada, “o povo voltou às suas ocupações e locais de trabalho, certo de que o flagelo passou”. No entanto, a notícia admitia que havia certa apreensão com o que ocorria no Rio Grande do Sul, referindo-se aos pronunciamentos pelas rádios”. Certamente tratava-se dos chamamentos de Leonel Brizola à resistência ao golpe. De Porto Alegre, o líder trabalhista tentava reviver a Campanha da Legalidade⁵⁵.

Além da postura em tratar o golpe como um ato revolucionário em defesa da liberdade e da democracia contra o perigo do avanço do comunismo sobre o país, a imprensa local também se empenhou em uma campanha sistemática referente à exaltação de Juiz de Fora como o local que foi o ponto de partida para a deposição do governo do presidente João Goulart.

Mas como é afirmado no livro *Memórias da Repressão*⁵⁶, se Juiz de Fora protagonizou o golpe, esse trágico momento da história brasileira, sob o comando do General Mourão, foi também uma das primeiras cidades a enfrentar a repressão de Estado e a presenciar os primeiros atos de truculência e violação de direitos civis que iriam se

⁵⁵ Jorge Ferreira. Juiz de Fora e o Golpe Civil-Militar de 1964. *Locus: Revista De História*, n. 29, v. 1, p. 126-51.

⁵⁶ Comissão Municipal da Verdade, *op. cit.*, p. 48.

tornar política oficial do estado brasileiro após a edição do AI 5, tornando-se assim chave fundamental para a compreensão de muitos elementos ainda obscuros desse período.

A partir de 1964, então, Juiz de Fora se projetou no cenário nacional e passou a ser denominada pela imprensa de a “Capital Revolucionária”⁵⁷. Os periódicos locais, em sintonia com o movimento golpista, divulgaram manchetes a favor dos “democratas”⁵⁸ e da “Revolução Gloriosa”⁵⁹. Esse apoio incondicional ao golpe já delineou o papel que a imprensa local assumiria nos anos subsequentes: de alinhamento e referendo às práticas de patrulhamento ideológico, político e moral do aparato militar repressor.

Entender esse posicionamento conservador da elite juizforana e dos dirigentes políticos locais é de fundamental importância para indicarmos de qual local fala um dos órgãos de imprensa de maior importância na cidade de Juiz de Fora, pertencente ao Grupo dos Diários Associados, de propriedade do empresário Assis Chateaubriand, responsável pela elaboração, impressão e circulação dos periódicos *Diário Mercantil e Diário da Tarde*.

2.1 Juiz de Fora representada pela imprensa

Como assinala Rita de Cássia Vianna Rosa no seu trabalho *As mulheres de “Paraiburgo”: representações de gênero em jornais de Juiz de Fora/MG (1964 a 1975)*⁶⁰, há vários estudos que retratam o perfil de Juiz de Fora nos anos iniciais do século XX, sendo que não encontramos o mesmo volume de produção quando se trata da sua segunda metade. Para ela, quem melhor nutre esse vácuo na historiografia é Christina Ferraz Musse⁶¹, que elabora uma análise sobre esse período em sua tese de doutorado, intitulada *Imprensa, cultura e imaginário urbano: exercício de memória sobre os anos 60/70 em Juiz de Fora*.

Trabalhando a partir da reconstituição histórica feita por Musse, Rita de Cássia Viana apresenta o que ela considera como sendo os pontos mais relevantes que permitem contextualizar sobre qual Juiz de Fora os jornais discorriam naquele momento.

Vianna Rosa escreveu seu trabalho em 2009. Em relação ao período do regime civil-militar contamos atualmente com um documento que se tornou fundamental para a compreensão desse período: os relatórios das comissões da verdade instauradas no país

⁵⁷ Rita de Cássia Vianna Rosa, *op.cit.*

⁵⁸ *Ibidem.*

⁵⁹ *Ibidem.*

⁶⁰ Rita de Cássia Vianna Rosa, *op. cit.*

⁶¹ Christina Ferraz Musse, *op cit.*

durante o governo Dilma. O relatório da Comissão Municipal da Verdade acessou informações sobre esse período para muito além daqueles relatados pela história oficial, se tornando leitura obrigatória para quem que pesquisar sobre Juiz de Fora no contexto da ditadura.

Em Juiz de Fora, o Golpe Militar de 64 precipitou a substituição das antigas oligarquias que comandavam a cidade por elites emergentes que vieram surfando nas ondas do novo regime e do “milagre econômico”.

A cidade vinha se reconfigurando desde os anos 1940 e assumindo um novo perfil econômico, não mais industrial, mas de cidade terciária e prestadora de serviços.

Se o processo de “desindustrialização” já vinha se acentuando desde a década de 40, se a cidade atravessa os anos 50, vindo ser reconfigurada a sua vocação, isto é, ela vai abandonando o mito de Manchester e assumindo paulatinamente o perfil de cidade terciária e prestadora de serviços, os anos 60 trazem o golpe de misericórdia, isto é, praticamente **enterram uma cidade e recriam outra**, à imagem e semelhança das novas elites que chegam ao poder. Ao mesmo tempo, de forma paradoxal, este período se caracteriza como um dos mais ricos e curiosos da produção cultural da cidade⁶².

O aparecimento dessa elite emergente do “milagre econômico”, associada à grave crise enfrentada pelo setor têxtil, culminando no fechamento de inúmeras indústrias e na extinção de inúmeros postos de trabalho, teria imprimido nas feições de Juiz de Fora, remontando aos seus primórdios, um caráter de cidade de entreposto, ponto de passagem aonde as pessoas chegavam e partiam, sem criar raízes.

Os atos oficiais aprovados pelo poder público local refletiam a incorporação do ideal de progresso e de modernização da cidade por parte da administração municipal, e a imprensa não só encampou esse ideário como se posicionou como porta-voz da concretização desse ideal, como podemos perceber nas matérias veiculadas.

O *Diário da Tarde*, em reportagem que explicava a escolha do nome “Progresso” para o então nascente bairro, ressaltava que o mesmo lhe fazia total jus, tanto pela rapidez de seu crescimento, que, em apenas dois anos e oito meses contava com 600 casas e dois mil habitantes aproximadamente, quanto pela coerência em relação à rapidez do desenvolvimento da cidade em que estava inserido⁶³.

Também ocuparam espaço nos jornais os grandes empreendimentos imobiliários, seja em formato de reportagens, nas quais, por exemplo, os jornais cobravam da Câmara

⁶² Christina Ferraz Musse, *op. cit.*, *apud*, Rita de Cássia Vianna Rosa, *op.cit.*, p. 15, grifos meus.

⁶³ Rita de Cássia Vianna Rosa, *op.cit.*

Municipal que ela desse a devida atenção às construções que estavam sendo um empecilho ao ritmo de modernização da cidade, quanto nos espaços publicitários.

É também nessa época que tem início a descaracterização arquitetônica de Juiz de Fora, em que os casarões do século XIX passaram a ceder lugar aos prédios. Entraram na lista de demolições as construções tidas como “pardieiros” ou “antros”, que além de incomodarem por exporem a situação precária dos setores que viviam em vulnerabilidade social, eram locais considerados ameaçadores da ordem e da moral, pois segundo a imprensa, os habitantes dessas áreas variavam de

vítimas da exploração, a pessoas com tendência à promiscuidade (meretrizes, vadios) e “famílias incompletas”, isto é, vindas do meio rural, contando com mãe e filhos, essas mulheres arrumavam novos companheiros na cidade, gerando desajustes familiares e marcadas pela ausência do sentimento comunitário⁶⁴.

A preocupação em sanear o centro urbano da cidade desses pardieiros se dava em função de muitos deles serem usados como prostíbulo, ou seja, locais para onde as profissionais do sexo levavam os fregueses aliciados durante o *trottoir* feito na Praça da Estação e na parte baixa das ruas que aí desembocavam. A abertura da Avenida Brasil nos anos iniciais da década de 70 empurrou muitos habitantes dessas moradias para regiões periféricas.

Os veículos de comunicação impressos de Juiz de Fora, em função da programação restrita da TV, eram os grandes veículos de informação e difusão de ideias. Existiam três jornais diários de maior circulação: *Diário Mercantil*, *Diário da Tarde* e *Gazeta Comercial*. De circulação mensal havia a revista *O Lince*.

O *Diário da Tarde* e o *Diário Mercantil* pertenciam ao Grupo dos Diários Associados, de propriedade do empresário Assis Chateaubriand. Seleccionamos o *Diário da Tarde* como o jornal fonte para o nosso estudo, mas entendemos ser importante fazermos uma apresentação do *Diário Mercantil*, uma vez que os dois periódicos estão diretamente relacionados entre si.

O jornal *Diário da Tarde* foi criado com o objetivo de substituir uma segunda edição diária do *Diário Mercantil*, mas ele não cumpriu somente o papel de substituto no tocante a permitir a redução da circulação deste para apenas um período do dia.

O *Diário da Tarde* também assumiu um caráter mais popular enquanto o *Mercantil* permaneceu fiel ao seu caráter elitista. Mas tanto um jornal quanto o outro continuaram atados ao conservadorismo, unidos pela mesma linha ideológica que os

⁶⁴ Rita de Cássia Vianna Rosa, op.cit., p. 20.

embasava, pois pertenciam ao mesmo empresário, Assis Chateaubriand. Embora não fossem os únicos representantes da imprensa escrita em Juiz de Fora de então, os dois jornais somados reinavam majoritários entre os leitores da cidade.

Em 1931, o *Diário Mercantil* foi incorporado pelos *Diários Associados*. As características do seu noticiário refletiam o seu perfil conservador, representante do pensamento das elites da cidade industrial e cosmopolita.

Na história da imprensa brasileira, poucos periódicos conseguiram sobreviver por tantas décadas e criar vínculos tão intensos com o seu público leitor quanto o *Diário Mercantil*, que circulou na cidade de Juiz de Fora do ano de 1912 até 1983. Nos anos 1960 e 1970 ele era o jornal de maior destaque e o principal formador de opinião.

A cronista do *Diário Mercantil*, Cosette de Alencar, em editorial publicado em 1968, classifica o jornal como “*alter ego*” de Juiz de Fora e “porta voz da opinião pública”, evidenciando a visão das elites a respeito do periódico que, segundo Christina Musse, era feito “da elite para a elite”⁶⁵.

Em sua tese, Musse concluiu que: “A maneira de descrever, *narrar a cidade*, adotada pelo caderno principal do *Diário Mercantil* estava sintonizada com a *forma pela qual as elites e o poder político idealizavam a cidade*”⁶⁶. Musse aponta a tendência de “direita” e “pró-governista” do jornal, que dava amplo espaço para as matérias de interesse da ditadura militar, sendo que isso acontecia até mesmo porque as pessoas que tinham expressão administrativa no jornal eram vinculadas aos setores militares, partidos e entidades de direita.

Por seu estudo estar centrado nas representações de gênero feitas pelos jornais *Diário Mercantil* e *Diário da Tarde*, Rosa⁶⁷ teve a sensibilidade de atentar para a composição do quadro de funcionários do Grupo *Diários Associados*, constatando que as mulheres totalizavam 20 no ano de 1965.

A autora mostra que nos dias 17 e 18 de julho de 1965 o *Diário Mercantil* veiculou reportagem intitulada *A mulher na organização Associada* para homenagear a importância da presença feminina na empresa. Fica claro, segundo Rosa, que, pelos atributos femininos exaltados pela matéria jornalística, havia de fato o reconhecimento da importância da figura feminina, não só na redação do jornal, mas em todos os setores. Porém, estimulava-se a participação não de qualquer figura feminina, mas de um perfil

⁶⁵ Christina Ferraz Musse, *op. cit.*, p. 171.

⁶⁶ Christina Ferraz Musse, *op. cit.*, p. 86, grifos do autor.

⁶⁷ Rita de Cássia Vianna Rosa, *op. cit.*, p. 20.

muito determinado. Era importante a presença da mulher no órgão de imprensa que sintetizasse as qualidades de tranquilidade, equilíbrio, inteligência, paciência e sensibilidade, fazendo um paralelo do rádio e do jornal com o lar. Essas qualidades, associadas aos requisitos de boa mãe e boa esposa, cuidadora, mantenedora da paz e do equilíbrio, demonstra que o Grupo Diários Associados tinha um estereótipo de gênero feminino bem delineado e bem de acordo com os padrões conservadores, ou seja, o protótipo da “mulher direita” era o perfil de funcionária do Grupo.

Das vinte funcionárias, duas eram redatoras da Página Feminina, duas eram cronistas, uma era locutora e outra era do Rádio Escuta. Elas eram responsáveis por seções, reportagens, programas radiofônicos e pelos contatos com os escritórios dos Associados de Juiz de Fora.

Sobre a temática da prostituição feminina em Juiz de Fora, o *Diário da Tarde* veiculou duas séries de reportagens, com um espaço de dois anos entre elas, nos anos de 1967 e 1969, respectivamente.

O primeiro grupo de reportagens ficou a cargo de uma mulher, Helena Gilda Duque, e voltou-se para as prostitutas que faziam o *trottoir* na Praça da Estação e nas ruas centrais de Juiz de Fora.

No *Diário da Tarde* de 21 março de 1967, na página 6, foram publicadas as seguintes reportagens: *Polícia de JF está bem colocada no polígono do ‘trottoir’, Inclusão no capítulo de vadiagem; Polícia ataca apenas um antro e Você as descobre numa esquina qualquer.*

Ao contrário da segunda série de reportagens, composta por quatro artigos jornalísticos, veiculadas dos dias 9 a 12 de julho de 1969, as quais são analisadas neste estudo, que ficaram a cargo do repórter Carlos Alberto Luppi, esse grupo de notícias foram todas veiculadas na mesma edição.

Não conseguimos determinar o motivo da diferença de formato de publicação e nem porque em 1967 elas foram encomendadas a uma jornalista mulher e em 1969 elas ficaram a cargo de um jornalista homem, mas percebemos que o quesito gênero pesou na abordagem e no olhar sobre as prostitutas. Em nossa avaliação, Helena Gilda Duque expressou uma empatia, uma sensibilização em relação ao drama relatado pelas mulheres que não identificamos no repórter Carlos Alberto Luppi.

A primeira série de reportagens não é objeto desse estudo. Seleccionamos a segunda, pois ela foi direcionada `s profissionais do sexo que atuavam na Rua Henrique Vaz. No entanto, a apresentaremos de forma breve no Capítulo III, pois elas são muito importantes

para que busquemos apreender o fenômeno da prostituição feminina em Juiz de fora de modo global e na sua totalidade.

2.2 O *Diário Mercantil*

Quais aspectos diferenciavam o *Diário Mercantil* do *Diário da Tarde*, uma vez que ambos eram pertencentes ao mesmo grupo, o *Grupo Diários Associados*, detentor do monopólio da imprensa escrita em Juiz de Fora? Alguns fatores os distinguiam.

Em primeiro lugar, o público-alvo ao qual os dois jornais eram direcionados: o *Diário Mercantil* era um periódico voltado para as elites econômicas de Juiz de Fora, isto é, para os setores “pensantes”, e o *Diário da Tarde* era um periódico voltado para as classes populares, ou seja, um jornal voltado para o “povão”.

O segundo aspecto era o de que o *Diário Mercantil* tinha uma circulação mais restrita. Pelo fato de sua aquisição ocorrer somente através de assinatura, a sua inserção se dava primordialmente entre aqueles que tinham poder aquisitivo para assiná-lo, ou seja, a elite econômica e os que se aproximavam dela, a classe média alta.

Em terceiro lugar, por ser um periódico direcionado à elite, o *Diário Mercantil* dispunha de textos mais elaborados, que cobriam com maior abrangência assuntos envolvendo política e economia. Dedicava-se a divulgar mais amplamente os acontecimentos da conjuntura internacional e nacional, e reservava menos espaço para o noticiário local e as questões envolvendo o cotidiano da cidade.

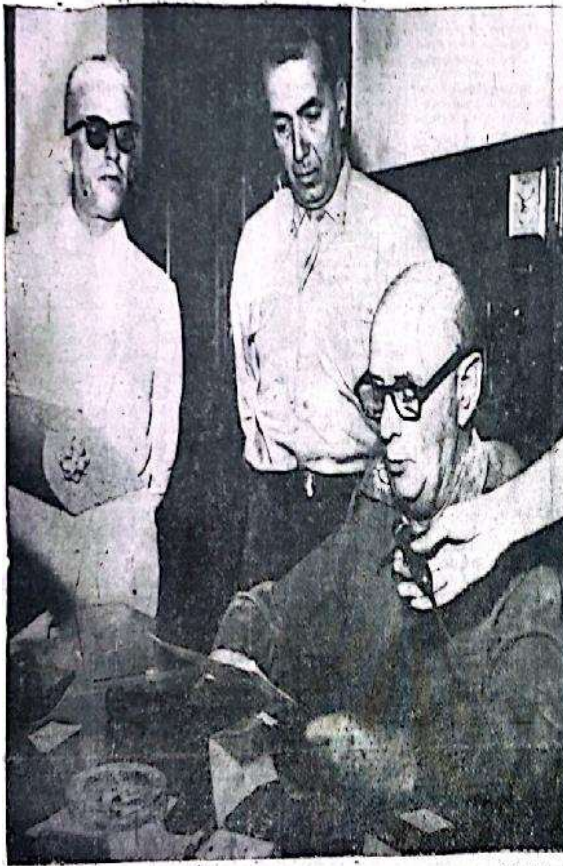
Entendemos, portanto, o *Diário Mercantil* e o *Diário da Tarde* como partes de um mosaico bifacial. Por esse fato, alçamos o *Diário Mercantil* a uma fonte subsidiária. Para ilustrarmos o caráter conservador do *Diário Mercantil*, acessamos a cobertura dada por ele quando da eclosão do golpe civil-militar e da instalação do governo ditatorial no país.

As manchetes e reportagens veiculadas por ele ao anunciar esses acontecimentos ratificaram uma postura de total apoio, referendo e alinhamento ao movimento golpista, configurando, no nosso entender, não só apoio ideológico, mas a colocação do órgão de imprensa a dispor dos golpistas.

A primeira reportagem publicada pelo *Diário Mercantil* data do dia 1 de abril de 1964. Foi uma matéria de capa reportando a participação direta do General Mourão Filho na perpetração do golpe e suas ações, que acionaram a engrenagem do golpe civil-militar ao reunir as tropas de soldados que partiriam de Juiz de Fora em direção ao Rio de Janeiro.

Figura 1. *Diário Mercantil*, 1 de abril de 1964.

O general Mourão Filho sai em defesa do regime e instala em JF o QG da Fôrça de Defesa da Democracia em Minas Gerais



GENERAL OLYMPIO MOURÃO FILHO LE SUA PROCLAMAÇÃO — Na foto no alto flagrante tomado às 11 horas de ontem no Quartel General da 4.ª Região Militar no momento em que o general Olympio Mourão Filho, comandante da 4.ª RM, lê sua proclamação aos militares e ao povo de Minas e do Brasil. Ao lado, o Coronel Batista, chefe do Estado-Maior da Região.

Desde as primeiras horas da manhã de ontem, foi instalado em Minas, e aos poucos vai recebendo a adesão de várias unidades da Federação, o movimento de Defesa da Democracia.

A 4.ª Região Militar, sob o comando do general Olympio Mourão Filho, depois de ouvir a tropa, já que o discurso pronunciado na véspera pelo sr. João Coustari, no Automóvel Cléo do Brasil, quando se comemorava o 40.º aniversário de fundação da Polícia Militar da Guanabara, esclareceu que as intenções de proclamar eram outras que não a da preservação do regime, resolveu, contudo, ainda vários assuntos de cunho político, econômico do que ali está e assim, colocar em marcha as tropas sob seu comando.

Desde logo recebeu a adesão do general Amador Krieger, comandante do 2.º Esquadrão da 2.ª Região Militar, enquanto que parte da Guarnição da Guanabara, o 1.º Esquadrão, tomou posição ao lado do comandante da 4.ª R. M., falhando-se também que o Rio Grande do Sul manifestou-se ao lado daqueles que resolveram lutar pela preservação do regime democrático.

(Cont. na 5.ª pag.)



MILITARES COMPARECEM — Na foto flagrante tomado na tarde de ontem na sala de apresentações. Ali, grande número de oficiais e graduados da 4.ª RM, prontos para seguir para onde fossem mandados. Oficiais e graduados ali chegaram à noite e, minutos depois, já se apresentavam uniformizados.

Magalhães Pinto fala à Nação sôbre os motivos que levam Minas a lutar pela ordem legal

PALÁCIO DO GOVERNO EM BELÓ HORIZONTE, 1 (Serviço Telex) — O governador Magalhães Pinto dirigiu, hoje à Nação, o seguinte manifesto:

“Brasileiros
Foram inúteis todas as aderências que temos feito no País, contra a radicalização de posições e de atitudes, contra a diluição do princípio federativo e pelas reformas estruturais dentro dos quadros do regime democrático.
Finalmente, quando a crise nacional já assumindo características cada vez mais dramáticas, inútil foi fare-

mos nosso apoio ao Governo da União para que se mantivesse fiel à legalidade Constitucional.

Tivemos, sem dúvida, o apoio de forças representativas, todas empenhadas em manifestar o sentimento do povo brasileiro anseoso de paz e de ordem para o trabalho, único ambiente propício à realização das reformas profundas, que se impõem, que a Nação deseja, mas que não justificam, de forma alguma, o sacrifício da liberdade e do regime.

O Presidente da República, como notoriamente o de-

(Continua na 5.ª página)

Fonte: *Diário Mercantil*. O general Mourão Filho sai em defesa do regime e instala em JF o QG da Fôrça de Defesa da Democracia em MG. *Diário Mercantil*, 1 abr. 1964.

Não é nosso objetivo aqui a análise da reportagem em si, mas queremos apenas destacar algumas afirmações contidas na manchete agigantando a ação do General Mourão Filho: “(...)sai em defesa do regime(...)”. Mais adiante: “(...)instala em JF o QG(...) de Defesa da Democracia”.

Figura 2. Diário Mercantil, 2 abr. de 1964.

EDIÇÃO DE HOJE
6 PÁGINAS

DIÁRIO MERCANTIL

Órgão dos DIÁRIOS ASSOCIADOS, fundado em 1912

NUMERO AVULSO
Cr\$ 15,00

ANO LIII

JUIZ DE FORA — Quinta-feira, 2 de Abril de 1964

N. 15.273

MINAS MAIS UMA VEZ SAI EM DEFESA DA LIBERDADE RESTITUINDO AO BRASIL, EM 36 HS., A PAZ E A DEMOCRACIA



GRANDE AFERRÃO NA GIBARARA

Cerca de 15 horas de manhã, chega comunicado para o General Olympio Mourão Filho, dando conta de que minutos antes, a tropa do Forte de Conceição acabava de abrir ao movimento fascista nas montanhas das Minas Gerais, sob o comando daquela autoridade militar, Odisvaldo e graduação, orestes de Hietro Unidos, haviam derrocado as que apoiavam João Goulart.

Como não podia esperar de ser, tal notícia foi recebida com júbilo, não só pelo General Olympio Mourão Filho como também pelos oficiais, que servem ao seu comando e que ali se encontravam.

AVISO LANÇA PROCLAMAÇÃO

Cerca de 11 horas, a cidade foi inundada por boletim lançado por um avião da FAB, trazendo uma "Proclamação à Nação" de autoria do Ministro da Guerra, General Jair Dantas Ribeiro, e de um "Comunicado da Presidência da República", validado nas seguintes palavras:

PROCLAMAÇÃO À NAÇÃO

Compartido determinações ex

Em grande e movimentado nas primeiras horas da manhã de ontem nas Salas de Comando da R.M. Chega a notícia de que um avião de Belo Horizonte já aterrissado, no aeroporto de JF, se ordena para o transporte de oficiais.

Para o Sul de Minas, logo depois, o referido aparelho levava 100, constituindo oitenta de sa. R.M. que foram em missão de coordenação.

O PRÓPRIO GENERAL FAZ RELATO

Na madrugada, o general Amalury Krul estabeleceu, em talo com o general Olympio Mourão Filho, os qual relatou a movimentação da tropa do II Exército sob seu comando, em apoio à R.M. e à. DE. A notícia é prevista com entusiasmo no QG, com o apoio decisivo do II Exército, do governo e povo de São Paulo.

GRANDE AFERRÃO NA GIBARARA

Cerca de 15 horas de manhã, chega comunicado para o General Olympio Mourão Filho, dando conta de que minutos antes, a tropa do Forte de Conceição acabava de abrir ao movimento fascista nas montanhas das Minas Gerais, sob o comando daquela autoridade militar, Odisvaldo e graduação, orestes de Hietro Unidos, haviam derrocado as que apoiavam João Goulart.

Como não podia esperar de ser, tal notícia foi recebida com júbilo, não só pelo General Olympio Mourão Filho como também pelos oficiais, que servem ao seu comando e que ali se encontravam.

AVISO LANÇA PROCLAMAÇÃO

Cerca de 11 horas, a cidade foi inundada por boletim lançado por um avião da FAB, trazendo uma "Proclamação à Nação" de autoria do Ministro da Guerra, General Jair Dantas Ribeiro, e de um "Comunicado da Presidência da República", validado nas seguintes palavras:

PROCLAMAÇÃO À NAÇÃO

Compartido determinações ex

Diário da Tarde circulará hoje em duas edições

O Diário da Tarde, circulará hoje em duas edições distintas, devendo a primeira ser colocada à venda entre 12,30 e 13 horas enquanto que a segunda, estará nas ruas entre 15 e 16 horas, levando ao leitor, em minúcias, os fatos que antecederam e precederam os históricos momentos que arrancaram o Brasil da beira da bolchevisação tentada por maus brasileiros.

AGUARDEM

"COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA"

Na manhã de hoje, parte da guarda federal sediada em Minas Gerais, rebeldes sob o comando do General Góndes e Mourão, impulsionado pelo manifesto lançado pelo Governador do Estado contra a "situação constitucional" e os Poderes constitucionais.

Diante dessa situação, o Presidente da República recomendou ao Ministro da Guerra, General Jair Dantas Ribeiro, que tomasse imediatamente as providências necessárias para libertar a cidade, tendo sido liberada para Minas Gerais unidade do Primeiro Exército.

O movimento subversivo que se dá na mesma região anterior de golpe de estado, sempre reprimido pelo povo brasileiro e pelo espírito legalista das Forças Armadas, está concluído e um manifesto.

(Cont. na 3a. pág.)

FUGA DE BRÉZOLA

Vinte minutos depois, chegaram outras notícias que bem demonstram a situação em que se encontravam as forças militares pelo desmoronar que vinha sendo implantada no Pajuelo, o homem que está ser o primeiro a se armar, acabava de fazer do Estado do Rio Grande do Sul, libertando-se do Uruguai.

É a afirmação de que fora os cadetes, os verbetes e o soldo de Moscou, virem cair por terra, seu acatamento ao chefe O Brasil dita BASTA à Bolchevia, dita NAÇÃO e NAÇÃO CONSTITUCIONAL.




AVISO LANÇA PROCLAMAÇÃO

Cerca de 11 horas, a cidade foi inundada por boletim lançado por um avião da FAB, trazendo uma "Proclamação à Nação" de autoria do Ministro da Guerra, General Jair Dantas Ribeiro, e de um "Comunicado da Presidência da República", validado nas seguintes palavras:

PROCLAMAÇÃO À NAÇÃO

Compartido determinações ex

Fonte: Diário Mercantil. Minas mais uma vez sai em defesa da liberdade restituindo ao Brasil, em 36 hs., a paz e a democracia. *Diário Mercantil*, 2 abr. 1964.

No dia 2 de abril, também com destaque na primeira página do jornal, estampa-se outra manchete de apoio ao golpe civil-militar: *Minas mais uma vez sai em defesa da liberdade restituindo ao Brasil, em 36hs., a paz e a democracia*, elevando o estado de Minas Gerais a posição de vanguarda do processo revolucionário, contra o avanço dos comunistas sobre o país.

Essas duas manchetes enfatizam o papel de Minas Gerais como líder da nação e coloca Juiz de Fora como sendo o centro do alto comando pela defesa da liberdade no país.

Essas duas manchetes demonstram de forma incontestável o total apoio dado pelo *Grupo Diários Associados* à implantação da ditadura no país. Elas atestam o viés ideológico e conservador do jornal, pró-governo e acrítico.

Esse era o posicionamento dos produtores do *Diário Mercantil* e do *Diário da Tarde*, os principais formadores de opinião da cidade.

2.3 O *Diário da Tarde*

O *Diário da Tarde* foi criado em Belo Horizonte, em 1931, e veio para Juiz de Fora no ano de 1941, para substituir a edição vespertina do *Diário Mercantil*, como já afirmamos, e a sua circulação teve início no ano de 1942.

O *Diário da Tarde* foi lançado em 29 de abril de 1942, e teve a sua edição encerrada em 29 de novembro de 1983. Era um jornal vespertino, impresso, com circulação diária, contendo um número de páginas reduzido, com matérias redigidas com expressões e vocabulário mais simples, textos menores e fontes maiores, ganhando evidência em suas páginas os acontecimentos cotidianos, sobretudo das camadas populares.

Ele era distribuído em formato *standard*, com aproximadamente 60 cm de altura por 42 cm de largura, composto por quatro páginas, chegando a seis em alguns momentos, isso sem levar em consideração as edições especiais, que circularam em Juiz de Fora entre os anos de 1942 e 1983.

Como o próprio nome do veículo indica, a circulação acontecia diariamente a partir das 15h, com exceção de domingos e feriados. Às segundas, a partir das 9h, era disponibilizada para o público juiz-forano em edição extraordinária.

A sua distribuição para a população era feita através de pequenos jornaleiros, nas ruas principais da cidade e nas portas das fábricas.

Um outro facilitador importante para a escolha do *Diário da Tarde* como fonte da nossa pesquisa é o fato de que ele se encontra disponível em coleções originais completas, acondicionadas no Arquivo Histórico Municipal de Juiz de Fora, em perfeito estado de conservação, organizadas por ordem cronológica de suas publicações e encadernadas por trimestre. Os periódicos não se encontram digitalizados.

Nas páginas do jornal, a população da cidade encontrava informações gerais sobre acontecimentos do Brasil e do mundo, vindas de agências de notícias internacionais, no entanto, em menor volume do que no *Diário Mercantil*.

O seu noticiário versava sobre modalidades de esporte amador, campeonatos, o cotidiano dos clubes de futebol da cidade, anúncios publicitários, classificados, serviços de utilidade pública, fazia-se a cobertura dos principais acontecimentos do cotidiano, selecionados pelos editores do jornal como de grande interesse público.

Situamos e analisamos as reportagens a partir do roteiro para a identificação e contextualização do periódico que será utilizado como fonte proposto no texto *Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa*⁶⁸, Cruz e Peixoto. Esse roteiro não tem a pretensão de ser uma camisa de força, mas apontar para aspectos que direcionem o olhar do pesquisador, visando apreender a conjuntura histórica, social, política, econômica, em que o jornal foi produzido.

As autoras sugerem dois eixos gerais de análise que partem, primeiramente da identificação do periódico, e a seguir da análise do projeto gráfico e editorial do jornal, ou seja, o formato da organização e distribuição de conteúdo nas diversas partes e seções no interior do periódico.

Esses eixos de análise propostos pelas autoras, que abarcam de forma mais ampla o perfil do jornal, ao contemplar o seu projeto gráfico e editorial, o seu formato de organização e distribuição de conteúdo nas diversas partes e seções, diz respeito à forma como o jornal é estruturado.

A disposição com que as manchetes e reportagens são publicadas representam uma legenda que identifica de que forma esse jornal prioriza os assuntos, qual o nível de importância lhes imprime, em que ordem eles devem ser vistos pelos leitores, quais notícias merecem o status de serem publicadas primeiro, com letras e ilustrações maiores e mais chamativas. Enfim, já induzem o olhar do leitor para o que é importante, o que tem valor na visão do jornal.

Identificamos que as reportagens sobre as profissionais do sexo sempre eram publicadas na última página do jornal, e, tirando as séries especiais que foram veiculadas especificamente para tratar sobre o assunto da prostituição na cidade e que tiveram destaque no editorial da primeira página, as outras notícias sobre essas mulheres eram anunciadas em pequenos boxes, para não chamarem muito a atenção.

⁶⁸ Heloisa de Faria Cruz; Maria do Rosário da Cunha Peixoto, *op.cit.*, p. 258.

A primeira página anunciava, em letras bem grandes, na parte posterior, a manchete principal da edição, seguida de um pequeno resumo logo abaixo. No restante da página, constavam os títulos das principais reportagens da edição, indicadas com o número da página. Na veiculação de uma série de reportagens especial sobre algum tema, isso também era anunciado na primeira página, seguido de um editorial apresentando o assunto que seria abordado na série.

Na segunda página, o espaço era dedicado às propagandas, à publicação de crônicas e horóscopos.

A terceira página trazia as reportagens anunciadas na primeira, referentes às notícias nacionais e internacionais.

As páginas quatro e cinco reportavam notícias sobre esportes, majoritariamente voltadas para o futebol, local, nacional e internacional, se houvesse.

A página seis intitulava-se “Pequenos Anúncios”. Nessa página eram publicados os Classificados, que continham as mais diferentes propostas comerciais de compra e venda, aluguéis, ofertas de vagas para empregos, chamadas de procura de empregos, “Achados e Perdidos”, enfim, os mais variados anúncios. Ainda nessa página, era publicada a programação dos filmes que estavam sendo exibidos nos cinemas da cidade. Na sétima página encontravam-se notícias diversas, publicidade, publicação de novenas e uma coluna, vertical, dedicada especialmente a avisos e informações referentes ao próprio jornal.

Na oitava e última página do jornal eram veiculadas notícias envolvendo as ocorrências policiais. Essas ocorrências variavam desde episódios mais triviais como alterações entre casais, desentendimentos familiares, discussão em bares, a casos mais complexos como roubos, furtos, estelionatos, desaparecimentos e assassinatos.

Na última página, eram publicadas as notícias envolvendo as profissionais do sexo, fosse na “Zona Boêmia” ou fora dela, e quaisquer outros temas que se referissem ao assunto “prostituição”.

Como intencionava ter um grande apelo popular, os editores priorizavam matérias sensacionalistas e davam ampla cobertura às ocorrências policiais. Por isso eram assuntos recorrentes em suas páginas delitos e situações de conflitos, como distúrbios domésticos, crimes passionais, roubos, furtos, brigas em bares etc. acontecidos em toda a cidade, incluindo as ocorrências registradas na zona boêmia da cidade, na Rua Henrique Vaz, a “Rua da Zona”.

A “Rua da Zona” mantinha os olhares da cidade voltados para ela, e, conseqüentemente, para as prostitutas que nela residiam refletidas nas páginas do periódico através das diversas situações que descreviam, com ênfase nas tragédias passionais, nos desentendimentos entre as prostitutas, cafetinas e frequentadores da rua.

Como dissemos no capítulo anterior, a Polícia de Costumes era um departamento da Polícia Civil à época que, como o próprio nome diz, tinha como uma das atribuições reprimir tudo o que fosse considerado atentado à decência, à moral, ao pudor e aos bons costumes, ou seja, a sua função era o policiamento moral.

Lucas Soares de Aguiar Pereira, em seu artigo *Prostituição e polícia: mulheres e homens na mira do policiamento moral em Belo Horizonte, MG, Brasil (c. 1920/1930)*⁶⁹, afirma que em Minas Gerais, a partir da década de 1920, houve um processo complexo de especialização da polícia, a partir das transformações na relação entre o governo do estado e a prostituição.

Criada na década de 1910, a Polícia de Costumes foi gradativamente se institucionalizando até se tornar a Delegacia de Fiscalização de Costumes e Jogos, doravante, Delegacia de Costumes.

Desde o início do século XX, a recém-inaugurada capital do estado se viu em meio a diferentes propostas de remoção da prostituição da região central da cidade, de sua fixação em locais mais afastados e de ações da polícia de costumes, como a vigilância dos espaços de prostituição. O que se inovou no final da década de 1920 foi o processo, relativamente fracassado, de promoção de uma regulamentação de fato da prostituição. De fato, pois apesar de legalmente a prostituição não ter sido regulamentada no Brasil, delegados de diferentes cidades brasileiras agiram como verdadeiros legisladores, impondo regras e códigos de conduta, de circulação e estabelecendo o registro ou fichamento das prostitutas⁷⁰.

As profissionais do sexo que persistiram em continuar a ocupar os espaços no centro da cidade no entorno da Praça da Estação, faziam ponto nos finais das ruas que desembocam na Praça, conhecidas como “parte baixa” da cidade, a saber: as ruas Halfeld, Marechal Deodoro, Fonseca Hermes, Floriano Peixoto e São Sebastião.

Fato curioso é o de que a delegacia da Polícia de Costumes em Juiz de Fora se localizava na rua Batista de Oliveira, que se situa entre a parte baixa da rua Marechal Deodoro e a rua Fonseca Hermes, ou seja, locais em que as prostitutas faziam o seu *trottoir*, e na mesma região em que se localizavam os chamados “pardieiros”, ou “antros”,

⁶⁹ Lucas Soares de Aguiar Pereira, *op.cit.*

⁷⁰ Lucas Soares de Aguiar Pereira, *op.cit.*, p. 2.

hotéis de pequeno porte utilizados pelas profissionais do sexo para fazerem os programas, ou seja, debaixo das “barbas” da polícia de Costumes. Típica ironia de cidade interiorana.

Até hoje alguns imóveis localizados nessas ruas, hotéis onde as profissionais do sexo faziam seus programas, não só mantém a fachada arquitetônica original, como seus quartos ainda são alugados para o mesmo fim.

Essa situação levava a elite e a classe política que a representava a cobrar cada vez mais ações por parte da Polícia de Costumes, a fim de fazer com que as profissionais do sexo ficassem circunscritas ao perímetro que lhes foi designado, a Rua Henrique Vaz, e, se possível, de forma menos “escandalosa” e mais silenciosa, retirando essas mulheres dos locais centrais da cidade.

Aprofundando o nosso olhar notamos que esse incômodo era mais profundo, associado também ao local da prática da prostituição, mas se estendendo à existência da prostituição em si, pois eram inúmeras e constantes as incursões da Polícia de Costumes também na rua Henrique Vaz e à rua 31 de maio, contígua à primeira, seguidas de autuação e prisão das mulheres que atuavam no local.

Um dos principais canais que vocalizava esse anseio de “saneamento” das prostitutas, visando a extirpação desses “antros de perdição” foi o *Diário da Tarde*⁷¹.

Segue abaixo o trecho de uma reportagem do jornal *Diário da Tarde* intitulada: *Delegacia, mulheres e os lírios do campo: Até quando?*⁷²

Ontem, amontoadas em um cubículo de pouco mais de um metro quadrado, sujo, infecto, miserável até, sem sanitários ou mesmo uma torneira de água potável, expostas à chuva e às oscilações do tempo, seminuas, disputando um velho e inútil cobertor colocado ali talvez por obra de algum policial caridoso, estavam duas mulheres. Crime da primeira: foi encontrada em uma pensão da Zona Boêmia com um dólar de maconha. Havia também alguns comprimidos, que o livro de ocorrências policiais não explica se estavam com a mulher ou com os dois menores implicados no caso, os quais, a esta hora descansam tranquilamente em seus confortáveis apartamentos da avenida Rio Branco. Crime da segunda mulher embriaguez e desordens na ZB.

Esse trecho, que relata a prisão dessas duas mulheres da Zona Boêmia, focou em descrever as condições insalubres da cadeia, a falta de celas femininas, dando destaque ao tratamento dispensado pelas autoridades policiais a pessoas de grupos sociais diferentes.

⁷¹ Rita de Cássia Vianna Rosa, *op. cit.*, p. 212

⁷² *Diário da Tarde*. Delegacia, mulheres e os lírios do campo: Até quando?. *Diário da Tarde*, 7 mai. 1973, p. 7.

Percebe-se que, ao mesmo tempo em que a matéria jornalística pretende fazer uma denúncia com um tom de indignação em relação às condições de aprisionamento e alojamento das prostitutas, ao apontar para o tratamento desumano que lhes foi dispensado, em contraposição ao tratamento dispensado aos menores de classe média alta detidos junto com elas, por outro lado, a reportagem assume contornos tendenciosos contra as prostitutas, pelo seu tom paternalista acrítico e ao associá-las a brigas, embriaguez, perturbação da ordem. A matéria acaba por culpabilizá-las e criminalizá-las por sua prisão, e conseqüentemente pelas más condições que enfrentaram na cadeia.

Se as prostitutas não ficaram totalmente expostas ao frio e ao desconforto, não foi em função de um esquema de segurança humanizado, mas por iniciativa individual de algum policial “caridoso”.

Uma relação de poder, ao contrário, se articula sobre dois elementos que lhes são indispensáveis por ser exatamente uma relação de poder: que “o outro” (aquele sobre o qual ela se exerce) seja inteiramente reconhecido e mantido até o fim como sujeito de ação; e que se abra diante da relação de poder, todo um campo de respostas, reações, efeitos, invenções possíveis⁷³.

⁷³ Michel Foucault. O sujeito e o poder. In: Humbert L. Dreyfus e Paul Rabnoiw. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 243.

CAPÍTULO 3: CAMINHANDO NA RUA HENRIQUE VAZ POR MEIO DAS PÁGINAS DO DIÁRIO DA TARDE

Mandaram uma notícia de bem longe
Falaram que o cabaré ia fechar
Maria Padilha bateu no peito e disse:
“Moço me espere lá”
Se o Cabaré fechar eu vou mandar abrir
Abre, abre cabaré...Maria Padilha está aqui.
Ponto de umbanda: Se cabaré fechar, eu vou mandar abrir

3. Quem são essas mulheres? De onde vieram? Para onde foram?

Rita de Cássia Vianna Rosa, no capítulo VI de sua dissertação de mestrado intitulado *Os corpos das 'Filhas de Eva'*, dedica o subcapítulo *As operárias da noite* para retratar a vida das prostitutas que compunham o baixo meretrício em Juiz de Fora, nos anos 60 e 70⁷⁴.

Constatamos a existência de reportagens no *Diário da Tarde*, fruto das coberturas jornalísticas acerca da situação dessas mulheres e das discussões fomentadas por elas pela sua presença no cotidiano da cidade. Se utilizarmos o critério referente ao conteúdo desses noticiários, podemos classificá-los como sendo de duas naturezas: notícias de ocorrências diretas, ou seja, reportando os conflitos, as brigas, as tragédias passionais que envolviam a vida privada dessas mulheres; e notícias de ocorrências indiretas, que diziam respeito às ações institucionais sobre a vida (pública) dessas mulheres, tanto por parte do executivo e legislativo municipal, da polícia, como por parte das instituições filantrópicas.

A forma como os jornais reportavam a vida dessas mulheres, tanto no âmbito público quanto privado é, como se para a imprensa, houvesse um atravessamento desses dois âmbitos, como se não houvesse um limite entre o que era de foro público ou de foro privado quando se tratava das prostitutas.

As profissionais do sexo enfrentavam uma conjuntura de controle da sociedade e das instituições políticas e policiais sobre seus passos. Isso significava constantes batidas por parte da Polícia de Costumes sobre a rua Henrique Vaz, bem como sobre os pontos de *trottoir* daquelas profissionais que insistiam em atuar na parte central da cidade.

Eram constantes, ainda, as batidas policiais nos pequenos hotéis da Praça da Estação e adjacências, notoriamente utilizados pelas prostitutas para fazerem programas

⁷⁴ Rita de Cássia Vianna Rosa, *op. cit.*

com seus clientes, que a imprensa alcunhava de “antros perniciosos”. Pelas notícias localizadas nos jornais identificamos que, nessas operações policiais, quando da presença de casais no interior dos quartos, geralmente ocorria a autuação dos estabelecimentos e os proprietários eram enquadrados na forma da lei sob a acusação de prática do lenocínio⁷⁵, isto é, o ato de induzir mulheres à prostituição e beneficiar-se economicamente dessa atividade.

A imprensa fazia eco à comunidade das “famílias de bem” da cidade na campanha de moralização e saneamento do espaço urbano, cobrando em seus artigos jornalísticos mais rigor e medidas mais efetivas da polícia de Costumes, para além da detenção dessas meretrizes, pois que isso não solucionava a questão. Elas eram presas por algumas horas ou poucos dias, mas depois eram soltas e prosseguiram em sua atividade profissional.

Essas mulheres eram detidas sob alegação de vadiagem e/ou perturbação da ordem, pois como nos afirma Lucas de Aguiar Pereira, em seu artigo *Prostituição e polícia: mulheres e homens na mira do policiamento moral em Belo Horizonte, MG, Brasil (c.1920/1930)*⁷⁶, no final da década de 1920 a capital mineira inovou no sentido da tentativa, porque na prática fracassou, de regulamentar a prostituição no estado.

Não houve a criminalização da prostituição, mas muitos delegados da polícia de Costumes tomaram para si o papel de legisladores, “impondo regras e código de conduta, de circulação, e estabelecendo o registro ou fichamento das prostitutas”⁷⁷. Essa foi a tônica da relação da polícia de Costumes com as prostitutas em Minas Gerais nos anos 20, 30 e 40: vigiar para controlar e controlar para cercear, tônica essa que voltou com força total durante o regime ditatorial.

É exatamente essa a posição em que encontramos a delegacia de Costumes em Juiz de Fora nos anos 60. Em 1967, o delegado de Costumes decidiu fazer um cadastramento das profissionais do sexo, a quem a polícia se referia como sendo mulheres de vida “irregular”, a fim de levantar, segundo a própria polícia, dados para, junto do governo municipal, assegurar assistência médica periódica e regular a estas mulheres, pois estava muito alto o índice de infecções sexualmente transmissíveis na cidade, mais particularmente, da blenorragia, popularmente conhecida com gonorreia.

⁷⁵ Rita de Cássia Vianna Rosa, *op. cit.*

⁷⁶ Lucas Carvalho Soares de Aguiar Pereira, *op. cit.*

⁷⁷ *Ibidem*, p. 2.

A imprensa noticiou, meses depois da iniciativa de fazer o cadastramento dessas profissionais do “comércio do amor”⁷⁸, por entre verbetes elogiosos à polícia de Costumes, que foram cadastradas 200 prostitutas. O critério implementado pela polícia foi o marco espacial de atuação dessas profissionais, ou seja, de acordo com o local em que faziam “ponto”: primeiro cadastraram as profissionais que faziam o *trottoir* pelas ruas da cidade. Em seguida, cadastraram as profissionais que residiam na Zona Boêmia, isto é, rua Henrique Vaz e adjacências.

Para o cadastramento, a polícia exigia fotografia e alguns exames como abreugrafia. O pedido de raio X dos pulmões permitiu a identificação de uma prostituta com tuberculose e o encaminhamento da mesma por parte do delegado, para tratamento em Belo Horizonte.

Em 21 de março de 1967, o *Diário da Tarde* veiculou um grupo de reportagens de Helena Gilda Duque sobre as profissionais do sexo que faziam o *trottoir* pelas ruas centrais da cidade. Rosa, em seu texto, deu visibilidade à matéria da jornalista, destacando o seguinte trecho:

Você sempre descobre uma prostituta numa esquina qualquer. As caras não são as mesmas. As ruas também diferem. As causas se confundem. A mulher é jogada em cena. Às vezes uma pensão garante o pequeno encontro. A noite é mais aproveitada despistando o policial. Está quase escuro na Rio Branco, bem em frente à Catedral. O barulho de saltos de sapato é abafado pelo bonde. Depois vem aquele assovio, o convite e a gente pressente a entrega. O vestido preto servirá para novas conquistas. Até a saia de “tergal” surrada faz beleza agora na rua São João.

As amadoras fazem seu “*trottoir*”, como se vê, no centro de Juiz de Fora. Com chuva rende menos. E o lamento é gritante.

- Hoje só estou com o almoço. Este meu vestido tá batido, mas amanhã a coisa melhora.

Já ameniza a espera. Fazer ponto na Getúlio Vargas. Interessante é o olhar perguntador de quem não tem nada com isso. Passa, condena e continua seu andar tranqüilo. “Mal necessário”, como disse um policial.

Surge então o profissionalismo. Muda só de cena. A coisa é a mesma. Mulheres semi-analfabetas, abatidas, humilhadas pela sociedade, vivem na rua Henrique Vaz. 200 a 300 mulheres fazem sua vida lá, e são as prostitutas (nome horróroso) dentro da lei. Parece piada, mas é a verdade⁷⁹.

3.1 Primeira série de reportagens, veiculadas em março de 1967

O grupo de notícias contou com os seguintes artigos publicados no *Diário da Tarde*, 21 março de 1967, na página seis: *Polícia de JF está bem colocada no polígono do ‘trottoir’*, *Inclusão no capítulo de vadiagem*; *Polícia ataca apenas um antro* e *Você as descobre numa esquina qualquer*.

⁷⁸ Essa expressão é empregada pela Polícia de Costumes na ficha de cadastramento das prostitutas.

⁷⁹ Helena Duque Gilda, *Diário da Tarde*, 21 mar. 1967, *apud*, Rita de Cássia Vianna Rosa, *op. cit.*, p. 6.

Não nos deteremos na análise dessas reportagens, uma vez que o objeto de nossa atenção são as profissionais do sexo que atuavam na rua Henrique Vaz, mas a sua publicação nos mostra o olhar atento e de controle dos jornais, portanto, da sociedade, também sobre as profissionais do sexo que faziam o *trottoir* no centro de Juiz de Fora e não somente sobre as que viviam na Zona Boêmia.

As prostitutas que faziam o *trottoir* geravam um outro tipo de transtorno: a visibilidade de suas figuras e o incômodo da presença de seus corpos, pois se colocavam em pontos estratégicos de circulação dos transeuntes e os abordavam oferecendo os seus serviços.

No caso do Rio de Janeiro, em fins do século XIX e início do XX, em que as prostitutas de luxo passeavam em seus carros abertos se exibindo nos espaços públicos, Magali Engel afirma que “não existiam limites muito precisos entre o espaço da prostituição, identificado com a imoralidade e o espaço da família, identificado com a moralidade”⁸⁰.

É nessa época que começam a se construir como alternativa para a convivência com as prostitutas, já que elas eram um “mal necessário”, os movimentos de segregá-las em logradouros afastados dos centros urbanos. Juiz de Fora havia feito isso em 1948, ao destinar a rua Henrique Vaz para essa finalidade. Mas essa vai continuar sendo uma questão para a cidade, em função das profissionais persistirem em permanecer atuando, importunando, ameaçando, as “diletas famílias de bem”.

Veremos na segunda série de reportagens que para as profissionais do sexo que aquiesceram em circunscrever seu fazer profissional à rua Henrique Vaz, foi-lhes dispensada uma atenção do poder público, um olhar das entidades filantrópicas e religiosas. Já para as prostitutas reticentes, que persistiram em manter-se com os seus corpos na região central, portanto vistas como ameaçadoras em potencial do espaço da ordem e da moral, cadeia nelas.

A jornalista responsável pela primeira série especial de reportagens sobre a prostituição feminina, não ignorou que havia dois núcleos principais de prostitutas em Juiz de Fora – as que residiam e atuavam na rua Henrique Vaz; e as que faziam o *trottoir*. Classificamos esses dois núcleos como principais, porque além desses, existiam as meretrizes de luxo, que atuavam nas casas de Tolerância, residências também, porém bem

⁸⁰ Magali Engel. *Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)*. Editora Brasiliense, 1989, p. 37.

A jornalista ressaltou que os pontos de *trottoir* em Juiz de Fora constituem-se em um polígono, composto pela Rua Halfeld (parte baixa), Francisco Bernardino, São Sebastião, Batista de Oliveira, fechando com a Av. Getúlio Vargas. Ela citou também o projeto de lei do presidente Castelo Branco enviado ao Congresso para incluir no artigo 59 das contravenções penais, capítulo referente à vadiagem, a prostituição, com punição prevista de 15 dias a 3 meses a “quem dedicando-se de modo exclusivo ou de (...) eventual, à prostituição, procura aliciar homens, em lugar público, para o comércio sexual, constrangendo e importunando as pessoas presentes ou em trânsito pelo local”⁸¹.

Ainda hoje, a parte baixa dessas ruas continua sendo “ponto” das profissionais do sexo, que ainda podem ser vistas, depois de determinado horário, de forma discreta, nesses espaços, muitas vezes aguardando clientes pré-agendados.

⁸¹ Helena Duque Gilda. Polícia de JF está bem colocada no polígono do trottoir. *Diário da Tarde*, 21 mar. 1967, p. 6.

Figura 4. *Diário da Tarde*, 21 mar. de 1967. Segunda reportagem.

Polícia ataca apenas um antro

A campanha contra o lenocínio está novamente em foco na Delegacia de Costumes e Menores, tendo o delegado Geraldo Alves Vieira, na noite de sábado, em companhia dos investigadores Paulo Noronha, Alfredo Lade e Geraldo Ervilha, efetuado uma "blitz" na parte baixa da rua Floriano Peixoto, onde o "trânsito" à noite, para pessoas de bem, é totalmente proibido, porquanto as metretizes e rufiões tomam conta de toda a artéria.

Um dormitório, de nome Manchester, de propriedade de d. Gullhermina Xavier, sob a responsabilidade de seu filho, Vanderlei Henrique Soares, foi "visitado" pela Polícia, sendo detidos quatro casais no interior dos quartos do dormitório, além de doze mulheres de vida irregular, que faziam ponto naquele local, tendo todos sido levados para a Delegacia de Costumes e Menores, onde foram ouvidos pelo delegado Geraldo Alves Vieira.

IRREGULARIDADE

Há muito tempo as coisas andam irregulares na parte baixa da rua Floriano Peixoto — ao lado da Delegacia Geral — onde, durante o dia, uma série dos mais diversos estabelecimentos comerciais ali estabelecidos funcionam normalmente, para, à noite ceder lugar aos encontros amorosos.

A campanha contra o lenocínio, há tempos, havia sido encadeada com muito rigor pelo delegado Geraldo Alves Vieira, que iniciou vários inquéritos com referência a estabelecimentos que favoreciam a prostituição. Entre tais estabelecimentos encontram-se o Natal Hotel, Lux Hotel, Dormitório Redentor, e outros, com os inquéritos dos dois primeiros estabelecimentos na Justiça, ao passo que o proprietário do Dormitório Redentor, José Monteiro, encontra-se cumprindo pena na Penitenciária Regional, condenado como incurso no art. 228 do Código Penal, por facilitar a prostituição. Como ainda não saiu qualquer pronunciamento da Justiça com referência aos inquéritos do Lux Hotel e do Natal Hotel, o delegado Alves Vieira, mesmo assim, sem saber qual a decisão da

Justiça, resolveu continuar agindo, para acabar com várias reclamações de pessoas residentes à rua Floriano Peixoto e São João.

A "BLITZ"

Estando de serviço no sábado último o delegado titular da Delegacia de Costumes e Menores, convocou seus três auxiliares para uma "blitz" na rua Floriano Peixoto e o primeiro "Dormitório" visitado, o Manchester, revelou a presença de quatro casais no interior dos quartos, ainda sendo encontrada uma dúzia de mulheres que aguardavam seus "encontros".

Referidas pessoas, levadas para a Delegacia de Costumes e Menores prestaram declarações, afirmando que realmente se encontravam no interior do dormitório com fins sexuais, mediante o pagamento da importância de mil cruzeiros antigos, cobrada adiantadamente na portaria. Tais declarações serão de grande valor para a Delegacia de Costumes que tem provas concretas para fechar o estabelecimento.

DECLARAÇÕES

O "gerente" do estabelecimento, Vanderlei Henrique Soares, disse mesmo que, embora possua um livro de registro de hóspedes, não costuma usá-lo e nem sequer preenche as fichas.

Disse que, além daquele local, já trabalhou em outros também considerados como casas de tolerância, um na rua Hipólito Caron e outro na rua Batista de Oliveira, devendo o delegado Geraldo Vieira investigar tais locais, por serem realmente suspeitos.

Afirmou ainda que o simples pagamento de mil cruzeiros antigos era o suficiente para que um casal permanesse no hotel ou mesmo passasse algumas horas em um dos quartos.

O delegado vai concluir o inquérito para enviá-lo à Justiça, mandando, também, uma cópia para a Divisão de Fiscalização e Rendas da Prefeitura Municipal, pedindo a cassação do alvará de licença do estabelecimento.

Fonte: Helena Duque Gilda. Polícia ataca apenas um antro. *Diário da Tarde*, 21 mar. 1967, p. 6.

Essa matéria se detém na campanha contra o lenocínio empreendida pelo delegado Geraldo Alves Vieira, que conduziu uma batida policial a um dos hotéis em que os profissionais do sexo realizavam os seus programas. Relata a prisão de 4 casais, que tiveram voz de prisão por terem sido localizados no interior dos quartos para encontros com "fins sexuais". Com a prisão efetuada e os depoimentos dos detidos, o delegado pretendia, após a conclusão do inquérito, conseguir da prefeitura a cassação do alvará de funcionamento do hotel.

Margareth Rago observou que uma política de confinamento da prostituição em São Paulo ocorreu nos anos de 1940, durante a ditadura do Estado Novo. As meretrizes foram segregadas no bairro judeu do Bom Retiro. Em 1954, ocorreu o desconfinamento e a “zona” foi fechada. Assim surgiu o *trottoir*, “quando muitas mulheres foram lançadas às ruas sem qualquer iniciativa de proteção e ajuda pública, espalhando-se por diversos bairros da cidade, onde isoladas, ficavam ainda mais expostas à violência policial”⁸².

No caso de Juiz de Fora, ainda não foram feitos estudos sobre quais fatores impeliram as prostitutas a fazerem o *trottoir*, mas quando a Zona Boêmia foi criada em 1947/1948, aproximadamente, o intuito era o de retirar essas mulheres da região da Praça da Estação, ou seja, já havia a prática do *trottoir*, que persistiu mesmo após essa transferência.

Em 1970, a reportagem insistiu no desafio que a praça representava e traçou um perfil das “dezenas de mulheres de vida fácil” que “faziam suas rondas noturnas” no local perturbando o lazer de famílias que transitavam pelo local ou frequentavam as sessões do Cine São Luiz. O autor do texto retratou as prostitutas como “imprevisíveis”, uma vez que seus nomes variavam tanto quanto as roupas que vestiam, assim a “Marianinha de ontem” é a “Sueli de hoje”. degradação humana (...) A reportagem concluiu que o mal da prostituição era crônico na Praça da Estação e que apesar de viaturas policiais passarem várias vezes pelo local eram incapazes de dispersar os “verdadeiros bandos de mulheres”. A solução seria transferir as meretrizes para a Zona Boêmia e manter a vigilância para que as mesmas não retornassem à praça⁸³.

Em 1971, foi feito um novo cadastramento, em que a polícia de Costumes convocou as prostitutas que moravam nas casas de tolerância e que atuavam nos “inferninhos”, atualizando também o cadastro daquelas que faziam o *trottoir*.

Em 1972, os dados coletados informaram que em Juiz de Fora havia 671 profissionais do sexo cadastradas., sendo que a maioria eram residentes na rua Henrique Vaz, e na rua 31 de maio, contígua a essa.

Uma reportagem do Diário da Tarde, de 14 de dezembro de 1972, intitulada *Juiz de Fora tem 641 prostitutas. A mais velha é vovó e tem 64 anos*, informava o número de profissionais do sexo, de acordo com a faixa etária.

Na faixa dos dezoito anos, 73 mulheres fichadas; 19 anos, 49 mulheres; 20 anos, 60 mulheres; 21 anos, 68; 22 anos, 81; 23 anos, 45; 24 anos, 28 mulheres; 25 anos, 43; 26 anos, 13; 28 anos, 35 mulheres; 29 anos, 34; 30 anos, 19; 31 anos, 22; 32 anos, 23; 33 anos, 20; com idades de 34, 38, 42,45 e 64 anos apenas uma mulher; 35 anos, 7 mulheres; 36 anos, 4; 41 anos, 6 e 47 anos duas mulheres.

⁸² Margareth Rago. Prostituição e mundo boêmio em São Paulo (1890-1940). In: Richard Parker, Regina Maria Barbosa.(orgs.) *Sexualidades Brasileiras*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: ABIA: IMS/UERJ, 1996. pp. 51-60, p. 57.

⁸³ Rita de Cássia Vianna Rosa, *op. cit.*, p. 213.

A estatística da Polícia destaca ainda que destas mulheres, 112 já foram casadas, duas são desquitadas e 526 solteiras. Menores não podem ser fichadas e, normalmente, são encaminhadas a residências de seus pais ou responsáveis ou, quando possível, a entidades assistenciais⁸⁴

3.2 Por que a Rua Henrique Vaz?

Em sua dissertação de mestrado, a pesquisadora Rita de Cássia Vianna Rosa⁸⁵ destaca que, no caso de Juiz de Fora, fontes mostram que as trabalhadoras do baixo meretrício vinham sendo rechaçadas desde os anos de 1947/1948, quando a Zona Boêmia foi transferida à revelia delas da parte central da cidade, como já informamos anteriormente.

A transferência se deu para a rua Henrique Vaz, no bairro Vitorino Braga, uma região à época considerada periférica, por se localizar do outro lado das margens do rio Paraibuna. Tal mudança foi realizada pelo então delegado Silvio de Abreu, como afirma a reportagem a seguir:

Segundo um vereador, adversário político de Silvio de Abreu, a zona boêmia foi tirada do centro da cidade onde ficavam as estações ferroviárias e rodoviárias, os hotéis e as casas comerciais e obrigou todo mundo a se mudar, atrapalhando a vida de muita gente⁸⁶.

Esse fato mostra o uso da força e da violência contra essas mulheres nesse processo de desocupação e transferência delas da região da estação ferroviária, na Praça João Penido, conhecida popularmente como Praça de Estação, para a Rua Henrique Vaz.

E por que houve a transferência forçada das profissionais do sexo dessa região da cidade?

A Praça da Estação é localizada em uma região bem central da cidade, que dava acesso à estação de trens. Com o transporte ferroviário em franca atividade, as áreas ao entorno comportavam um fluxo com intensa circulação de pessoas. Associado a isso, nas décadas seguintes, o local comportaria o que seria considerado uma das melhores salas de exibição de filmes da cidade, o cinema São Luiz, frequentado pelas boas e melhores famílias da Manchester Mineira.

Esse fato acabou por fazer da região um espaço de lazer, imprimindo-lhe um caráter lúdico, familiar, movimentado, sendo um ponto extremamente atrativo para as

⁸⁴ Diário da Tarde, 14 dez. 1972, *apud*, Rita de Cássia Vianna Rosa, *op. cit.*, p. 216.

⁸⁵ Rita de Cássia Vianna Rosa, *op. cit.*

⁸⁶ *Ibidem*, p. 211.

profissionais do sexo que faziam ali o seu *trottoir*, nos horários de pico de movimento, nos quais a abordagem aos clientes era de muito mais fácil acesso. A questão é que ficavam visíveis demais.

Já na rua Henrique Vaz, as prostitutas só eram visíveis àqueles que fossem ao local, o que atendia aos setores conservadores, cuja intenção era tirá-las da visão pública, empurrá-las ao máximo possível para a invisibilidade. No entanto, essa transferência não atendia às profissionais do sexo, que, ao invés de poder ir até os clientes para oferecer os seus serviços, teriam que aguardar que os clientes as procurassem.

A transferência das profissionais do sexo para a rua Henrique Vaz, em 1947/1948, foi apenas uma das muitas tentativas de “sanear” a área central da cidade, mas somente essa ação não surtiu o efeito desejado, pois nem todas as profissionais do sexo aceitaram passivamente essa mudança forçada.

Como mostram os jornais da época, nos anos de 1960 e 1970, a prática da prostituição e do lenocínio na praça da Estação e adjacências continuavam a incomodar e muito os meios policiais e a sociedade. Um dos principais canais que vocalizavam o anseio de sanear esse espaço, extirpando dali os denominados “antros de perdição”, foi o *Diário da Tarde*⁸⁷.

Essa retirada coercitiva das prostitutas da Praça da Estação na década de 1940 confirma que medidas de controle e o uso da violência contra esse contingente feminino em Juiz de Fora precede à implantação da ditadura civil-militar no país, mas não nos esqueçamos que a década de 40 também foi marcada por uma ditadura, a ditadura do Estado Novo (1937/1945). Terá sido isso uma coincidência?

No entanto, nos interessa entender se a partir da instalação do regime militar essas ações de controle e repressão se intensificaram e tomaram contornos maiores, a nível municipal.

À medida que avançamos na leitura das reportagens do *Diário da Tarde*, entendemos que sim, pois encontramos reportagens das décadas de 60 e 70 relatando diversas diligências da Polícia de Costumes no sentido de coibir a prostituição tanto na Praça da Estação e nos hotéis que se localizavam nas ruas da “parte baixa” da cidade que desembocam na Praça, como também são recorrentes notícias reportando ocorrências policiais na “Rua da Zona”.

⁸⁷ *Ibidem*, p. 212.

A título de ilustração, atualmente a Rua Henrique Vaz perdeu o seu caráter residencial. A rua hoje se tornou predominantemente comercial, com a quase total desconfiguração arquitetônica original, pois a maioria das casas em que habitavam as profissionais do sexo não mais existem. No local, agora se concentram várias oficinas mecânicas e lojas do ramo. Ainda assim, para facilitar a sua localização, até os dias atuais, ela ainda é referenciada como a “Rua da Zona”.

Isso significa que mesmo quase 50 anos depois da desativação da rua como região de meretrício, esse espaço ficou impresso no imaginário da população de Juiz de Fora, simbolizando o que ela foi um dia: a “rua da Zona”, que por muitos anos se constituiu no “locus do pecado”, no espaço de “transgressão”, a área proibida da cidade. E mais, ela representou para muitas gerações de homens não somente um espaço de diversão, mas também de iniciação sexual, pois muitos jovens para lá eram conduzidos pelos próprios pais.

Para muitas gerações de mulheres, foi o seu espaço de “ganha-pão”, para si e para filhos, netos, bisnetos, cujas memórias também existem e pulsam no imaginário social no momento presente, ainda que sejam memórias silenciadas sob um manto de sigilo, em função da estigmatização que representa ser um filho, uma filha, um neto, uma sobrinha, de uma prostituta.

Analisada sob a perspectiva de que a estrutura patriarcal, machista da sociedade brasileira derogou aos homens prerrogativas sexuais que lhes dão o direito e o dever de serem experientes sexualmente ao contrair o matrimônio, a função social da “Rua da Zona” e das profissionais do sexo nela residentes foi possibilitar para muitas gerações de moças de família de bem da cidade alcunhada por “Princesa de Minas” em seu hino, a salvaguarda da sua castidade até que fossem conduzidas, puras, ao altar.

3.3 Série de reportagens – Diário da Tarde: A difícil vida fácil

Utilizaremos os itens do primeiro eixo de análise proposto por Cruz e Peixoto no texto *Oficina do Historiador*⁸⁸ para a identificação das reportagens que serão apresentadas a seguir: título, subtítulo, datas limites de publicação, periodicidade e a classificação de acesso na instituição ou acervo em que se desenvolve a pesquisa, pois, segundo as autoras, este processo inicial de identificação pode fornecer pistas muito importantes sobre a proposta geral da publicação.

⁸⁸ Heloisa de Faria Cruz; Maria do Rosário da Cunha Peixoto, *op.cit.*

No espaço de dois anos, foram veiculadas duas séries de reportagens objetivando debater a questão da prostituição feminina em Juiz de Fora: a primeira foi publicada em 1967, a qual já apresentamos. A segunda, em 1969.

Apresentaremos aqui a segunda série de reportagens, porque, ao nosso ver, elas refletem um momento em que o debate sobre a prostituição feminina em Juiz de Fora atingiu seu ápice.

O editorial que anuncia a série configura isso, conclamando a comunidade a olhar, de forma aprofundada e “realista”, sem “romantismos”, para a questão, a fim de “encarar o problema, mesmo procurar uma solução justa.”

As reportagens foram escritas pelo repórter Carlos Alberto Luppi e veiculadas no período de 9 a 12 de julho de 1969. Apresentamos as matérias jornalísticas no corpo do texto, a fim de permitir ao leitor visualizar nossas fontes e procedemos às suas transcrições, que se encontram situadas nos anexos.

Editorial e primeira reportagem: “Depois do primeiro passo, só vergonha e humilhação”

Título: Diário da Tarde

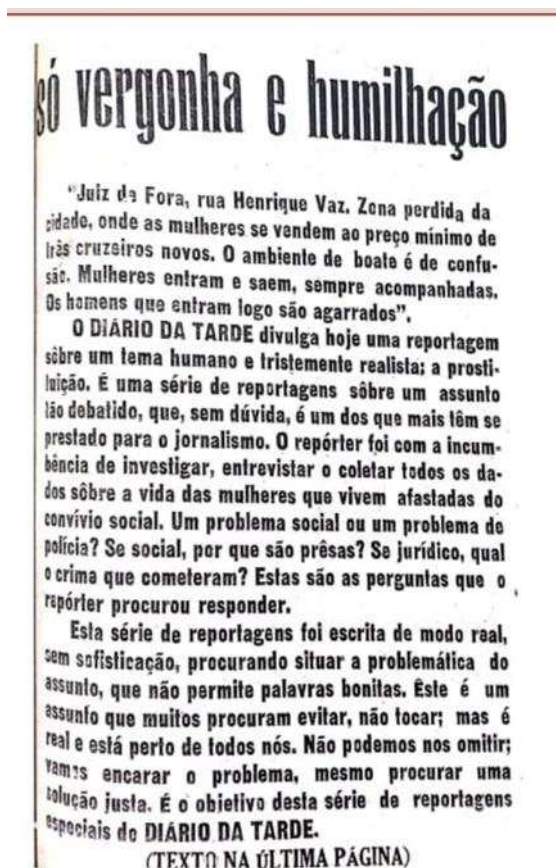
Subtítulo: Depois do primeiro passo, só vergonha e humilhação

Data da reportagem: 09/07/1969 – p. 8

Periodicidade: segunda-sábado

Classificação na instituição: Fundo Diário-Regional

Figura 6. Depois do primeiro passo, só vergonha e humilhação – Editorial



Fonte: Carlos Luppi. Depois do primeiro passo, só vergonha e humilhação. *Diário da Tarde*, 9 jun. 1969.

Figura 7. Depois do primeiro passo, só vergonha e humilhação – Reportagem

Depois do primeiro passo, só vergonha e humilhação

Reportagem de CARLOS ALBERTO LUPPI
— Especial para o DIÁRIO DA TARDE

“Por favor, mãe, não pergunte mais não, que a infelicidade a gente não deve contar pra ninguém, ela fica guardada no coração da gente”. O desabafo é de Marlene. Mulher que como tantas outras, entrega seu corpo a quem lhe der algum dinheiro. “Infeliz de corpo e alma”, como ela mesmo afirma. Diz aquilo que nunca queria dizer. É uma marginalizada. O seu problema é de polícia ou social?

Juiz de Fora. Rua Henrique. Vanessa peralta. A cidade onde as mulheres se amassam ao preço mínimo de 2.000 cruzeiros novos. O ambiente da “boliche” é de confusão. Mulheres entram e saem, sempre acompanhadas. Os homens que entram logo são apertados.

Estava sentado numa mesa. Como quando três mulheres que disputam a minha simpatia e, principalmente, o meu dinheiro. Rita, Marlene e Tereza. Digo a elas que desejo saber a sua história.

— Que história? — perguntam.

Respondo: A da vida de vocês.

Tentam me fazer desistir da ideia. “Deslize, vamos para o salão, a gente faz barba”. Procuro convencê-las. Rita e Tereza saem me olhando sem jeito. Marlene fica.

Por que ficou, Marlene?

Ela me conta de uma longa tragédia de cinema. Não diz nada. Uma sequência de tristezas silenciosas.

“Eu bem que podia ter ter casado com ele”...

Eu tinha dezessete anos e morava numa cidade do interior de Minas. Minha família não era rica, mas a gente ia vivendo. Nos domingos tudo, e até que dava. Semos cinco. Naquela época minha trabalhava num armazém e minha mãe costurava para fora. Minhas duas irmãs, Maria do Carmo, de doze anos, e Conceição, de oito, faziam o primário. Eu, que era a mais velha, já estava no terçado, série ginásio. Tinha muitos amigos e todos eles gostavam muito de mim.

O que você costurava, Marlene?

Geografia, Português, Matemática. História é que Francis, respondendo, ela sorria, como a recordar o tempo de felicidade.

Marlene abalou a cabeça. Parecia tomar fôlego para continuar. Entre seus dedos amarelados pela nicotina, havia outro cigarro aceso. Bebeu em seguida, um gole da cerveja que eu havia pedido. Prosseguiu: “Eu até tinha um namorado. Chamava-se Francisco Antônio. Papai não queria, mas a gente namorava nas salas do colégio. Eu não sei não, mas acho que ele gostava muito de mim. Eu bem que podia ter casado com ele. Mas veio a cegueira...”

Agora hoje não pode compreender, não sei por que. Parece até sonhar. Não sei como foi acontecer tudo aquilo. E eu nada tinha feito de mal, não, mãe...”

Uma história diferente

Antes mesmo de falar, Marlene retorcia entrecapada. Balançava a cabeça atitudes um triste lembrete. Ao mesmo tempo não sabia por que tudo havia acontecido justamente com ela.

— Tudo ocorreu numa noite. Não me lembro mais da hora. Mas aí aq-

mento do advogado é de que u...
ANO XXVII 8 Páginas N. 4.852

Diário da Tarde

JUÍZ DE FORA — Quarta-feira, 9 de julho de 1969



le dia, havia lá, para a casa de minha avó, juntamente com minha irmã. Eu estava me preparando para dormir e pai se encontrava na rua.

Repentinamente a porta de casa se abriu e papai apareceu com os olhos arregalados e bastante bêbado. Me chamou e quis água. Instantaneamente fui buscar. Quando voltei, ele pediu que eu me despiasse.

Aqui, Marlene se calou. Permaneceu agora com a cabeça entre as mãos, quando notei que ela estava chorando.

— Que coisa é sofrimento? — arrisquei.

— E ela quase com talve.

— Não pergunte, mãe, não, então, que a infelicidade a gente não deve contar pra ninguém, ela fica guardada no coração da gente.

Marlene encunelava-se visivelmente abatida. Recolheu seu corpo num tempo que eu lhe ofereci. E concluiu:

— Toda a cidade onde a gente morava ficou sabendo. Eu não queria mais sair de casa. Um pouco de vergonha e muita tristeza. Quando mamãe apareceu, não quis mais me ver. Minhas irmãs também.

— Por quê?

— Acharam que eu tivesse me entregado por vontade.

— Mas você não exultou?

— Estava horrorizada e nada me importava mais. Depois soube que papai havia desaparecido, porque não sabia como tinha feito aquilo comigo.

— Você culpa seu pai, Marlene?

— Não. Ele bebeu muito pouco. Anos depois ele tinha perdido a razão.

A caminho da prostituição

Quatro horas da madrugada. Marlene estava mais calma. Seu corpo de cigarras aberto no interior de nossa conversa, havia terminado. Agora “filava” de men.

— Eu estava sem dinheiro. Minha família havia me abandonado. Precisei lutar sozinho, para ganhar alguma coisa. Resolvi deixar a cidade onde a gente era feliz. Foi parar em Belo Horizonte, onde trabalhei numa farmácia. Morava numa pensão muito ruim, e quase não tinha nada. Fiquei pouco tempo. Não sei certo. Quando quis deixar Belo Horizonte, conheci um sujeito. Não me lembro mais o nome dele. Até que eu gostei dele. Era simpático. Quis que eu morasse com ele. Disse que estava precisando de mulher. Aquela, que me dava tudo, até dinheiro e, principalmente amor...

— Você estava contente?

— Estava melhor. Mas não nego que sentia que minha vida não estava direita. Não pude fazer nada. Comecei a gostar daquela vida.

— Conheceu muita gente em Belo Horizonte?

— As pessoas com quem a gente conversava eram iguais à gente. Não era gente muito boa, não. Era o feio. Um ano depois, ele saiu. Acho

que errou. Senti um pouco quando sai de Belo Horizonte para vir para cá. Estou aqui há quatro anos.

— O que daqui?

— Alé que não é ruim, não.

— Ganha muito dinheiro?

— Um pouco, dá para a gente. Ainda mais que eu não tenho filho, o meu morreu.

— O que, indagarei totalmente surpreendido.

— É, o meu quando nasceu estava morto. Foi um pouco antes de eu ir para Belo Horizonte.

— E sua vida, você está contente com ela?

— Não, sou isso agora, porque todos me abandonaram. Eu tinha que continuar vivendo e a única maneira que encontrei foi essa. Foi o único lugar onde me acalmaram. Não sei nada feliz, não sei... sou cética abastancada sobre a vida. É uma vida muito dura. O braço é a gente se entregar quando realmente gosta. Mas... só pra dinheiro, não dá. E depois: Eu que já fui feliz, ser isso agora, é triste, chato demais.

— Não sei como conseguir dizer tudo isso para você, uma coisa que nunca disse a ninguém. Acho que estava precisando de falar. E eu pouco conversei com minhas companheiras.

— Além disso tudo agora é tão diferente de quando eu tinha 16 anos. E eu não sei mais de uma vida de onde é difícil sair...

Homicídio na cadeia

O movimento veio pelo Ministério da Justiça, registrando, em 1968, o número de Campesinos que foram presos...

Em seguida, de acordo com o relatório do IBGE local, em 1968, foram presos cerca de...

FODO ANO

A fim de saber, o Ministério da Justiça, através de funcionários e presidentes, visam os motivos da...

O funcionário teve ontem na Justiça estatísticas sobre o número de presos em cadeia...

A RELAÇÃO

É a seguinte por homicídio, violação corporais, roubo, assalto, prisão de menores, do lenocínio, mecha falsa, urti, quadrem, quatro pes...

Quatro presos para mais outros presos em cadeia até a sua liberdade de penas e outros...

Fonte: Fonte: Carlos Luppi. Depois do primeiro passo, só vergonha e humilhação. Diário da Tarde, 9 jun. 1969, p. 8.

O editorial que apresentou aos leitores a série colocava a questão de que a prostituição suscitava questionamentos tanto de caráter ético-moral, quanto de caráter jurídico.

72

A questão da prostituição feminina na cidade foi alçada a um patamar tão preocupante que não era mais possível a omissão diante dela.

Em função disso, o periódico se coloca no papel de investigar o assunto a fundo, de forma direta, franca e realista, sem o uso de “palavras bonitas” que encubram a “feiúra” da triste realidade que é a prostituição. O jornal afirma que as reportagens se propõem a achar uma solução justa para o problema.

Em nossa análise, a forma como a série foi apresentada acabou por reforçar a estigmatização em torno da prostituição ao alça-la a uma condição jurídica, criminal, ainda que questione se jurídico qual crime teriam as prostituídas cometido. As matérias colocam-nas como sujeitas afastadas do convívio social. Do convívio social de quem? E se afastadas, por que incomodam? A quem ameaçam?

Destacamos que o jornalista Carlos Alberto Luppi não reportou ter sido necessário proceder a pesquisas prévias para localizar os pontos de trabalho das profissionais do sexo. Ele encaminhou-se direto para a Rua Henrique Vaz e iniciou a reportagem situando-a como a “zona perdida” da cidade, onde as mulheres “se vendem ao preço mínimo de três cruzeiros novos”.

Carlos Alberto Luppi registra que os homens que entram na boate são imediatamente “agarrados”, colocando-os numa posição de rendidos, como que sequestrados pelas prostitutas, indefesos ao assédio à qual são submetidos, sendo omitido por parte do repórter o fato de que esses homens se dirigiram para um local notoriamente conhecido como uma “zona” de prostituição, por livre e espontânea vontade.

Essa primeira reportagem da série gira em torno da entrevista de uma prostituta de nome Marlene, que narra as trágicas circunstâncias que a levaram para a “má vida”. Causa: vítima de violência sexual, foi estuprada pelo pai.

Embora ela tenha sido violentada pelo pai, foi culpabilizada pela violência sofrida pela mãe, irmãs, namorado e amigas. O perpetrador da violência foi isento, inclusive pela própria vítima, pois ao ser inquirida pelo entrevistador se ela culpava o pai pelo ocorrido, ela respondeu: “Tenho certeza de que êle fêz uma coisa que nunca queria fazer. A gente tem que perdoar, môço, pois êle havia enlouquecido”.

Em uma análise mais aprofundada, identificamos que o título da reportagem *Depois do primeiro passo, só vergonha e humilhação* não foi condizente com a proposta do editorial, a qual intencionava expor o drama que era a vida dessas mulheres, a fim de sensibilizar os leitores e buscar soluções para o problema da prostituição feminina na cidade.

Pelo contrário, o título reproduz o estigma em torno da prostituição, culpabiliza as vítimas, ou seja, as mulheres, pelas violências sofridas, deixam subentendido nas entrelinhas a ideia de que essas mulheres tiveram opção ao “escolher” seguir pelo caminho da prostituição, por terem dado o “primeiro passo” em direção a ele, e, depois deste passo dado, a consequência é “vergonha e humilhação”.

Queremos destacar também que ao iniciar a reportagem, Carlos Alberto Luppi afirma “Comigo estão três mulheres que disputam a minha simpatia e, principalmente, o meu dinheiro”. Colocada dessa forma, identificamos nessa fala um esvaziamento do caráter da prostituição enquanto profissão, enquanto recurso de sobrevivência mesmo e um reforço extremamente negativo sobre o fazer profissional delas.

Nos chamou a atenção que, em determinado ponto da entrevista, quando Marlene diz ao repórter que sua mãe e irmãs acharam que ela havia se “entregado” ao ato sexual com o pai por vontade própria pergunta, ele pergunta-lhe: “Mas você não explicou?”, como se dependesse somente da versão da vítima para que ela se livrasse da culpabilização que recaiu sobre ela, ignorando a complexidade das relações verticalizadas de uma sociedade que não dispensa a homens e mulheres os mesmos direitos, atribui às segundas uma carga muito maior de deveres e obrigações e não usa o mesmo peso e a mesma medida para julgar atos e ações de homens e mulheres.

Segunda reportagem – A difícil vida fácil: Elas vêm de longe viver num quarto miserável.

Título: Diário da Tarde

Subtítulo: A difícil vida fácil: Elas vêm de longe viver num quarto miserável.

Data da reportagem: 10/07/1969 – p. 8

Periodicidade: segunda-sábado

Classificação na instituição: Fundo Diário-Regional

A segunda reportagem da série focou em descrever os percalços enfrentados pelas mulheres que decidiam trilhar “o difícil caminho da vida fácil”. Se propõe a descrever de forma detalhada as condições de vida dessas mulheres após ingressarem na prostituição.

Essa matéria nos permite filtrar informações importantes para a reconstituição da história desse contingente feminino na cidade.

Figura 8. Elas vêm de longe viver num quarto miserável

A DIFÍCIL VIDA FÁCIL
Elas vêm de longe viver num quarto miserável

Reportagem de CARLOS ALBERTO LUPPI — Segunda de uma série especial para o DIÁRIO DA TARDE

A AÇÃO DA LEI

Também conhecida como "mal necessário", a prostituição em si não é considerada crime, e não é punida pela lei. O artigo 229 do Código Penal Brasileiro condena com prisão de 6 meses a dois anos as prostitutas que tiram proveito da prostituição e se enriquecem com isso. No fundo, todos conhecem, inclusive a lei, a possibilidade de eliminar a prostituição. E muitas casas de prostituição são toleradas, não significando que são justificadas. E a polícia age, como vem agindo em Juiz de Fora, onde cerca de doze casas de exploração de prostituição foram recentemente fechadas, estando os proprietários respondendo a processo. Todas elas são conhecidas: Hotel Mauá, Hotel Novo Mundo, Avenida das Palmeiras, Dormitório Redentor, Pecanha, Leopoldina, entre outras. E a Delegacia de Costumes não se esforça em saber que o famoso "K2" é registrado como bordão, funcionando abertamente com licença da Prefeitura Municipal. A lei não pode, como não vai, agir contra as prostitutas, simplesmente pelo fato de não poder intentar contra a liberdade de qualquer pessoa. Elas sempre vão existir, como existem desde a criação do mundo. Condenadas por todos, marginalizadas pela sociedade e vivendo uma vida que nunca gostariam de viver. Um triste caminho para a infelicidade.

Na Delegacia de Costumes e Menores, existe um fichário feito há dois anos atrás, onde cerca de 400 mulheres são conhecidas como profissionais no "comércio do amor". A maioria delas mora na "zona boêmia", enquanto outras preferem viver em quartos de hotéis e pensões, das inúmeras localizadas em Juiz de Fora. As fichas mostram que noventa por cento das prostitutas não são da cidade. Vieram de longe e de perto. Destas, 60 por cento são das cidades próximas, enquanto que as outras vieram de Estados os mais diversos.

No fim das fichas, uma síntese de sua história. E no fim da história, uma nota da polícia: "Suicidou-se" ou "desapareceu". Uma foram seduzidas com treze ou quatorze anos. Outras, já de mais idade, ingressaram numa vida de onde é difícil sair, forçadas pelas mais variadas razões, das quais quatro se destacam: desleixo dos pais na educação de suas filhas, dando-lhes excessiva liberdade; o problema da falta de dinheiro na cidade grande, onde é preciso profissionalizar-se para não morrer, a influência do progresso da civilização, onde os convites à prática sexual são freqüentes e ainda o desajuste conjugal dos pais, cujas conseqüências traumatizam os filhos. Sejam quais forem as razões, aumenta assustadoramente o índice de prostituição na cidade.

Fonte: Carlos Luppi. A difícil vida fácil: elas vêm de longe viver num quarto miserável. *Diário da Tarde*, 10 jul. 1969, p. 8.

O trecho abaixo nos informa que dois anos antes, em 1967, foi feito um cadastramento e um recenseamento das prostitutas por parte da Polícia de Costumes, com o objetivo de fazer um levantamento do número de profissionais do sexo na cidade, um

mapeamento referente aos locais em que elas trabalhavam, e o local de origem dessas mulheres.

A ação de cadastrar essas profissionais mostra-nos que as prostitutas estavam sob a lupa das autoridades policiais, não deixando dúvidas quanto a vigilância e controle permanentes que pesavam sobre elas.

Elas foram cadastradas como profissionais no “comércio do amor” e segundo o recenseamento apenas dez por cento das prostitutas eram de Juiz de Fora, as outras ou eram provenientes de cidades próximas ou de outros estados.

Na Delegacia de costumes e Menores, existe um fichário feito há dois anos atrás, onde cerca de 400 mulheres são conhecidas como profissionais no ‘comércio do amor’. A maioria delas mora na “zona boêmia”, enquanto outras preferem viver em quartos de hotéis e pensões das inúmeras localizadas em Juiz de Fora. As fichas mostram que noventa por cento das prostitutas não são da cidade. Vieram de longe e de perto. Dessas 60 por cento são das cidades próximas, enquanto as outras vieram de Estados os mais diversos⁸⁹.

Em uma nota da polícia no final da ficha há a informação de que o destino de algumas prostitutas foi o suicídio ou o desaparecimento, embora sem a definição do número exato das mulheres que tiveram esses fins: “No fim da ficha, uma síntese de sua história. E no fim da história, uma nota da polícia: Suicidou-se ou ‘desapareceu’”.

Ao lermos isso nos indagamos qual era a ação da polícia diante do status de “desaparecimento”, já que a matéria não aprofunda essa questão, nem as fontes por nós utilizadas. Será que alguém se importava com o destino dessas prostitutas desaparecidas? Fica a pergunta.

Na sequência da matéria, em que são pontuadas as razões ou as justificativas e as circunstâncias que conduziram essas mulheres para o caminho da prostituição, identificamos duas naturezas de causas, às quais classificamos em: causas objetivas, como condições precárias de vida, falta de dinheiro, falta de profissionalização; e causas subjetivas, que refletem os princípios de uma pauta de costumes conservadora, machista e sexista, porque atribui à “excessiva liberdade” por parte dos pais “na educação de suas filhas mulheres”, ao “desajuste conjugal dos pais”, ou seja, à “família desestruturada”, e à influência do progresso na civilização, o problema da prostituição.

Trata-se de um discurso conservador, pois aponta como consequência do progresso um crescimento assustador do índice de prostituição feminina na cidade de Juiz

⁸⁹ Carlos Luppi. A difícil vida fácil: elas vêm de longe viver num quarto miserável. *Diário da Tarde*, 10 jul. 1969, p. 8.

de Fora. Atentamos para o fato de que a responsabilização é jogada na conta do progresso, sem citar a desigualdade social.

Umam foram seduzidas com treze ou quatorze anos. Outras, já de mais idade, ingressaram em uma vida de onde é difícil sair, forçadas pelas mais variadas razões, das quais quatro se destacam: desleixo dos pais na educação de suas filhas, dando-lhes excessiva liberdade, o problema da falta de dinheiro na cidade grande, onde é preciso profissionalizar-se para não morrer, a influência do progresso da civilização, onde os convites à prática sexual são frequentes e ainda o desajuste conjugal dos pais, cujas consequências traumatizam os filhos. Sejam quais forem as razões aumenta assustadoramente o índice de prostituição na cidade⁹⁰.

Entendemos ser esse discurso além de conservador, reacionário, na medida em que deixa subentendido que educar as filhas mulheres com excesso de liberdade não tem boas consequências, como se as mulheres não fossem seres com capacidade para usar seu livre arbítrio, para tomar suas próprias decisões, não podendo por isso, prescindir de uma educação com “rédeas firmes”, expressão muito usada à época.

É um viés discursivo que reafirma um dos pilares fundantes da sociedade patriarcal, ou seja, a centralidade do homem como autoridade dentro da família: o bom pai de família é aquele que tem pulso firme na direção da casa, da esposa e das filhas, que, enquanto educa as filhas para a submissão e obediência, educa os filhos homens para o exercício do autoritarismo com rigor, para ser a voz unívoca de mando dentro do lar, como todo bom chefe de família deve ser.

Procuramos levantar informações sobre o destino dessas fichas de cadastramento das profissionais do sexo feitas pela Polícia de Costumes, pois se trata de uma documentação muito importante para a nossa pesquisa.

No Arquivo Histórico Municipal perguntamos aos responsáveis pela sua organização se essas fichas de cadastramento e as ocorrências policiais registradas pela Polícia de Costume, no período em questão, constavam no acervo, mas infelizmente não.

Procedemos a outras diligências, oficiosamente, buscando informações sobre os registros policiais dessa época, e fomos informados, também em caráter oficioso, que em Juiz de Fora esses registros já foram incinerados.

Segundo informações extraoficiais que recebemos, os arquivos policiais, por lei, têm a obrigatoriedade legal de ficarem acondicionados por cinco anos. Após esse prazo, podem ser descartados.

⁹⁰ Carlos Alberto Luppi, Elas vêm de longe viver num quarto miserável. *Diário da Tarde*, 10 jul. 1969.

Terceira reportagem: A “coisificação da mulher” é o problema da prostituição

Título: Diário da Tarde

Subtítulo: A “coisificação” da mulher é o problema da prostituição

Data da reportagem: 11/07/1969 – p. 8

Periodicidade: segunda-sábado

Classificação na instituição: Fundo Diário-Regional

Figura 9. A “coisificação da mulher” é o problema da prostituição

ANO XXVII 2 Páginas N. 4.894

Diário da Tarde

JUIZ DE FORA — Sexta-feira, 11 de julho de 1969

«Coisificação» da mulher é o problema da prostituição

Reportagem de CARLOS ALBERTO LUPPI
Terceira de uma série especial para o DIÁRIO DA TARDE

O problema da prostituição é antes de tudo humano, que envolve o aspecto social e jurídico e é preciso que a sociedade saiba que o homem e a mulher existem em pé de igualdade como seres humanos.

A explicação é de Padre Dalton Barros de Almeida, professor, sociólogo, psicólogo e educador que distingue a prostituição do meretrício e apela para que os pais saibam educar seus filhos numa visão social sem dupla moralidade e ainda mostra a necessidade urgente de acabar com a “coisificação” da mulher, feita entrevista exclusiva concedida ao DIÁRIO DA TARDE.

Não existe apenas a zona do meretrício. Existe a Prostituição que não está localizada. No fundo, segundo o Padre Dalton, a Prostituição é um fenômeno bem mais amplo. Não é, como muita gente pensa, causa, e sim consequência de uma situação afetiva e econômica, também consequência de uma errônea visão social que dá uma dupla moralidade para o homem e para a mulher. O fato é que atualmente, em torno da Prostituição, há uma preocupação enorme porque, informa o Pe. Dalton Barros, “causa séria” a situação das mulheres no meretrício, enquanto existe na sociedade um consentimento tácito da prostituição considerada de “maior gabarito”.

PROBLEMA JURÍDICO OU SOCIAL?

A pergunta, que foi lançada a todos aqueles que quiseram ou não quiseram se preocupar com o grave problema da Prostituição, é respondida pelo Padre Dalton: “O problema é antes de tudo humano que envolve o aspecto social ou jurídico. É preciso sentir que o homem e a mulher existem em pé de igualdade como seres humanos, consequentemente não se trata de um problema exclusivo da mulher porque ao lado das “prostitutas” existem também os “prostitutos”. E eles são também tão passíveis de análise quanto elas porque pagam para possuir o corpo de uma mulher, degradando o ato do amor.

“Então, prossegue o padre, seria de perguntar qual a categoria social dos que frequentam não apenas o meretrício mas também dos que praticam a prostituição frequentemente. Se as mulheres do meretrício gozam piedade por sua situação, parece-nos que este mesmo tipo de piedade não caberia ao rapaz e ao homem que lá comparecem”.

SEXO: DIVERSÃO OU AMOR?

O corpo, nos dias atuais, tornou-se um objeto, frequentemente “usável” sem que se pensa nas consequências que surgem violentamente de seu uso. O mundo se temo como também somos corpo. “Por isso, afirma o Padre Dalton, o sexo não é apenas uma atividade fisiológica, envolve a nossa própria identidade pessoal”.

A Prostituição, no fundo, demonstra a visão errada de uma sociedade. Ela se tornou uma caracterização de uma sociedade, como consequência que ela é, que vê as coisas erradamente. “A domesticação do sexo como fenômeno não funciona. Tentar torná-lo simplesmente recreativo é negar seu sentido plenamente humano. O que praticamente foi esquecido é que o sexo só tem sentido como convite a uma vida em comum numa comunidade de seres pessoais”.

RECUSAR O CONVITE NÃO SIGNIFICA SER QUADRADA

O homem deste século é um ser condicionado nos mais diferentes aspectos. Por isso, ele tem ansia de se libertar de tudo aquilo que o emagaa, de tudo que o pressiona na sua mentalidade errada de fazer aquilo que bem entender. E Padre Dalton continua explicando: “Parece que uma das grandes libertações que o homem poderia fazer hoje, seria se libertar de uma ilusão romântica em que, por exemplo, uma universitária “capturada” pode dizer “não” a um “paquerador” insistente sem sentir que está sendo “quadrada”. Parece que nos

meios mais informados a “vulgarização científica” destrói em vez de construir.

Isto significa que a queda dos “tabus” sociais não atingiu o resultado esperado, ou seja, uma existência livre e bem orientada, pois o que acontece é o contrário: cium, são perturbações bem mais difíceis de serem superadas”.

PANORAMA DA PROSTITUIÇÃO PODE MUDAR

Na opinião do Padre Dalton uma correta formação sexual talvez modificasse bastante o panorama da prostituição e o meretrício só poderia desaparecer à medida em que homens e mulheres saíssem da condição de sub-humanos. “Quanto ao comportamento sexual nos nos encontramos diante de uma tarefa bem mais difícil do que a de superar ou manter as tradições de antigamente. Precisamos criar novas tradições baseadas numa moral única para o ser humano e não uma para o homem e outra para a mulher”.

Acontece que os pais de hoje são, muitas vezes, irresponsáveis na educação de seus filhos homens e, inclusive eles próprios começam a iniciar seus filhos no sentido de ir à zona do meretrício. “Se isto continuar, indaga o Padre Dalton Barros, onde é que vamos parar? O resultado é, o que se vê: homens e mulheres prostituídos com a consequente depravação da sociedade que ainda se encerra de marginalizar as mulheres prostitutas e aceitar os chamados “prostitutos”, como se existisse uma moral para o homem e outra para a mulher.

MULHER E PESSOA E NÃO OBJETO

Padre Dalton sugere uma mudança que deverá começar dentro de cada indivíduo para que diminua a prostituição.

“Se quisermos contribuir para diminuir a prostituição e o meretrício, a mudança deverá começar dentro de cada um e vai impor muito a maneira pela qual a civilização vai passar a integrar a mulher como pessoa e não como “objeto” e parece-nos também que, à medida que houver um desenvolvimento global e os homens se souberem ser realmente fraternos, tudo poderá ser diferente”.

Concluindo, Padre Dalton lembra o encontro de Cristo com a prostituta: “Quando ela pela primeira vez encontrou um homem que lhe prestou um benefício sem lhe pedir o corpo em troca, ela se foi feliz e não mais errou”.

leia diariamente o

ESTADO DE MINAS

Um jornal mineiro como você.

A partir de 6 horas da manhã em todas as bancas



SUCURSAL DO ESTADO DE MINAS
Av. Rio Branco, 2355

Fonte: Carlos Luppi. : A “coisificação” da mulher é o problema da prostituição. *Diário da Tarde*, 11 jul. 1969, p. 8.

Na terceira reportagem da série, Carlos Alberto Luppi entrevista o padre Dalton Barros de Almeida, clérigo, professor, sociólogo, psicólogo e educador.

Além das credenciais de padre Dalton, Carlos Alberto Luppi não explicita as razões pelas quais o pároco foi convidado pelo jornal para dar entrevista a respeito da temática da prostituição em Juiz de Fora. Nesse sentido, não fica claro se padre Dalton desenvolvia algum trabalho junto às profissionais do sexo na cidade.

Segundo a introdução da entrevista, e de acordo com os tópicos nos quais ela está organizada, a proposta é a de que fosse feita uma análise geral sobre o fenômeno da prostituição feminina.

Padre Dalton inicia a entrevista com duas assertivas: primeiramente, ele ressalta a necessidade urgente de acabar com a “coisificação” da mulher; em seguida ele faz uma distinção entre o termo “meretrício” e o termo “prostituição”.

Para o sacerdote, “meretrício” se restringe à zona, a uma localização espacial onde atuam as meretrizes, enquanto a “prostituição” é um fenômeno bem mais amplo, que não é causa, mas sim consequência de uma situação afetiva e econômica. Enquanto a condição das mulheres no meretrício causa piedade, na sociedade há um consentimento tácito para a prostituição considerada de “maior gabarito”. Além disso, ele percebe claramente o processo de objetificação do corpo feminino subjacente à condição do ser mulher/prostituta/objeto de prazer, que ele chama de “coisificação”.

Padre Dalton prossegue afirmando que, inicialmente, a prostituição é uma questão humana, que envolve o aspecto social ou jurídico. No entender dele, não é uma questão que se restrinja somente às mulheres, porque ao lado das “prostitutas” existem os “prostitutos”, “os homens que pagam para possuir o corpo de uma mulher, contribuindo para o ato de degradação do amor”. Se as mulheres do meretrício causam piedade por sua situação, essa mesma piedade não deve ser estendida aos homens que buscam esse local do meretrício.

Não existe apenas a zona do meretrício. Existe a Prostituição que não está localizada. No fundo, segundo o padre Dalton, a prostituição é um fenômeno bem mais amplo. Não é, como muita gente pensa, causa, e sim, consequência de uma situação afetiva e econômica, também consequência de uma errônea visão social que dá uma dupla moralidade para o homem e a mulher...É preciso sentir que a mulher e o homem existem em pé de igualdade como seres humanos, consequentemente não se trata de um problema exclusivo da mulher porque ao lado das “prostitutas” existem também os “prostitutos”. E eles são também tão passíveis de análise quanto elas porque pagam para possuir o corpo de uma mulher, degradando o ato do amor⁹¹.

⁹¹ Carlos Alberto Luppi, Coisificação da mulher é o problema da prostituição, *Diário da Tarde*, 11 jul. 1969.

O clérigo não explica em que aspecto a prostituição feminina seria uma questão jurídica. Mas ao destacar que o homem, o “prostituto”, também tem responsabilidades para a manutenção da prostituição feminina ao recorrer aos serviços sexuais vendidos pelas profissionais do sexo, ele reparte com os homens a responsabilização pelo fenômeno da prostituição, isentando a mulher de ser a única culpada pela condição de prostituir-se. Trocando em miúdos, se há quem venda o corpo é porque há quem o compre. E completa que o comprador, ou seja, o homem, não merece ser tratado com a mesma complacência de que a prostituta, porque se a mulher se prostitui por necessidade, o “prostituto” a procura para satisfação de seu prazer.

Sem dar por isso, pois a formulação da categoria teórica de gênero iria se desenvolver somente a partir dos anos 70, padre Dalton já aponta para a discriminação de gênero presente na sociedade, aponta para a questão da dupla moralidade, que cobra um comportamento moral das mulheres e outro dos homens, e entende que não são estendidas às mulheres as mesmas prerrogativas que são estendidas aos homens, nem os mesmos deveres.

Podemos identificar alguns princípios progressistas nos posicionamentos de padre Dalton.

Segundo ele, a sociedade necessita decidir se irá superar ou manter as tradições de antigamente, pois, para ele, precisam ser criadas tradições compostas por uma moral única, igual, tanto para os homens quanto para as mulheres.

Ao afirmar que há a necessidade de uma mudança por parte dos pais na educação dos filhos homens, padre Dalton posiciona o papel da família dentro da questão da prostituição feminina, pois os pais, ao levarem os filhos para iniciarem a vida sexual na zona do meretrício, contribuem e reforçam a comercialização de corpos femininos.

Achamos interessante perceber como as colocações do pároco caminham na contramão das razões pelas quais as mulheres se tornam prostitutas, elencadas por Luppi na reportagem “Elas vêm de longe viver num quarto miserável”.

O sacerdote reconhece em suas assertivas que há pessoas que vivem em condições sub-humanas, ou seja, sinaliza para a questão social; levanta a questão de que a “civilização tem que integrar a mulher como pessoa e não como ‘objeto’”, sinalizando que reconhece a discriminação de gênero, mas encerra o seu raciocínio atribuindo ao “desenvolvimento global” e aos homens se tornarem mais fraternos, a condição para que as mudanças necessárias na sociedade aconteçam.

Ao desconsiderar em sua análise as dimensões econômicas, políticas e sociais que envolvem a prostituição e que estão em relação direta com a desigualdade social, o clérigo conduziu a solução da questão da prostituição feminina a um reducionismo moral e a uma questão de postura cristã, de maior fraternidade, solidariedade e amor ao próximo.

Seguindo ainda nessa linha, ele atribui explicitamente à “vulgarização científica”, que é como ele nomeia o avanço da Ciência e à quebra dos “tabus” sociais, a responsabilidade pelo estabelecimento de uma liberdade desorientada, desordenada. Segundo ele, essa quebra dos “tabus” induziu as moças a sentirem-se coagidas a serem “liberais”, para não serem vistas como “quadradas”, e, em função dessa preocupação, ceder às cantadas dos homens.

Com isso, concluímos que, embora tenha tido, a nosso ver, o mérito de fazer uma reflexão do fenômeno da prostituição feminina fora do viés da culpabilização única e exclusiva da mulher, a reflexão de padre Dalton acabou por desembocar em uma proposta rasa e reducionista sobre a solução a ser dada a essa questão, calcada em princípios morais, religiosos e na manutenção de uma pauta de costumes conservadora, desconsiderando as questões estruturais de desigualdade da sociedade, que estão na base da precarização das condições de vida e de sobrevivência.

Quarta reportagem: Eles aceitaram o desafio e cuidam das prostitutas

Título: Diário da Tarde

Subtítulo: Eles aceitaram o desafio e cuidam das prostitutas

Data da reportagem: 12/07/1969 – p. 8

Periodicidade: segunda-sábado

Classificação na instituição: Fundo Diário-Regional

A reportagem de encerramento da série demonstrou quais ações estavam sendo realizadas concretamente, no sentido de resolver a questão da prostituição feminina em Juiz de Fora.

“Eles aceitaram o desafio e cuidam das prostitutas”. Quem eram eles?

Carlos Alberto Luppi está se referindo à Obra Assistencial Nossa Senhora Aparecida, fundada em 1966 pela Arquidiocese de Juiz de Fora.

Segundo o jornal, o objetivo da obra assistencial era “proteger, amparar e recuperar as prostitutas da Rua Henrique Vaz e reintegrá-las à sociedade”: “Antes, se a obra assistencial era olhada com temor e desconfiança pelas prostitutas, já não o é mais,

pois seus responsáveis souberam cativá-las com amor e carinho, sem distinção. Sobretudo, souberam mostrar a elas a possibilidade de recuperação”.

A obra assistencial era dirigida por uma diretoria composta por cidadãos da sociedade civil, como casais conselheiros, assistentes espirituais, pelo padre Marcelo Croche e a Madre Maria da Cruz.

A obra possuía: um ambulatório médico, com o serviço de assistência médica e dentária oferecidos pela Prefeitura Municipal; serviço completo de enfermagem, com um enfermeiro, da patente de cabo, cedido pelo Exército; um galpão onde funcionava um curso de Corte e Costura e aulas de alfabetização ministradas pela irmã Maria da Cruz; e um posto de leite, que distribuía diariamente roupas e alimentos para as trezentas mulheres que residiam na rua Henrique Vaz.

A obra assistencial era mantida com recursos da caridade pública, de entidades religiosas e dos clubes de serviços existentes na cidade.

Havia particularmente uma preocupação com o futuro dos filhos das prostitutas, para não que não “entrassem pelo mesmo caminho”. Nesse sentido, as crianças eram encaminhadas para o lar Santa Cruz, que abrigava 25 crianças de 15 meses a 11 anos de idade, onde moravam permanentemente e frequentavam a escola regular, de acordo com a faixa etária. “A alegria da criançada é notória e todas elas costumam pedir aos visitantes que não tragam balas, mas sim o papai. As crianças formam um mundo à parte no trabalho de recuperação das prostitutas. Educadas desde pequenas, certamente aprenderão a aceitar a prostituição, sem, contudo, nela cair”.

Figura 10. Eles aceitaram o desafio e cuidam das prostitutas

« MILITARES » NO

ANO XXVII 9 Páginas N. 4.899

Diário da Tarde

JUIZ DE FORA — Sábado, 12 de Julho de 1969

ELES ACEITARAM O DESAFIO E CUIDAM DAS PROSTITUTAS

Reportagem de CARLOS ALBERTO LUPPI para o DIÁRIO DA TARDE

Sempre se falou em prostituição como um mal que não mais tivesse jeito. Sempre se disse que as mulheres que caíam nessa vida não mais sairiam dela. Fimelico, porque se acomodaram. Depois porque elas realmente não apresentavam mais qualquer esperança de sobreviver, diante da pesada carga de crimes que a sociedade lhes impunha.

E a prostituição foi sempre encarada simplesmente como um lado negativo da vida que, se para os que convivem na sociedade é geralmente boa e bonita, não o é para milhares de mulheres que sentem na própria carne e na própria alma a infelicidade, certamente não merecida. Por ter-lhes circunstâncias da vida, elas se tornaram "objeto" de milhões, prontas para serem "usadas" a qualquer momento e a um certo preço estipulado. Uma realidade cruel está de vender o próprio corpo pelo mesmo preço com que se compra duas ou três dúzias de bananas. Um corpo crescido, alimentado e usado a duras penas, através de um sofrimento só compensável quando se faz em verdadeira amor na triste vida das "bônas", as prostitutas são permanentemente a lançar desafios a todas as pessoas: "Se estamos perdidos, deixem-nos em paz; se não estamos, porque não nos ajudam a nos recuperarmos?"

"EM TRABALHO DIFÍCIL" — Em Juiz de Fora, apesar

(continua de uma série especial para o leitor de uma gente saber, tenta-se "tocar o desafio" com busca da recuperação das prostitutas e o consideradas por todos "casos perdidos". A Obra Assistencial Nossa Senhora Aparecida, fundada pela Arquidiocese em 1966 procura, há três anos, proteger, amparar e recuperar as prostitutas da rua Henrique Vaz e Intergeladas na Sociedade.

Antes, se a obra assistencial era elidida com temor e desconfiança pelas prostitutas, já não o é mais, pois seus responsáveis combateram e castigaram, com amor e carinho, sem distinção. Sobretudo, subiram mostrar a elas a possibilidade de recuperação.

A obra de assistência às prostitutas da Henrique Vaz, atualmente funciona, graças à diretoria formada por Roberto e Lúcia Kamill — presidentes — Ivan e Lenita Vaz de Melo — vice-presidentes, Antônio e Célia Casarini — secretários, Moacyr e Maria Luiza Ferrazini, tesoureiros, Pe. Marcelo Crochier e Malte Maria da Cruz, assistentes espirituais e ainda alguns casos excepcionais.

"É um trabalho difícil", afirma o dr. Kamill, e explica: "As prostitutas dificilmente confiam em alguém. Cuidado, elas se refreiam e aceitam o afastamento da Sociedade, inclusive com um certo complexo, pois acham que merecem tudo aquilo". "Então, primeiro, é preciso dar-lhes sobretudo confiança,

mostrar a elas que cair no erro não é crime imperdoável. Dizer-lhes das possibilidades de se recuperar, através de muito esforço e trabalho".

TODA A ASSISTÊNCIA — A obra assistencial possui, na rua Henrique Vaz, um ambulatório médico com o serviço completo de enfermagem e assistência diária aos moradores e militares da rua. Além disso, tem um galpão onde funciona uma escola de alfabetização e de corte e costura. Na opinião do dr. Roberto Kamill, "não há recuperação sem alfabetização".

A assistência médica e dentária é prestada pela Prefeitura Municipal e na enfermaria trabalha o dr. Roberto Kamill, 25 mulheres, em regime trabalhavam em serviços domésticos e onde, pacientemente, são preparadas e educadas para voltarem no convívio social. O Posto de Leite, também pertencente à obra de Assistência N. S. Aparecida, distribui, diariamente, roupas e alimentos às trinta e sete mulheres da rua Henrique Vaz.

E OS FILHOS PARA ONDE VÃO? — Através dos filhos, é que as prostitutas aceitam a formação que visa a recuperação, não só delas como também dos filhos, grandes ou pequenos, que finalmente entrarão pelo mesmo caminho. Seria analisável a preocupação das

mulheres, de que seus filhos não sejam o que elas são. E as crianças são encaminhadas ao Lar Santa Cruz, situado à rua Honório Frazão, especificamente à obra assistencial. Ali, cerca de 25 crianças, de idades que variam de 11 anos a 15 meses, moram periodicamente, e são educadas para viverem na Sociedade. As de idade escolar frequentam o Jardim das Infâncias, a Escola Primária e suas mães também ajudam na sua educação.

A alegria da criança e no-ria e todas elas costumam pedir aos visitantes que não tragam balas, mas, sim, o "papai". As crianças formam um mundo à parte no trabalho de recuperação das prostitutas. Educadas desde pequenas, certamente apresentarão à família a prostituição, sem contudo cair nela.

MUITAS JÁ FORAM RECUPERADAS — A obra de Assistência às mulheres da rua Henrique Vaz tende a se ampliar. Os resultados, até o momento, são compensadores e seriam muito mais se a cidade "oubasse" da sua existência. Na opinião do dr. Roberto Kamill, "o trabalho é feito em silêncio, mas fatalmente irá ser do conhecimento de todos".

Depois de recuperadas, as mulheres ou são empregadas em casas de família ou voltam para a casa dos pais ou ainda iniciam um novo lar. Atualmente, seis delas encontram-se empregadas no Rio e São Paulo, enquanto que seis encontram-se em Juiz de Fora, empregadas e morando fora da chamada "zona bôrnica" da cidade.

A Obra Assistencial empreendida em Juiz de Fora conta com recursos da caridade pública, de entidades religiosas e dos clubes de serviços existentes na cidade. Entretanto, os dirigentes da obra não se poupam no sentido de melhorar a própria obra.

Brevemente será construído um Centro de Recuperação das mulheres e onde se pensa em criar uma pequena indústria, através da qual as mulheres aprenderão muitos ofícios de grande utilidade no trabalho de recuperação. O Centro será construído em um terreno que será doado pela Prefeitura Municipal e poderá abrigar e recuperar, um número bem maior das prostitutas existentes em Juiz de Fora.

É uma obra que precisa ser mais conhecida e auxiliada, esta de recuperação das mulheres que quase todos consideram perdidas, mas que, se forem tratadas com amor, confiança e muita paciência, poderão se transformar em outras totalmente diferentes.

Final de contas, quem é que não se transforma com uma certa dose de compreensão? Para isso, antes que você se torne um "prostituto", é preciso que você mostre às "prostitutas" que elas não são "casos perdidos" e que muito pior que cair no erro é permanecer nele.



Estas são as pequenas vítimas de um grande erro da sociedade

Fonte: Carlos Luppi. Eles aceitaram o desafio e cuidam das prostitutas. *Diário da Tarde*, 12 jul. 1969, p. 8.

Na sequência da reportagem, *Muitas já foram recuperadas*, damos destaque para os termos “recuperar” e “recuperação”, configurando que as mulheres em situação de

prostituição precisam regeneradas. Entendemos serem essas expressões fortemente estigmatizantes. São expressões que colocam as prostitutas no mesmo patamar das pessoas que perpetram crimes graves. Nesse ponto, destacamos a sensibilidade do padre Marcel Croche, que preferia usar a expressão “promoção”, ao invés de “recuperação”.

É proposta dos que “cuidam das prostitutas” a construção de um “Centro de Recuperação”, organizado no formato de uma pequena indústria, onde as mulheres aprenderão ofícios que auxiliarão em sua “recuperação”.

A prostituição, embora não seja enquadrada no Código Penal como crime, ou seja, as prostitutas não estão, do ponto de vista jurídico, violando nenhuma lei, o jornal, ao se referir a elas como pessoas que precisavam ser “recuperadas” para poder voltar ao “convívio social”, suscita a pergunta: “recuperadas” de quê?

Em que momento elas foram privadas do “convívio social”? Sem dúvida elas foram rechaçadas décadas antes para a rua Henrique Vaz para serem retiradas dos espaços públicos de circulação dos cidadãos e cidadãs ditos “de bem”, mas isso não configura privação do convívio social. Privadas do convívio social são as pessoas que cumprem pena de privação de liberdade, pena essa imputada àqueles que são considerados uma ameaça à segurança e a integridade dos cidadãos, não aptos a estar em sociedade, o que não era o caso.

Essa ideia era tão forte no imaginário social que as próprias profissionais do sexo introjetaram esse sentimento de inadequação, de serem “mulheres perdidas”, ou de serem pessoas que precisavam ser “recuperadas”, pois que no início da reportagem há uma fala de uma prostituta nesse sentido: “Se estamos perdidas, deixem-nos em paz; se não estamos, porque não nos ajudam a nos recuperarmos?”.

E o que era considerado ser uma prostituta “recuperada”?

Depois de recuperadas, as mulheres ou são empregadas em casas de família ou voltam para a casa dos pais ou ainda iniciam um lar. Atualmente, seis delas encontram-se no Rio e São Paulo, enquanto que outras seis encontram-se em Juiz de Fora, empregadas e morando fora da chamada “zona boêmia” da cidade⁹².

Eram três os caminhos para as mulheres “recuperadas”: retornar à casa paterna, ou seja, o “perdão”, a “redenção”; iniciar um novo lar, também uma “redenção”, pois para isso essa prostituta teria que encontrar um homem “benevolente”, que lhe “perdoasse o passado de uma vida em pecado”; ou se tornarem empregadas domésticas.

⁹² Carlos Luppi. Eles aceitaram o desafio e cuidam das prostitutas. *Diário da Tarde*, 12 jul. 1969, p. 8.

Em termos de perspectiva profissional, essa era a única oportunidade que lhes era oferecida. Em nossa leitura, significa ser promovida de uma condição de submissão e exploração “não consentida”, prostituta, para uma situação de exploração e submissão consentida, empregada doméstica, exploração respeitável, aceita pela sociedade.

As empregadas domésticas muito recentemente e à custa de muita luta conseguiram ter a sua profissão regulamentada e os seus direitos trabalhistas básicos garantidos por lei.

Então, ser uma mulher “recuperada” significava se tornar uma mulher que saía de uma condição profissional precarizada, mas não validada socialmente, para entrar em outra condição profissional igualmente precarizada, mas validada do ponto de vista social.

Vemos, dessa forma, pesar sobre as mulheres as consequências da desigualdade de gênero, ao não serem oferecidas para elas outras oportunidades como a de construir uma carreira profissional que lhes garantisse independência financeira, e a desigualdade de classe, pois dentre as opções que lhes eram oferecidas nenhuma iria lhes permitir a ascensão social, rompendo com os padrões de submissão aos quais estavam sujeitas.

Queremos ressaltar que não desconsideramos os impactos positivos que esse trabalho filantrópico provavelmente propiciou à vida dessas mulheres, lhes garantindo acesso a serviços que, a depender única e exclusivamente do poder público, elas não teriam acesso, pois é importante lembrar que não existia SUS.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tava preso no xadrez
Quando veio a notícia que a minha sentença era um ano e seis mês
Dei um pulo pro alto
Quase me infartei
Pensando naquela pretinha que eu tanto amei
Mas todo domingo ela vinha me visitar
Botava boquinha na grade para me beijar.
Ponto de malandro: Tava preso no xadrez

Da proposição inicial de pesquisa, quando ainda anteprojeto como requisito para ingresso no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora até se tornar essa dissertação, nossa pesquisa sofreu muitas modificações.

Intencionávamos analisar todas as reportagens dos dois periódicos, Diário Mercantil e Diário da Tarde, jornais de circulação diária, de 1964 a 1985, ou seja, durante os 21 anos de vigência do governo militar, e ainda fazermos uso da metodologia da História Oral, coletando depoimentos das profissionais do sexo que trabalharam na rua Henrique Vaz, ou de seus filhos, na ausência delas.

Tanto excesso de ambição, quanto de ingenuidade, esse ideal faraônico começou a ficar menos pretensioso assim que chegamos ao Arquivo Histórico Municipal e nos deparamos com o imenso número de exemplares de jornais, e, mais ainda, o enorme volume de reportagens que tínhamos que ler, selecionar e analisar.

Assim, tivemos que optar por restringir nossa análise para somente um periódico, o Diário da Tarde, e selecionamos duas séries de reportagens, uma de 1967, e outra de 1969, a fim de que nosso estudo se tornasse factível. No entanto, não restringimos nossa leitura somente a essas duas séries.

Bem conduzidos pelo trabalho pioneiro de Rita de Cássia Vianna Rosa, que em 2009 já havia trilhado um caminho que a fez adentrar, ainda que não fosse a centralidade da sua pesquisa, pela temática da prostituição em Juiz de Fora, a partir das mesmas fontes que as eleitas por nós, reportagens de jornais, ampliamos o leque de reportagens lidas para que pudéssemos apreender a totalidade desse fenômeno. Dessa forma, além das profissionais que moravam e exerciam o seu ofício na zona Boêmia, estendemos o nosso olhar para as profissionais do sexo que faziam o trottoir no centro da cidade.

Tivemos também que redefinir nossa hipótese ao constatarmos que o impacto da ditadura civil-militar na vida dessas mulheres não havia se dado de uma forma tão direta como acreditávamos, a ponto de incorrer na desativação da rua Henrique Vaz.

O fim da rua enquanto lócus do baixo meretrício não teve a ver com os militares, mas sim com um processo de decadência já iniciado em anos anteriores, que foi precipitado pela abertura da Avenida Brasil, e com a reconfiguração urbana da área por onde a avenida cortou a cidade.

É exatamente em função dessa dinâmica de idas e vindas tão inerente à produção de conhecimento, que o ato de pesquisar precisa ser norteado primeiramente por um projeto, ainda que depois ele seja todo modificado.

No nosso entender, a pesquisa não ficou menos rica em virtude das alterações que precisamos fazer. Pelo contrário, conseguimos confirmar a nossa hipótese de que, de fato, em Juiz de Fora a pauta conservadora e moralizante da ditadura civil-militar impôs um maior controle e vigilância sobre a vida das profissionais do sexo.

Por meio da centralidade que os jornais deram ao fenômeno da prostituição na cidade, posicionando-se como os olhos, ouvidos e voz da população, pudemos atestar: a ação incessante da polícia de Costumes, que em 1967 e em 1971 impuseram às prostitutas um cadastramento, com a apresentação de exames que lhe atestassem a saúde; as constantes batidas policiais na região da Zona Boêmia; as recorrentes prisões das profissionais do sexo que insistiam em fazer o trottoir na Praça da Estação e nas ruas que desembocavam nela; o fechamento e a prisão dos proprietários dos hotéis que se localizavam na região da Praça da Estação e na parte baixa das ruas Halfeld, Marechal Deodoro, Fonseca Hermes, Floriano Peixoto e São Sebastião, cujos quartos eram alugados pelas prostitutas e/ou fregueses para fazerem programas.

Todo esse contexto corrobora a nossa hipótese de que houve um aumento do controle e da vigilância sobre as profissionais do sexo de Juiz de Fora durante a ditadura civil-militar, empreendido pela polícia de Costumes.

No entanto, esse controle, essa vigilância, não se deram somente na esfera da repressão, ocorreram também por meio de ações filantrópicas sob a perspectiva do cuidado, e pela implementação de ações de “recuperação” dessas mulheres. Era uma ação conjunta da Igreja Católica, do poder público municipal e do Exército.

Achamos curioso que o poder público municipal fornecia os médicos que atendiam no posto de saúde instalado na rua, mas o enfermeiro do referido posto era um soldado, da patente de cabo, cedido pelo Exército, em pleno contexto de regime militar. Teria sido um laivo de generosidade da parte dos militares? Teria sido um ato de responsabilidade social por parte dos que estavam à frente do regime? Ou teria sido mais uma preocupação com a saúde do batalhão de soldados rasos, fregueses em potencial? A

pesquisa suscitou diversas questões importantes. Esperamos que possam nortear futuras pesquisas.

Por meio da leitura das reportagens, confirmamos a existência de um outro segmento de profissionais do sexo em Juiz de Fora: as prostitutas de luxo, que compunham o “alto meretrício”, fato esse da ciência dessa historiadora, em função de aspectos de sua biografia. Quem eram elas? Eram as prostitutas que atuavam nas boates de luxo da cidade, frequentadas por uma clientela mais seleta, do ponto de vista econômico e social.

Teriam sido as prostitutas de luxo mais blindadas do caráter persecutório do regime militar, por atenderem à clientela masculina pertencente à elite econômica da cidade? Recebiam essas profissionais do sexo tratamento diferenciado por parte dos órgãos de controle, como a Polícia de Costumes, por atenderem a uma clientela economicamente mais seleta? Ou estavam elas submetidas aos mesmos mecanismos de controle e vigilância?

Deixamos aqui como sugestão para futuras pesquisas a análise de como se deu o impacto do regime civil-militar sobre a vida das prostitutas que compunham o alto meretrício, aquelas que atendiam a elite econômica masculina de Juiz de Fora.

Uma outra questão que entendemos merecer uma análise mais cuidadosa é o fenômeno do trottoir. Por que, apesar da pressão da polícia de Costumes e da sociedade, um grupo de mulheres se recusou a exercer o meretrício na rua Henrique Vaz? Tinham condições de vida melhores? Ganhavam mais dinheiro? Trabalhavam por conta própria ou agiam assim porque os cafetões as obrigavam?

Associado ao fenômeno do trottoir cremos que seria muito importante também uma pesquisa que se debruçasse sobre a criação da rua da Zona entre os anos de 1947/1948, para entendermos mais a fundo como se deu a transferência das profissionais do sexo para a rua Henrique Vaz e o que significava de fato o trottoir: se ele já era praticado na Praça da Estação antes da transferência das meretrizes para a rua da “Zona”, como se deu o seu surgimento? O que ele representou após a década de 40? Foi uma forma de resistência das prostitutas? A deliberação sobre a criação da Zona Boêmia partiu exclusivamente dos dirigentes políticos da cidade? Foi fruto de um ato legislativo e executivo pontual ou estava inserida em alguma política mais ampla de repressão às prostitutas iniciada durante a ditadura do Estado Novo? Questões para futuros e prementes estudos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E FONTES

Fontes

DIÁRIO MERCANTIL. O general Mourão Filho sai em defesa do regime e instala em JF o QG da Fôrça de Defesa da Democracia em MG. *Diário Mercantil*, 1 abr. 1964.

DIÁRIO MERCANTIL. Minas mais uma vez sai em defesa da liberdade restituindo ao Brasil, em 36 hs., a paz e a democracia. *Diário Mercantil*, 2 abr. 1964.

DUQUE, Helena Gilda. Polícia de JF está bem colocada no polígono do trottoir. *Diário da Tarde*, 21 de março de 1967.

DUQUE, Helena Gilda. Polícia ataca apenas um antro. *Diário da Tarde*, 21 de março de 1967.

DUQUE, Helena Gilda. Você as descobre em uma esquina qualquer. *Diário da Tarde*, 21 de março de 1967.

DUQUE, Helena Gilda. Inclusão no capítulo de vadiagem. *Diário da Tarde*, 21 de março de 1967.

LUPPI, Carlos Alberto. Depois do primeiro passo, só vergonha e humilhação. *Diário da Tarde*, 9 jul. 1969.

LUPPI, Carlos Alberto. Elas vêm de longe viver num quarto miserável. *Diário da Tarde*, 10 jul. 1969.

LUPPI, Carlos Alberto. “Coisificação” da mulher é o problema da prostituição. *Diário da Tarde*, 11 jul. 1969.

LUPPI, Carlos Alberto. Eles aceitaram o desafio e cuidam das prostitutas. *Diário da Tarde*, 12 jul. 1969.

Referências

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. A dimensão retórica da historiografia. In: PINSKY, Carla; LUCA, Tania Regina de (orgs.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Editora Contexto, 2011.

ARAÚJO, Beatriz Alvarenga Bonella de. “Você nos colocou na História”: Uma História Social da prostituição brasileira nas décadas de 1980 e 1990. *Epígrafe*, v. 10, n. 1, p. 21-49, 2021.

ARAÚJO, Maria de Fátima. Gênero e violência contra a mulher: o perigoso jogo de poder e dominação. *Psicol. Am. Lat.*, n. 14, out. 2008.

COMISSÃO MUNICIPAL DA VERDADE. *Memórias da repressão*: relatório da Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora. Juiz de Fora: MAMM, 2016.

ESTEVES, Martha de Abreu. *Meninas Perdidas*. Os Populares e o Cotidiano do Amor no Rio de Janeiro da “Belle Époque”, Ed. Paz e Terra, Oficinas da História, 1989.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na Oficina do Historiador: conversas sobre história e imprensa. *Projeto História*, n. 35, dez. 2007, . p. 253-270.

ENGEL, Magali. *Meretrizes e doutores*: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890). São Paulo: Brasiliense, 1989.

FERREIRA, Jorge. 2023. Juiz de Fora e o Golpe Civil-Militar de 1964. *Locus: Revista De História*, v. 29, n. 1. p. 126-151.

FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*, v. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 167-205.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Humbert L. e RABINOW, Paul. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

GONZALES, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira. In: Flávia Rios; Márcia Lima (Orgs). *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaio, intervenções e diálogos*, de Lélia Gonzales. Rio de Janeiro, Zahar, 2020, p. 58.

GUEDES, Gabriela Fazolato. “*Policiou, saneou, moralizou*”: as práticas de controle da prostituição nas primeiras décadas republicanas (1896-1920). Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2020.

GUISOPLPHI, Anderson José. As Marchas da Família com Deus pela Liberdade: ideologias e práticas católicas no golpe militar de 1964. *Revista Cadernos do Ceom*, v. 22, n. 31, 2009, p. 453-458.

KARAWEJCZYK, Mônica. O jornal como documento histórico: breves considerações, *Historiæ*, v. 1, n. 3, p. 131–147, 2011, p. 131.

KÖNIG, Mauri. Os filhos de Itaipu. Intercept Brasil (YouTube), 6 jan. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=d2dG1G_IMMc&t=369s>. Acesso em: 18 jan. 2024.

KUSHNIR, Beatriz. Baile de máscaras. Mulheres judias e prostituição. As polacas e suas associações de ajuda mútua de Beatriz Kushnir. *História Social*, n. 4/5.

LISIEUX, D. Oliveira; MUSSE, Christina Ferraz. “O “Diário Mercantil” no golpe militar de 1964: como um jornal de província auxiliou na consolidação do golpe”. Outro Preto, UFOP, 9º Encontro Nacional da Mídia, 2013.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: Carla Bassanezi Pinsky (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2008, v. 1, p. 111-153.

MENEZES, Lená Medeiros de. *Os estrangeiros e o comércio do prazer nas ruas do Rio, 1890-1930*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

MUSSE, Christina Ferraz. *Imprensa, cultura e imaginário urbano: exercício de memória sobre os anos 60/70 em Juiz de Fora*. Nankin Editorial, 2008.

PEREIRA, Lucas Carvalho Soares de Aguiar. Prostituição e polícia: mulheres e homens na mira do policiamento moral em Belo Horizonte, MG, Brasil (c. 1920/1930). *História*, v. 38, 2019.

PRECHET, Beatriz do Nascimento. *Enegrecendo o meretrício: experiências da prostituição feminina no Rio de Janeiro (1871-1909)*. Vitória: Editora Milfontes, 2020.

QUINALHA, Renan. *Contra a moral e os bons costumes: a ditadura e a repressão à comunidade LGBT*. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

RAGO, Luiza Margareth. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1990.

ROSA, Rita de Cássia Vianna. *As mulheres de “Paraiburgo”*: representações de gênero em jornais de Juiz de Fora/MG (1964 a 1975). Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2009.

SACHETTINI, Cristiana. “*Que tenhas teu corpo*”: uma história social da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

SOIHET, Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: *História das mulheres no Brasil*, v. 10, p. 362-400, 2004.

SILVA, Jhenifer Denise Souza da. “Flores tóxicas da noite”: uma análise da prostituição em Belém durante a ditadura militar civil (1970 - 1976). *Revista Cantareira*, n. 35, ago. 2021, p. 373-389.

SILVA, Natanael de Freitas. Ditadura civil-militar no Brasil e a ordem de gênero: masculinidades e feminilidades vigiadas. *Mosaico*, v. 7, n. 11, 2016, p. 64-83.

ANEXO II – FOTOGRAFIAS E IMAGENS

Fotografia 1 – Batida policial na Zona Boêmia de Juiz de Fora, janeiro 1955



Fonte: arquivo do Blog Maria do Resguardo⁹³.

Fotografia 2 – Batida policial na Rua da Zona, 1955



Fonte: arquivo do Blog Maria do Resguardo⁹⁴.

⁹³ Blog Maria do Resguardo. Blog Maria do Resguardo, imagens antigas de Juiz de Fora. Disponível em: <<https://www.mariadoresguardo.com.br/2012/01/batida-policial-na-zona-boemia-de-juiz.html>>. Acesso em: 11 dez. 2024.

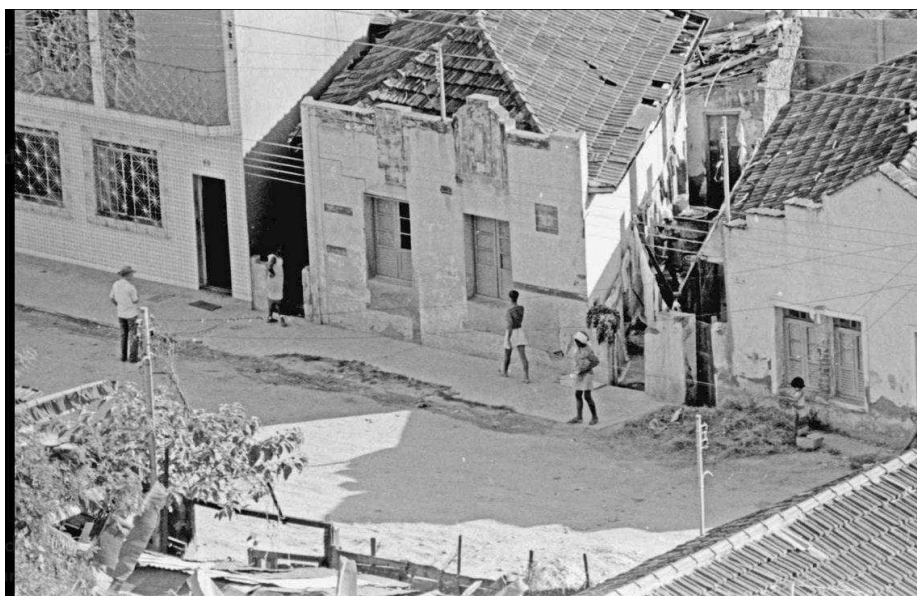
⁹⁴ Blog Maria do Resguardo. Blog Maria do Resguardo, imagens antigas de Juiz de Fora. Disponível em: <<https://www.facebook.com/JFDepressao/photos/b4tida-policial-na-zona-bo%C3%AAmia-de-juiz-de-fora-janeiro-1955-rua-henrique-vaz-arq/918760136958036/>>. Acesso em: 11 dez. 2024.

Fotografia 3 – Batida policial na Rua da Zona, 1955



Fonte: arquivo do Blog Maria do Resguardo⁹⁵.

Fotografia 4 – Zona Boêmia de Juiz de Fora, março de 1975

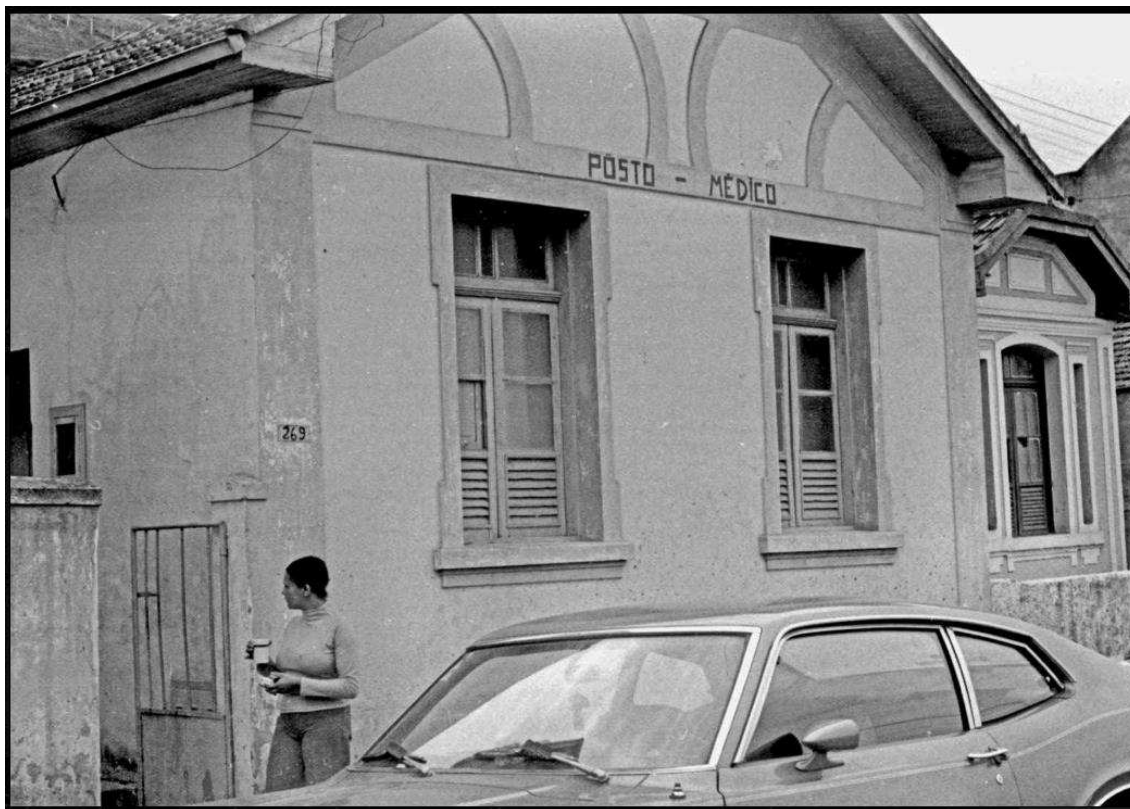


Fonte: arquivo do Blog Maria do Resguardo⁹⁶.

⁹⁵ Blog Maria do Resguardo. Blog Maria do Resguardo, imagens antigas de Juiz de Fora. Disponível em: <<https://images.app.goo.gl/gvvKGQXy5qjkOr5u8>>. Acesso em: 11 dez. 2024.

⁹⁶ Blog Maria do Resguardo. Blog Maria do Resguardo, imagens antigas de Juiz de Fora. Disponível em: <https://www.mariadoresguardo.com.br/2012/01/zona-boemia-de-juiz-de-fora-marco-de_27.html>. Acesso em: 11 dez. 2024.

Fotografia 5 – Zona Boêmia de Juiz de Fora, Henrique Vaz, outubro de 1976



Fonte: arquivo do Blog Maria do Resguardo⁹⁷.

Fotografia 6 – Rua 31 de maio



Fonte: arquivo do Blog Maria do Resguardo⁹⁸.

⁹⁷ Blog Maria do Resguardo. Blog Maria do Resguardo, imagens antigas de Juiz de Fora. Disponível em: <<https://images.app.goo.gl/KcZbZkNqNt4dUvjR9>>. Acesso em: 11 dez.

⁹⁸ Blog Maria do Resguardo. Blog Maria do Resguardo, imagens antigas de Juiz de Fora. Disponível em: <<https://images.app.goo.gl/1zAPS3AQsWSXkRSSA>>. Acesso em: 11 dez. 2024.

Fotografia 7 – Rua 31 de maio



Fonte: arquivo do Blog Maria do Resguardo⁹⁹

Fotografia 8 – Batida policial



Fonte: arquivo do Blog Maria do Rosário¹⁰⁰.

⁹⁹ Blog Maria do Resguardo. Blog Maria do Resguardo, imagens antigas de Juiz de Fora. Disponível em: <<https://images.app.goo.gl/6whMNMqMAD182m38A>>. Acesso em: 11 dez. 2024.

¹⁰⁰ Blog Maria do Resguardo. Blog Maria do Resguardo, imagens antigas de Juiz de Fora. Link indisponível. Acesso em: 11 dez. 2024.

Fotografia 9 – Praça João Penido (Praça da Estação). Destaque para o cinema São Luiz (prédio à direita, do outro lado da Praça)



Fonte: Wikipédia¹⁰¹.

Imagem 1 – Praça João Penido (Praça da Estação)

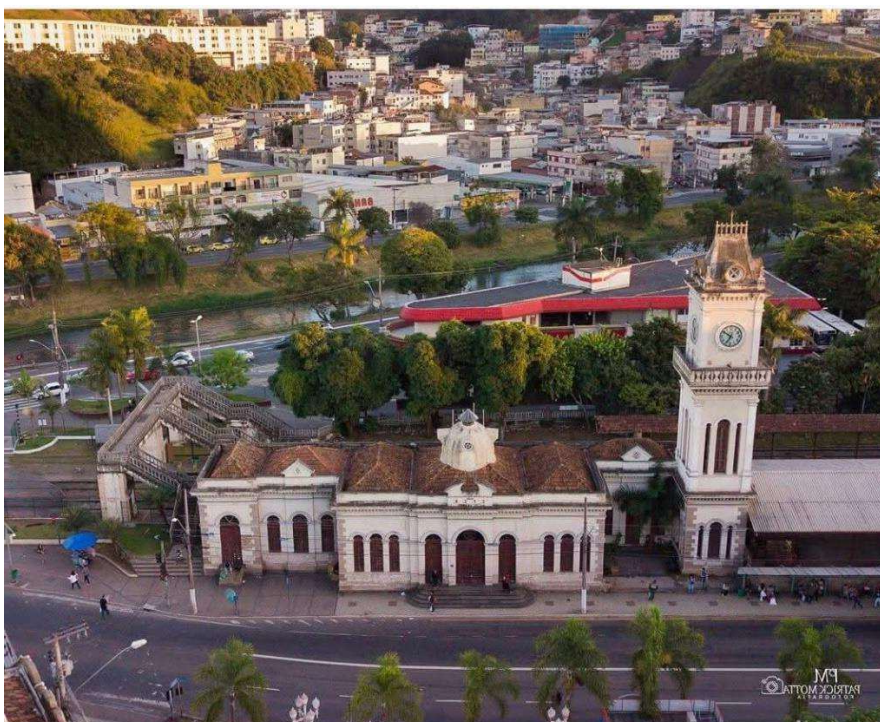


Fonte: Wikipédia¹⁰².

¹⁰¹ Wikipédia. Praça João Penido. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Pra%C3%A7a_Doutor_Jo%C3%A3o_Penido>. Acesso em: 11 dez. 2024.

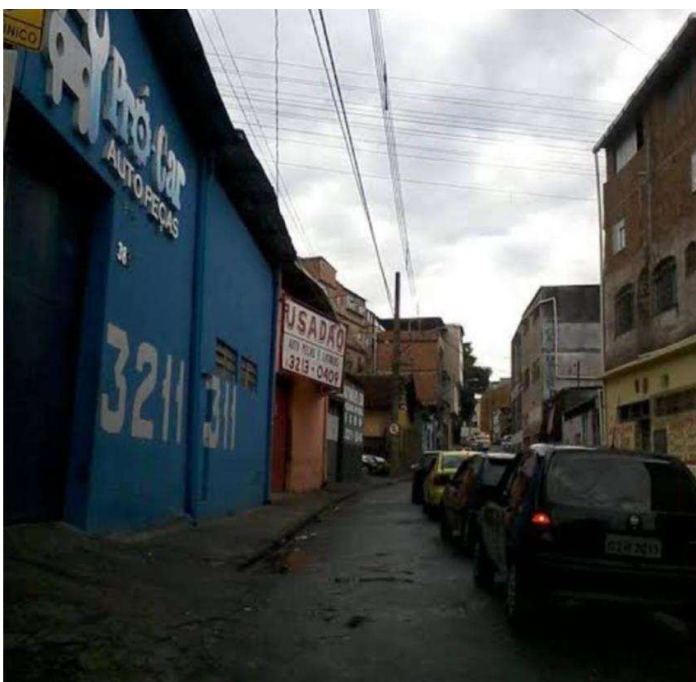
¹⁰² Wikipédia. Praça João Penido. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Pra%C3%A7a_Doutor_Jo%C3%A3o_Penido>. Acesso em: 11 dez. 2024.

Imagem 2 – Praça da Estação



Fonte: Prefeitura de Juiz de Fora. Facebook¹⁰³.

Imagem 3 – “Rua da Zona” atualmente



Fonte: Juiz de Fora da Depressão. Facebook¹⁰⁴.

¹⁰³ Prefeitura de Juiz de Fora. Página do Facebook. Disponível em: <<https://www.facebook.com/JuizdeForaPJF/posts/nossa-pra%C3%A7a-da-esta%C3%A7%C3%A3o-de-um-%C3%B3timo-%C3%A2ngulo-bom-dia-juiz-de-fora-%EF%B8%8Ffoto-por-patrick/1513421018800430/>>. Acesso em: 12 dez. 2024.

¹⁰⁴ Juiz de Fora da Depressão. Página do Facebook. Disponível em: <<https://images.app.goo.gl/b94aNT13qtEKqVEy9>>. Acesso em: 11 dez. 2024.

ANEXO III – REPORTAGENS (TEMA PROSTITUIÇÃO)

Título: *Diário da Tarde*

Subtítulo: Depois do primeiro passo, só vergonha e humilhação

Data da reportagem: 09/07/1969 – p. 8

Periodicidade: segunda-sábado

Classificação na instituição: Fundo Diário-Regional

DEPOIS DO PRIMEIRO PASSO, SÓ VERGONHA E HUMILHAÇÃO

“Juiz de Fora, rua Henrique Vaz. Zona perdida da cidade, onde as mulheres se vendem ao preço mínimo de três cruzeiros novos. O ambiente de boate é de confusão. Mulheres entram e saem sempre acompanhadas. Os homens que entram logo são agarrados”.

O DIÁRIO DA TARDE divulga hoje uma reportagem sobre um tema humano e tristemente realista: a prostituição. É uma série de reportagens sobre um assunto tão debatido, que, sem dúvida, é um dos que mais tem se prestado para o jornalismo. O repórter foi com a incumbência de investigar, entrevistar e coletar todos os dados sobre a vida das mulheres que vivem afastadas do convívio social. Um problema social ou um problema de polícia. Se social, por que são prêsas? Se jurídico, qual o crime que cometeram? Estas são as perguntas que o repórter procurou responder.

Esta série de reportagens foi escrita de modo real, sem sofisticação, procurando situar a problemática do assunto, que não permite palavras bonitas. Êste é um assunto que muitos procuram evitar, não tocar; mas é real e está perto de todos nós. Não podemos nos omitir; vamos encarar o problema, mesmo procurar uma solução justa. É o objetivo desta série de reportagens especiais do DIÁRIO DA TARDE.

(TEXTO NA ÚLTIMA PÁGINA)

DEPOIS DO PRIMEIRO PASSO, SÓ VERGONHA E HUMILHAÇÃO

“Por favor, môço, não pergunta mais não, que a infelicidade a gente não deve contar pra ninguém, ela fica é guardada no coração da gente”. O desabafo é de Marlene. Mulher que como tantas outras, entrega seu corpo a quem lhe der algum dinheiro. “Infeliz de corpo e alma”, como ela mesma afirma. Diz aquilo que nunca queria dizer. É uma marginalizada. O seu problema é de polícia ou social?

Juiz de Fora. Rua Henrique Vaz, zona perdida da cidade, onde as mulheres se vendem ao preço mínimo de 3 cruzeiros novos. O ambiente da “boite” é de confusão. Mulheres entram e saem sempre acompanhadas. Os homens que entram logo são agarrados.

Estou sentado numa mesa. Comigo estão três mulheres que disputam a minha simpatia e, principalmente, o meu dinheiro. Rita, Marlene e Tereza. Digo a elas que desejo saber a sua história.

- Que história? – perguntam.

Respondo: A da vida de vocês.

Tentam me fazer desistir da idéia.

“Benzinho vamos para o ninho. A gente faz barato”. Procuo convencê-las. Rita e Tereza saem me olhando sem jeito. Marlene fica.

Por que ficou, Marlene?

Ela me olha. Dá uma tragada de cigarro. Não diz nada. Uma sombra de tristeza atingiu-a.

“EU BEM QUE PODIA TER CASADO COM ELE” ...

- Eu tinha dezesseis anos e morava numa cidade do interior de Minas. Minha família não era rica, mas a gente ia vivendo. Nós tínhamos tudo e até que dava. Éramos cinco. Naquela época papai trabalhava num armazém e mamãe costurava para fora. Minhas duas irmãs, Maria do Carmo, de doze anos, e Conceição de dez, faziam o primário. Eu, que era a mais velha, já estava na terceira série ginásial. Tinha muitos amigos e todos eles gostavam de mim.

- O que você estudava, Marlene?

Geografia, Português, Matemática, História e até Francês, respondeu ela sorrindo, como a recordar o tempo de felicidade.

Marlene abaixou a cabeça. Parecia tomar fôlego para continuar. Entre seus dedos amarelados pela nicotina, havia outro cigarro aceso. Bebeu, em seguida, um gole da cerveja que eu havia pedido. Prosseguiu: - “Eu até tinha um namorado. Chamava-se Francisco Antônio. Papai não queria, mas a gente namorava nas saídas do colégio. Eu não sei não, mas acho que ele gostava muito de mim. Eu bem que podia ter casado com ele... Mas veio a desgraça”.

- “Até hoje não pude compreender. Não sei por que. Parece até sonho. Não sei como foi acontecer tudo aquilo. E eu nada tinha feito de mal, meu Deus...”

“UMA HISTÓRIA DIFERENTE”

Antes mesmo de falar, Marlene estava envergonhada. Balançava a cabeça afastando uma triste lembrança. Ao mesmo tempo não sabia por que tudo havia acontecido justamente com ela.

- “Tudo ocorreu numa noite. Não me lembro mais as horas. Mamãe, aquele dia, havia ido para a casa de minha avó, juntamente com minhas irmãs. Eu estava me preparando para deitar e papai se encontrava na rua.

Repentinamente a porta da casa se abriu e papai apareceu com os olhos vidrados. Me chamou e quis água. Imediatamente fui buscar. Quando voltei, ele pediu que eu me despisse”.

Aqui Marlene se calou. Permanecia agora com a cabeça entre as mãos, quando notei que ela estava chorando.

- Este choro é sofrimento? – arrisquei.

E ela quase com raiva:

- “não pergunta mais não, môço, que a infelicidade a gente não deve contar para ninguém, ela fica é guardada no coração da gente”.

Marlene encontrava-se visivelmente abatida. Recolheu seu choro num lenço que eu lhe ofereci. E continuou:

“Toda a cidade onde a gente morava ficou sabendo. Eu não queria mais sair de casa. Um pouco de vergonha e muita tristeza. Quando mamãe apareceu não quis mais me ver. Minhas irmãs também.”

- Por quê?

- Acharam que eu tivesse me entregado por vontade.

- Mas você não explicou?

- Estava horrorizada e nada me importava mais. Depois soube que papai havia desaparecido, porque não sabia como tinha feito aquilo comigo.

- Você culpa seu pai, Marlene?

- Não. Êle bebia muito pouco. Aquêle dia ele tinha perdido a razão.

Tenho certeza de que êle fez uma coisa que nunca fazer. A gente tem que perdoar, môço, pois ele havia enlouquecido.

UMA MULHER NO CAMINHO DO ABANDONO

Mamãe depois de tudo juntou-se a outro. Levou consigo Conceição e Maria do Carmo. Acho que foram para outro lugar, pois nunca mais as vi. Ela deve ter ido por desgosto.

Eu fiquei sozinha. Ninguém conversava mais comigo. Minhas amigas passavam perto de mim e me olhavam como estranha. Eu não tinha a quem recorrer e o pior é que o dinheiro estava começando a me faltar.

- E o namorado?

- Não quis saber mais nada. Nunca mais vi o Chico. Acho que até já casou com outra.

- Mas você não teve culpa Marlene.

- Acho que contaram tudo errado. Todos ficaram contra mim. Eu não tinha mais jeito de viver. Quis morrer. Quanta infelicidade meu Deus. Será que eu não merecia ser feliz?

Por quê? Por quê?

A CAMINHO DA PROSTITUIÇÃO

Quatro horas da madrugada. Marlene estava mais calma. Seu maço de cigarro, aberto no princípio de nossa conversa, havia terminado. Agora ‘filava’ do meu.

- “Eu estava sem dinheiro. Minha família havia me abandonado. Precisava lutar sozinha para ganhar alguma coisa. Resolvi deixar a cidade onde a gente era feliz. Fui parar em Belo Horizonte, onde trabalhei numa farmácia. Morava numa pensão muito ruim e quase não tinha nada. Fiquei pouco tempo. Não deu certo. Quando quis deixar Belo Horizonte, conheci um sujeito. Não me lembro mais o nome dêle. Até que eu gostei dele. Era simpático. Quis que eu morasse com êle. Disse que estava precisando de mulher. Aceitei. Êle me dava tudo, até dinheiro e, principalmente, amor...”

- Você estava contente?

- Estava melhor. Mas não nego que sentia que minha vida não estava direita. Não pude fazer nada. Comecei a gostar daquilo tudo.

- Conheceu muita gente em Belo Horizonte?
- As pessoas com quem a gente conversava era igual a gente. Não era gente muito boa, não. Era o jeito.

Um ano depois, êle sumiu. Acho que enjoou. Senti um pouco quando saí de belo horizonte para vir para cá. Estou aqui há quatro anos.

- Gosta daqui?
- Até que não é ruim, não.
- Ganha muito dinheiro?
- Um pouco, dá para a gente. Ainda mais que eu não tenho filho, o meu morreu.
- O quê, indaguei totalmente surpreso.
- É, o meu quando nasceu estava morto. Foi um pouco antes de eu ir para Belo Horizonte.

- E sua vida, você está contente com ela?
- Não, sou isso agora, porque todos me abandonaram. Eu tinha que continuar vivendo e a única maneira que encontrei foi essa. Foi o único lugar onde me aceitaram.

- Não sou nada feliz, môço – seus olhos abaixaram-se sobre a mesa – E uma vida muito dura. O bom é a gente se entregar quando realmente gosta. Mas... só pra dinheiro, não dá pô. Eu que já fui feliz, ser isso agora, é triste...chato demais. Não sei com consegui dizer tudo isso para você, uma coisa que nunca disse a ninguém. Acho que estava precisando de falar. E eu pouco converso com minhas companheiras. Além disso tudo agora é tão diferente de quando eu tinha 15 anos. É que estou dentro de uma vida de onde é difícil sair!...

Fundo: *Diário da Tarde*

Subtítulo: Eles aceitaram o desafio e cuidam das prostitutas

Data da reportagem: 12/07/1969 – p. 8

Periodicidade: segunda-sábado

Classificação: Fundo Diário-Regional

ELES ACEITARAM O DESAFIO E CUIDAM DAS PROSTITUTAS

Sempre se falou em prostituição com um mal que não mais tivesse jeito. Sempre se disse que as mulheres que caíam nessa vida não mais saíam dela. Primeiro, porque se acomodaram. Depois porque elas realmente não alimentassem mais qualquer esperança de sobreviver, diante da pesada carga que a sociedade lhes impunha.

E a prostituição foi sempre encarada simplesmente como um lado negativo da vida que, se para os que convivem na sociedade é geralmente boa e bonita, não o é para milhares de mulheres que sentem na própria carne e na própria alma a infelicidade, certamente não merecida. Por terríveis circunstâncias da vida, elas se tornaram “objeto” de muitos, prontas para serem “usadas” a qualquer momento e a um certo preço estipulado. Uma realidade cruel esta de vender o próprio corpo pelo mesmo preço com que se compra duas ou três dúzias de bananas. Um corpo crescido, alimentado e nascido a duras penas, através de um sofrimento só compensável quando se fala em verdadeiro amor. Na triste vida das “zonas”, as prostitutas estão permanentemente a lançar desafios

a tôdas as pessoas: “Se estamos perdias, deixem-nos em paz; se não estamos porque não nos ajudam a nos recuperarmos?”

“UM TRABALHO DIFÍCIL”

Em Juiz de Fora, apesar de pouca gente saber, tenta-se “topar o desafio” em busca da recuperação das prostitutas consideradas por todos “casos perdidos”. A Obra Assistencial Nossa Senhora Aparecida, fundada pela Arquidiocese em 1966, procura há três anos, proteger, amparar e recuperar as prostitutas da rua Henrique Vaz e integrá-las na Sociedade.

Antes, se a obra assistencial era olhada com temor e desconfiança pelas prostitutas, já não o é mais, pois seus responsáveis souberam cativá-las e com amor e carinho, sem distinção. Sobretudo, souberam mostrar a elas a possibilidade de recuperação.

A obra de assistência às prostitutas da Henrique Vaz, atualmente funciona graças à diretoria formada graças a diretoria formada por Roberto e Lígia Kamil – presidentes – Ivan e Lenita Vaz de Melo – vice-presidentes, Antônio e Célia Casadir – secretários, Moacyr e Maria Luiza Ferenzini, tesoureiros, Pe. Marcelo Crocher e Madre Maria da Cruz, assistentes espirituais e alguns casais conselheiros.

“É um trabalho difícil” o dr. Kamil, e explica: “As prostitutas dificilmente confiam em alguém. Caídas elas se retraem e aceitam o afastamento da sociedade. Inclusive com um certo complexo, pois acham que merecem tudo aquilo.” “Então, prossegue, é preciso dar-lhes sobretudo confiança, mostrar a elas que cair no erro não é crime imperdoável”. Dizer-lhes da possibilidade de se recuperarem, através de muito esforço e trabalho”.

TODA A ASSISTÊNCIA

A obra assistencial possui, na Rua Henrique Vaz, um ambulatório médico com o serviço completo de enfermagem e assistência diária aos moradores e familiares da rua. Além disso tem um galpão onde funciona uma escola de alfabetização e de corte e costura. Na opinião de Roberto Kamil “não há recuperação sem alfabetização”.

A assistência médica e dentária é prestada pela Prefeitura Municipal e na enfermaria trabalha o cabo Luis, da II.II.I.

No ambulatório, 25 mulheres, em rodízio, trabalham em serviços domésticos e onde pacientemente são preparadas e educadas para voltarem ao convívio social. O Posto de Leite, também pertencente à Obra de Assistência N.S. Aparecida distribui diariamente roupas e alimentos às trezentas mulheres da rua Henrique Vaz.

E OS FILHOS PARA ONDE VÃO?

Através dos filhos, é que as prostitutas aceitam a formação que visa a recuperação, não só delas, mas também dos filhos, grandes ou pequenos, que fatalmente entrariam pelo mesmo caminho. Seria analisável a preocupação das mulheres de que seus filhos não sejam o que elas são. E as crianças são encaminhadas ao Lar Santa Cruz, situado à rua Howyan, também pertencente à obra assistencial. Ali, cerca de 25 crianças, de idade que variam de 11 anos a 15 meses, moram permanentemente e são educadas para viverem na sociedade. As de idade escolar frequentam o Jardim da Infância, ou a Escola Primária e

suas mães também ajudam na educação. A alegria da criançada é notória e todas elas costumam pedir aos visitantes que não tragam balas, mas sim, o “papai”. As crianças formam um mundo à parte no trabalho de recuperação das prostitutas. Educadas desde pequenas, certamente aprenderão a aceitar a prostituição, sem, contudo, cair nela.

MUITAS JÁ FORAM RECUPERADAS

A obra de assistência às mulheres da rua Henrique Vaz tende a se ampliar. Os resultados, até o momento, são compensadores e seriam muito mais se a cidade soubesse da sua existência. Na opinião do dr. Roberto Kamil, “o trabalho é feito em silêncio, mas fatalmente irá ser do conhecimento de todos.

Depois de recuperadas, as mulheres ou são empregadas em casas de famílias ou voltam para a casa dos pais ou ainda iniciam um novo lar. Atualmente, seis delas encontram-se empregadas no Rio e São Paulo, enquanto que outras seis encontram-se em Juiz de Fora, empregadas e morando fora da chamada “zona boêmia” da cidade.

A Obra Assistencial empreendida em Juiz de Fora conta com recursos da caridade pública, de entidades religiosas e dos clubes de serviços existentes na cidade. Entretanto, os dirigentes da obra não se poupam no sentido de melhorar a própria obra.

Brevemente será construído um Centro de Recuperação das mulheres e onde se pensa em criar uma pequena indústria, através da qual as mulheres aprenderão muitos ofícios, de grande utilidade no trabalho de recuperação. O Centro será construído em um terreno que será doado pela Prefeitura Municipal e poderá abrigar e recuperar um número bem maior das prostitutas existentes em Juiz de Fora.

É uma obra que precisa ser mais conhecida e auxiliada, esta de recuperação das mulheres que quase todos consideram perdidas, mas que se forem tratadas com amor, confiança e muita paciência, poderão se transformar em outras totalmente diferentes.

Afinal de contas, quem é que não se transforma com uma certa dose de compreensão? Para isso, antes que você se torne um “prostituto”, é preciso que você mostre às “prostitutas” que elas não são “casos perdidos” e que muito pior que permanecer no erro é cair nêle.

Fundo: *Diário da Tarde*

Subtítulo: Elas vêm de longe viver num quarto miserável

Data da reportagem: 10/07/1969

Periodicidade: segunda-sábado

Classificação: Fundo Diário-Regional

A DIFÍCIL VIDA FÁCIL

ELAS VÊM DE LONGE VIVER NUM QUARTO MISERÁVEL

Na Delegacia de Costumes e Menores, existe um fichário feito há dois anos atrás, onde cêrca de 400 mulheres são conhecidas como profissionais no “comércio do amor”. A maioria delas mora na “zona boêmia”. Enquanto outras preferem viver em quartos de hotéis e pensões, das inúmeras localizadas em Juiz de Fora. As fichas mostram que noventa por centos das prostitutas não são da cidade. Vieram de longe e de perto. Destas,

60 por cento são das cidades próximas, enquanto que as outras vieram de Estados os mais diversos.

No fim das fichas, uma síntese de sua história. E no fim da história, uma nota da polícia: “Suicidou-se” ou “desapareceu”. Um foram seduzidas com treze ou quatorze anos. Outras, já de mais idade, ingressaram numa vida de onde é difícil sair, forçadas pelas mais variadas razões, das quais quatro se destacam: desleixo dos pais na educação de suas filhas, dando-lhes excessiva liberdade; o problema da falta de dinheiro na cidade grande, onde é preciso profissionalizar-se para não morrer; a influência do progresso da civilização, onde os convites à prática sexual são frequentes e ainda o desajuste conjugal dos pais, cujas consequências traumatizam os filhos. Seja quais forem as razões, aumenta assustadoramente o índice de prostituição na cidade.

Também conhecida com um mal necessário, a prostituição em si não é considerada crime e não é condenada pela lei. O artigo 229 do Código Penal Brasileiro condena com prisão de 6 meses a dois anos as pessoas que tiram proveito da prostituição e se enriquecem com isso. No fundo, todos conhecem, inclusive a lei, a possibilidade de eliminar a prostituição. E muitas causas da prostituição são toleradas, não significando que são justificadas. E a polícia age, como vem agindo em Juiz de Fora, onde cerca de doze casas de exploração e lenocínio, foram recentemente fechadas, estando os moradores respondendo a processo. Todas elas são conhecidas: Hotel Mauá, Hotel Novo Mundo, Avenida dos Andradas, Dormitório Redentor, Peçanha, Leopoldina, entre outras. E a Delegacia de Costumes não se conforma em saber que o famoso “K2” é registrado com hospedaria, funcionando abertamente com licença da Prefeitura Municipal. A lei não pode, com não vai agir diretamente contra as prostitutas, simplesmente pelo fato de não poder intentar contra a liberdade de qualquer pessoa. Por isso elas sempre vão existir, como existem desde a criação do mundo. Condenadas por todos marginalizadas pela sociedade e vivendo uma vida que nunca gostariam de viver.

Fundo: *Diário da Tarde*

Subtítulo: Coisificação da mulher é o problema da prostituição – p. 8

Data da reportagem: 11/07/1969

Periodicidade: segunda-sábado

Classificação: Fundo Diário-Regional

“COISIFICAÇÃO” DA MULHER É O PROBLEMA DA PROSTITUIÇÃO

“O problema da prostituição é antes de tudo humano, que envolve o aspecto social e jurídico e é preciso que a sociedade sintam que o homem e a mulher existem em pé de igualdade como seres humanos.”

A explicação é de Padre Dalton Barros de Almeida, professor, sociólogo, psicólogo e educador, que distingue a prostituição do meretrício e apela para que os pais saibam educar seus filhos numa visão social sem dupla moralidade e ainda mostra a necessidade urgente de acabar com a “coisificação” da mulher, nesta entrevista exclusiva concedida ao DIÁRIO DA TARDE.

Não existe apenas a zona do meretrício. Existe a prostituição que não está localizada. No fundo, segundo o Padre Dalton, a prostituição é um fenômeno bem mais amplo. Não é, como muita gente pensa, causa e sim consequência de uma situação afetiva e econômica, também consequência de uma errônea visão social que dá uma dupla moralidade para o homem e para a mulher. O fato é que atualmente, em torno da prostituição, há uma preocupação enorme porque, informa o Pe. Dalton Barros, “causa piedade a situação das mulheres no meretrício, enquanto existe na sociedade um consentimento tácito da prostituição considerada de “maior gabarito”.

PROBLEMA JURÍDICO OU SOCIAL

A pergunta, que foram lançadas a todos aqueles que queiram ou não queiram se preocupar com o grave problema da Prostituição, é respondida pelo Padre Dalton: “O problema é antes de tudo humano que envolve o aspecto social ou jurídico. É preciso sentir que a mulher e o homem existem em pé de igualdade como seres humanos, conseqüentemente não se trata de um problema exclusivo da mulher, porque ao lado das “prostitutas” existem também os “prostitutos”. E eles são também tão passíveis de análise quanto elas, porque pagam para possuir o corpo de uma mulher, degradando o ato do amor”.

“Então, prossegue o padre, seria de perguntar qual a categoria social dos que frequentam não apenas o meretrício, mas também dos que praticam a prostituição frequentemente. Se as mulheres do meretrício causam piedade por sua situação, parece-nos que esse mesmo tipo de piedade não caberia ao rapaz ou ao homem que lá comparecesse”.

SEXO: DIVERSÃO OU AMOR

O corpo, nos dias atuais, tornou-se um objeto, frequentemente “usável”, sem que se pense nas conseqüências que surgem violentamente de seu uso. O mundo se esqueceu de que como seres humanos nós não apenas temos como somos corpo. “Por isso, afirma o Padre Dalton, o sexo não é apenas uma atividade fisiológica: envolve a nossa própria identidade pessoal”.

A Prostituição, no fundo, demonstra a visão errada de uma sociedade. Ela se tornou uma caracterização de uma sociedade, como consequência que ela é, que vê as coisas errôneamente. “A domesticação do sexo com fenômeno não funciona. Tentar torná-lo simplesmente recreativo é negar seu sentido plenamente humano. O que praticamente foi esquecido é que o sexo só tem sentido como convite a uma vida em comum numa comunidade de seres especiais.

RECUSAR O CONVITE NÃO SIGNIFICA SER QUADRADA

O homem deste século é um ser condicionado nos mais diferentes aspectos. Por isso, ele têm ânsia de se libertar de tudo aquilo quem o esmaga, de tudo que o pressiona na sua mentalidade errada de fazer aquilo que bem entender. E padre Dalton continua explicando: “Parece que uma das grandes libertações que o homem poderia fazer hoje, seria se libertar de uma ilusão romântica, em que, por exemplo, uma universitária “cantada” pode dizer “não” a um “paquerador” insistente sem sentir que está sendo

“quadrada”. Parece que nos meios mais informados “vulgarização científica” destrói em vez de construir.

Isso significa que a queda dos “tabus” sociais não atingiu o resultado esperado, ou seja, uma existência livre e bem orientada, pois o que acontece é o contrário disso, são perturbações bem mais difíceis de serem superadas”.

PANORAMA DA PROSTITUIÇÃO PODE MUDAR

Na opinião do Padre Dalton uma correta formação sexual talvez modificasse bastante o panorama da prostituição e o meretrício só poderia desaparecer à medida em que homens e mulheres saíssem da condição de sub-humanos. “Quanto ao comportamento sexual nós nos encontramos diante de uma tarefa bem mais difícil do que a de superar ou manter as tradições de antigamente. Precisamos criar novas tradições baseadas numa moral única para o ser humano e não uma para o homem e outra para a mulher”.

Acontece que os pais de hoje às vezes são irresponsáveis na educação de seus filhos homens e, inclusive, eles próprios começam a iniciar seus filhos no sentido de ir à zona do meretrício. “Se isto continuar, indaga o padre Dalton, onde é que vamos parar?” o resultado é o que se vê: homens e mulheres prostituídos com a consequente depravação da sociedade que ainda se encarrega de marginalizar as mulheres prostitutas e aceitar os chamados “prostitutos”, com se existisse uma moral para o homem e outra para a mulher.

MULHER É PESSOA E NÃO OBJETO

Padre Dalton sugere uma mudança que deverá começar dentro de cada indivíduo para que diminua a prostituição.

“Se quisermos contribuir para diminuir a prostituição e o meretrício, a mudança deverá começar dentro de cada um e vai importar muito a maneira pela qual a civilização vai passar a integrar a mulher como pessoa e não como “objeto” e parece-nos também que, à medida que houver um desenvolvimento global e os homens se souberem ser realmente fraternos, tudo poderá ser diferente”.

Concluindo padre Dalton lembra o encontro de Cristo com a prostituta: “Quando ela pela primeira vez encontrou um homem que lhe prestou um benefício sem lhe pedir o corpo em troca, ela se foi feliz e mais errou”.

Fundo: *Diário da Tarde*

Subtítulo: Polícia de JF está bem colocada no polígono do trottoir

Data da reportagem: 21/03/1967 – p. 6

Periodicidade: segunda-sábado

Classificação: Fundo Diário-Regional

POLÍCIA DE JF ESTÁ BEM COLOCADA NO POLÍGONO DO “TRATTOIR”

Você precisa ter dinheiro para conseguir a companhia que vai lhe vender uma carícia padronizada – muitas vezes uma menina de 16 anos, iniciando a vida caracterizada como fácil – num quarto imundo de pensão ou num hotel de quinta categoria, disfarçado

pela chancela “familiar”. Até a saia de “tergal” faz beleza na noite aproveitada para despistar o policial.

Tem cinco lados o polígono principal do “trattoir”, em Juiz de Fora, rua Halfeld (parte baixa), Francisco Bernardino, São Sebastião, Batista de Oliveira, fechando com a avenida Getúlio Vargas. A Delegacia Geral de Polícia está exatamente em um dos lados. Outros locais infestados: praça da Estação, rua São João e avenida Rio Branco, já a partir de 20 horas.

O ex-presidente Castelo Branco enviou projeto ao Congresso Nacional, propondo que o “trattoir” fôsse incluído na lei de contravenções penas, em seu capítulo referente à vadiagem, punidos com três meses de prisão “a quem aliciar homens, em lugar público, para o comércio sexual, constringendo pessoas presentes ou em trânsito no local.

O tipo que explora essas mulheres é legalmente conhecido como rufião, mas é bem vestido – roupas importadas – unhas feitas, perfumado, faz nome espancando mulheres, dança bem, muita “ginga” embutida numa pinta de malandro, trocando a noite pelo dia, vivendo sempre em rodas policiais, pagando cervejas.

Fundo: *Diário da Tarde*

Subtítulo: Polícia ataca apenas um antro

Data da reportagem: 21/03/1967 – p. 6

Periodicidade: segunda-sábado

Classificação: Fundo Diário-Regional

POLÍCIA ATACA APENAS UM ANTRO

A campanha contra o lenocínio está novamente em foco na Delegacia de Costumes e Menores, tendo o delegado Geraldo Alves Vieira, na noite de sábado, em companhia dos investigadores Paulo Noronha, Alfredo Lade e Geraldo Ervilha, efetuado uma “blitz” na parte baixa da rua Floriano Peixoto, onde o “trânsito” à noite, para pessoas de bem, é totalmente proibido, porquanto as meretrizes e rufiões tomam conta de toda artéria.

Um dormitório, de nome Manchester, de propriedade de d. Guilhermina Xavier, sob a responsabilidade de seu filho, Vanderlei Henrique Soares, foi “visitado” pela Polícia, sendo detidos quatro casais no interior dos quartos do dormitório, além de doze mulheres de vida irregular, que faziam ponto naquele local, tendo todos sido levados para a Delegacia de Costumes e Menores, onde foram ouvidos pelo delegado Geraldo Alves Vieira.

IRREGULARIDADE

Há muito tempo as coisas andam irregulares na parte baixa da rua Floriano Peixoto – ao lado da Delegacia Geral – onde, durante o dia, uma série dos mais diversos estabelecimentos comerciais ali estabelecidos funcionam normalmente, para, à noite, ceder lugar aos encontros amorosos.

A campanha contra o lenocínio, há tempos, havia sido encadeada com muito rigor pelo delegado Geraldo Alves Vieira, que iniciou vários inquéritos com referência a estabelecimentos que favoreciam a prostituição. Entre tais estabelecimentos encontram-

se o Natal Hotel, Lux Hotel, Dormitório Redentor, e outros, com os inquéritos dos dois primeiros estabelecimentos na Justiça, ao passo que o proprietário do Dormitório Redentor, José Monteiro, encontra-se cumprindo pena na Penitenciária Regional, condenado como incurso no art. 228 do Código Penal, por facilitar a prostituição. Como ainda não saiu qualquer pronunciamento da Justiça com referência aos inquéritos do Lux Hotel e do Natal Hotel, o delegado Alves Viera, mesmo assim sem saber qual a decisão da Justiça, resolveu continuar agindo, para acabar com várias reclamações de pessoas residentes à rua Floriano Peixoto e São João.

A “BLITZ”

Estando de serviço no sábado último o delegado titular da Delegacia de Costumes e Menores, convocou seus três auxiliares para uma “blitz” na rua Floriano Peixoto e o primeiro “Dormitório” visitado, o Manchester, revelou a presença de quatro casais no interior dos quartos, ainda sendo encontrada uma dúzia de mulheres que aguardavam seus “encontros”.

Referidas pessoas, levadas para a Delegacia de Costumes e Menores prestaram declarações, afirmando que realmente se encontravam no interior do dormitório com fins sexuais, mediante o pagamento da importância de mil cruzeiros antigos, cobrada adiantadamente na portaria. Tais declarações serão de grande valor para a Delegacia de Costumes que tem provas concretas para fechar o estabelecimento.

DECLARAÇÕES

O “gerente” do estabelecimento, Vanderlei Henrique Soares, disse mesmo que, embora possua um livro de registro de hóspedes, não costuma usá-lo e nem sequer preenche as fichas.

Disse que, além daquele local, já trabalhou em dois outros também considerados como casas de tolerância: um na rua Hipólito Caron e outro na rua Batista de Oliveira, devendo o delegado Geraldo Vieira investigar os locais, por serem realmente suspeitos.

Afirmou ainda que o simples pagamento de mil cruzeiros antigos era o suficiente para que um casal pernoitasse no hotel ou mesmo passasse algumas horas em um dos quartos.

O delegado vai concluir o inquérito para enviá-lo à Justiça, mandando, também, uma cópia para a Divisão de Fiscalização e Rendas da Prefeitura Municipal, pedindo a cassação do alvará de licença do estabelecimento.

Fundo: *Diário da Tarde*

Subtítulo: Você as descobre em uma esquina qualquer

Data da reportagem: 21/03/1967, p. 6

Periodicidade: segunda-sábado

Classificação: Fundo Diário-Regional

VOCÊ AS DESCOBRE NUMA ESQUINA QUALQUER

Você sempre descobre uma prostituta numa esquina qualquer. As caras não são as mesmas. As ruas também diferem. As causas se confundem. A mulher é jogada em cena. As vezes uma pensão garante o pequeno encontro. A noite é mais aproveitada despistando o policial. Está quase escuro na Rio Branco, bem em frente à Catedral. O barulho de saltos de sapato é abafado pelo bonde. Depois vem aquele assovio, k convite e a gente presente a entrega. O vestido preto servirá para novas conquistas. Até a saia de “tergal” surrada faz beleza agora na rua São João.

As amadoras fazem seu “trattoir”, como se vê, no centro de Juiz de Fora. Com chuva rende menos. E o lamento é gritante.

- Hoje só estou com o almoço. Êste meu vestido tá batido, mas amanhã a coisa melhora”.

Já ameniza a espera. Fazer ponto na Getúlio Vargas. Interessante é o olhar perguntador de quem não tem nada com isso. Passa, condena e continua seu andar tranquilo. “Mal necessário”, como disse um policial.

Surge então o profissionalismo. Muda só de cena. A coisa é a mesma. Mulheres semi-analfabetas, abatidas, humilhadas pela sociedade, vivem na rua Henrique Vaz. 200 a 300 mulheres fazem sua vida lá, e são as prostitutas (nome horroroso) dentro da lei. Parece piada, mas é a verdade.

Pe. Marcel comenta: Há um ano comecei meu trabalho lá na zona. Minha intenção sempre foi de promoção dessas mulheres e nunca recuperação. A realização delas como pessoas é mais importante. Trabalham comigo uma freira, um estudante de medicina, um farmacêutico e um enfermeiro. Ninguém pede explicação, bem diz ser pecado, o que elas chegam contando.

- Nosso primeiro passo foi fazer amizade com a turma, explica Pe. Marcel, rindo. Muitas nem conheciam o centro da cidade. Outras aparecem de cidades vizinhas, como Três Rios, Ubá e até Belo Horizonte. Passam dias e somem para outras terras. E vem sempre o primeiro desabafo. A gente escuta as coisas que levam à Henrique Vaz. Tôdas reclamam falta de afetividade, desajuste na família, problema econômico.

“O Pe. viu que nós somos gente”, desabafa a oxigenada, que muito desconfiada, olhava de lado para mim.

Um posto de saúde atende todas as mulheres foi o segundo passo da obra mais humana que se (...) Juiz de Fora. Nenhuma é feliz. Muitas tentam vi (...) va, mas a passagem de um meio para outro é dur (...).

Essa reintegração é lenta, disse o padre. É com (..) to amor, compreensão, confiança nelas. Caminha(...) tão para a terceira etapa: abrir escola para alfa(...), corte e costura, como meio de promoção destas mulheres. Êsse é um problema difícil, continua o Padre (...) que falta-nos dinheiro. Bolamos uma rifa, mas ninguém compra. Quero citar alguma coisa de concreto, (...) delas que está aprendendo datilografia. Terá (...) de ganhar a vida. Seu filho não pode ir à escola (...) as outras crianças têm apelido para êle. Logo, (...) arranjar uma escola especial para êles também. A quarta etapa é a de readaptação or meio delas (...) e até já descobri líderes. Aumento a confiança (...) dormem mais esperançosas. Melhores de saúde, de que podem contar com um amigo.

Helena Gilda

Fundo: *Diário da Tarde*

Subtítulo: Inclusão no capítulo de vadiagem

Data da reportagem: 21/03/1967 – p. 6

Periodicidade: segunda-sábado

Classificação: Fundo Diário-Regional

INCLUSÃO NO CAPÍTULO DE VADIAGEM

O professor Sebastião Marsicano Ribeiro, catedrático de Direito Penal da Faculdade de Direito, da UFJF, acha que não está correto, conforme consta do anteprojeto enviado ao Congresso, incluir no artigo 59 das contravenções penais, no capítulo referente a vadiagem, a prostituição, pois é atentado ao pudor, capitulado no art. 61 do Código Penal.

Como o anteprojeto fala em aliciar homens de lugares públicos, acha o advogado que seria útil “que houvesse expressa alusão aos lugares públicos, por destino ou acidente, não havendo por que debater a questão, que deveria se libertar de discussões doutrinárias ou jurisprudenciais”.

VADIAGEM

O presidente Castelo Branco enviou mensagem ao Congresso Nacional propondo que o “trattoir” fôsse incluído na lei das contravenções penais, no artigo 59, no capítulo relativo a vadiagem.

- A matéria – explicou o professor Marsicano Ribeiro – não está posta em discussão sob o aspecto previsto no Código Penal com referência aos crimes contra os costumes e ao lenocínio. Aí não se pune, ou se proíbe a prostituição, em si mesma, mas se combate permanente tôdas as faltas que importem em iniciativa ou (...) das atividades parasitárias.

- O objetivo agora, continuou, é a inclusão de um nôvo parágrafo no artigo 59 da Lei de Contravenções Penais, com a punição de 15 dias a três meses de prisão a quem, dedicando-se de modo exclusivo, ou de (...) eventual, à prostituição, procura aliciar homens, em lugar público, para o comércio sexual, constringendo ou importunando as pessoas presentes ou em trânsito pelo local”.

Para dr. Marsicano Ribeiro, “com base no que a imprensa vem noticiando e a um ligeiro exame sôbre o assunto, a questão deveria se libertar de discussões doutrinárias ou jurisprudenciais, caso se estendesse a (...) contida no dispositivo da mensagem enviada ao Congresso Nacional, como a contravenção prevista no artigo 61, ou seja, importunação ofensiva ao pudor. (...) afirmou que “o aliciamento, em lugar público é, em última análise, uma importunação ofensiva ao pudor (...) quem esteja presente ou em trânsito pelo local e, (...), no caso, seria com referência ao artigo 61 (...) das Contravenções Penais e não no artigo 59.